



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS.

MARIA CAROLINA SOARES SANTANA

“NO JOGO DE CINTURA”: POLÍTICA DIALOGA COM CULTURA.
UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DO CLUBE DE LEITURA DO COLÉGIO
DA BAHIA.
1964 – 1969.

SALVADOR/ BA

2014

MARIA CAROLINA SOARES SANTANA

**“NO JOGO DE CINTURA”: POLÍTICA DIALOGA COM CULTURA.
UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DO CLUBE DE LEITURA DO COLÉGIO
DA BAHIA.
1964 – 1969.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial a obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dr. Maria Victória Espiñeira Gonzalez.

SALVADOR/ BA

2014

Santana, Maria Carolina Soares

S232

“No jogo de cintura”: política dialoga com cultura. Um estudo sobre a trajetória do Clube de Leitura do Colégio da Bahia.1964 – 1969/ Maria Carolina Soares Santana. - Salvador, 2014.

165f.:il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Victória Espiñeira Gonzalez.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

1. Ditadura militar- Bahia. 2. Movimentos Estudantis. 3. Cultura.4. Política. 5. Clube de leitura - Brasil -História – 1964-1969. I. Espiñeira Gonzalez, Maria Victória. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 321.02

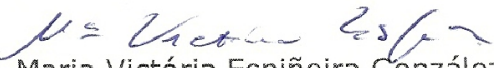
MARIA CAROLINA SOARES SANTANA

**"NO JOGO DE CINTURA": POLÍTICA DIALOGA COM
CULTURA. UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DO CLUBE DE
LEITURA DO COLÉGIO DA BAHIA (1964 – 1968).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e, aprovada em dezoito de março de dois mil e catorze, pela Comissão formada pelos professores:


Prof(a). Silvío Cesar Oliveira Benevides (UFBA)
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia


Prof(a). Lucileide Costa Cardoso (UFBA)
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo


Prof(a). Maria Victória Espiñeira González (UFBA)
Doutora em Filosofia e Ciência da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela

*A toda minha família e, em especial, a você
mãe, minha vida, dedico esse trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão de mais uma etapa em minha trajetória acadêmica. Principalmente a minha orientadora, professora Dr. Maria Victória Espiñeira, por sua paciência, sabedoria, sensibilidade, companheirismo, contribuição teórica e crença em minha capacidade enquanto pesquisadora e professora.

Não posso deixar de agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento dado à pesquisa através de bolsa acadêmica. Além dos colegas de mestrado, pelas trocas durante as várias disciplinas em que estivemos juntos.

Agradeço também aos colegas de graduação e especialização que apostaram na seriedade com que sempre tratei os temas ligados ao contexto ditatorial. Sem esquecer os professores que foram fundamentais no processo inicial de busca e encantamento por esse período histórico. A todos os meus alunos que me transmitiram apoio por todo esse tempo e os colegas de trabalho que sempre mandaram boas vibrações.

Agradeço, na mesma proporção, a todo o corpo docente e funcionários do Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais e de Pós- Graduação em História pelo apoio oferecido e pelo embasamento teórico ofertado em prol de um crescimento acadêmico e pessoal. Existindo um agradecimento em especial direcionado à Dora e ao Professor Clóvis Zimmermann, pelo apoio e respaldo acadêmico.

Agradeço à professora Lucileide Cardoso e ao professor Silvio Cesar Benevides pela disponibilidade para ler o material de qualificação, dando generosas contribuições ao trabalho.

Agradeço também a diretoria do Colégio Estadual da Bahia por ter liberado o meu acesso aos arquivos internos da instituição, possibilitando a descoberta de fontes históricas essenciais à realização da pesquisa. E a todos os entrevistados, ex-participantes ou não do Clube de Leitura, que generosamente contribuíram para a concretização do presente trabalho acadêmico.

Sendo, com grande ênfase, o meu agradecimento a todos os componentes de minha família, porque foram vocês que estiveram presentes ao meu lado em todos os momentos desses dois últimos anos. Foram vocês que vibraram junto a mim com a aprovação na seleção do mestrado e foram vocês que me estimularam de todas as formas, a perseguir o meu sonho. A todos vocês, um grande abraço.

Maria Carolina Soares Santana.

RESUMO

Se política não é uma atividade exclusiva dos órgãos das esferas institucionais e se apresenta socialmente nas suas mais diversas formas ou propostas, percebemos a participação de diversos setores, principalmente o estudantil, ao longo dos anos de Ditadura Militar no Brasil, como sendo dotada de um amplo sentido político. O movimento estudantil deve ser analisado de acordo com o contexto social, cultural e político no qual esteja inserido. Desta maneira, observam-se, no percurso do presente trabalho, os estudantes como instigadores de ações diversificadas e inovadoras em um momento que se mostrou opressivo e limitador da liberdade cultural e de pensamento no país. Assim, a Cultura passa a se utilizada como um dos palcos de atuação política em seu sentido mais amplo. Não por acaso, encontra-se, no Colégio Central da Bahia, um ambiente politicamente agitado e possuidor de entidades representativas estudantis, a fundação do Clube de Leitura no ano de 1964. Clube este que passou a utilizar o “jogo de cintura” como estratégia, em meio à conjuntura política tensa que estava inserido, para não gerar conflitos e prolongar seu tempo de vida e de atividades no interior da citada instituição de ensino.

Palavras-Chave: História, Política, Ditadura Militar, Bahia, Movimento Estudantil, Cultura, Clube de Leitura.

ABSTRACT

If policy is not an exclusive activity in the governmental institutional spheres and socially presents itself in its various forms or proposals, the participation of various sectors is seen, especially the student body, throughout the years of military dictatorship in Brazil, as being endowed with an broad political sense. The student movement must be analyzed according to social, cultural and political context in which it is inserted. Thus, if observed, in the course of this study, students as instigators of diverse and innovative actions at a time that proved oppressive and limiting the freedom and cultural thought in the country. Thus, culture will be used as one of the venues of political action in its broadest sense. Not by chance, is at Colégio Central da Bahia, a politically hectic environment and possessor of student representative bodies, the foundation of the Reading Club in 1964. This Club that started using the "balancing act" as a strategy amid the tense political situation that it was inserted in, to not create conflicts and prolong its life and activities within the said institution.

Keywords: History, Politics, Military Dictatorship, Bahia, Student Movement, Culture, Reading Club.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABES - Associação Baiana de Estudantes Secundários.

ACEB - Associação Cultural dos Estudantes da Bahia.

AP - Ação Popular.

APML - Ação Popular Marxista –Leninista.

CEBS - Comunidades Eclesiásticas de Base.

CLOB - Clube de Leitura Olavo Bilac.

CPC - Centro Popular de Cultura.

DNS - Doutrina de Segurança Nacional.

GATEB - Grupo Amador de Teatro da Bahia.

GAX - Grupo de Ação Crística.

JAC - Juventude Agrária Católica.

JEC - Juventude Estudantil Católica.

JIC - Juventude Independente Católica.

JOC - Juventude Operária Católica.

JUC - Juventude Universitária Católica.

ME - Movimento Estudantil.

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PC do B - Partido Comunista do Brasil.

PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores.

SOE - Serviço de Orientação Escolar.

TPE - Teatro Paulista do Estudante.

UCSAL - Universidade Católica de Salvador.

UEEs - União Estadual dos Estudantes.

UFBA - Universidade Federal da Bahia.

UNE - União Nacional dos Estudantes.

UNEB - Universidade do Estado da Bahia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: A AÇÃO POLÍTICA COMO POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA	16
1. 1 - O Cidadão e seus significados.	17
1. 2 – Breves considerações sobre a Política.....	19
1.2.1 - O Político e a Política.....	20
1. 3 - Um debate sobre o conceito de Sociedade Civil.....	22
1. 4- O significado dos Movimentos Sociais	26
1. 4.1 – Projeto Político e participação política no interior da sociedade civil.....	29
1.5 – Conclusões do Capítulo	33
CAPÍTULO II: “CENAS” DO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 1960 E 1970.....	38
2.1 - Os precedentes do Golpe e o Brasil no Período Militar.....	42
2.2 - A Cultura e sua proximidade com as ações políticas durante os Governos Militares.....	48
2.2.1 – A Cultura e o Nacional: Breves considerações.	49
2. 2.2 – A Cultura e a Bahia entre as décadas de 1950 e 1970.....	53
2.3– O confronto aos governos Militares.....	55
2.3.1– Um breve panorama das Movimentações estudantis no Brasil ditatorial.....	60
2.3.2 - Movimentações estudantis em Salvador e o caso do Colégio Central.....	62
➤ O Colégio Da Bahia/Colégio Central.....	63
2.4– O Micro, o Macro e o ano de 1968.....	67
2.5 - Conclusão do Capítulo	70
CAPÍTULO III: O CLUBE DE LEITURA - DE 1964 A 1969: A HISTÓRIA DE UMA ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....	72
3.1 - Um encontro de organizadores: O Nascimento do Clube de Leitura.	75
3.1.1– Considerações sobre Jackson de Azevedo.....	76
3.1. 2 – O processo de formação: duas visões e uma história.	79

3.2- Em busca de uma Organização: A primeira fase do Clube de Leitura.....	81
3.2.1 - Ao lado da Direção ou dos Estudantes? Considerações sobre uma das componentes do Clube de Leitura.....	91
3.2.2 – O Clube no ano de 1965 e a busca pela formulação de um estatuto.....	94
➤ Em meio à observação, uma intervenção: A incorporação do Grêmio pelo Clube de Leitura no Colégio da Bahia.	96
➤ Em meio à dupla participação uma incessante busca por maior organização no Clube de Leitura.....	101
➤ “Infelizmente levei muito tempo querendo esquecer tudo, fiz a gaveta sumir, desaparecer” - <i>A primeira fase do Clube de Leitura e a Revista Juventude: Uma Parceria?</i>	104
➤ O Clube de Leitura e a Associação Cultural dos Estudantes da Bahia (ACEB).....	109
➤ O Caminhar para a segunda fase do Clube de Leitura.	115
3.3- “Um banho de legitimidade”: A segunda fase do Clube de Leitura do Colégio da Bahia.....	118
3.3.1 – Uma nova gestão e o entrelaçamento com a Ação Católica.	118
3.4– “Por uma política diplomática”- A terceira fase do Clube de Leitura.	122
3.4.1 - A Reativação do Clube de Leitura.....	123
3.4.2 - A Dinâmica do Clube de Leitura Olavo Bilac (CLOB): <i>“fazíamos da biblioteca quase uma sala de estar”</i>	125
3.4.3 – A Relação entre o CLOB e o Grêmio.	130
3.4.4 - A Greve liderada pelo Clube de Leitura Olavo Bilac (CLOB) – Em busca do membro Marcus Dangremon.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147
ANEXOS.....	155
ANEXO 01.....	156
ANEXO 02.....	161
ANEXO 03.....	162
ANEXO 04.....	163
ANEXO 05.....	164
ANEXO 06.....	165

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem o intuito de resgatar a história do Clube de Leitura existente no Colégio da Bahia entre os anos de 1964-1969. Vale ressaltar que, ao longo de sua construção, este estudo pautou-se, metodologicamente, em estratégias interdisciplinares buscando, dessa forma, ampliar os debates sobre o destacado objeto de pesquisa.

O uso de métodos interdisciplinares é imprescindível para a constituição deste trabalho, pois se configura como reflexo da minha trajetória acadêmica. Afirmção decorrida pelo fato do recorte de pesquisa ser voltado para a História Política, por eu ser graduada em História e estar inserida no programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Portanto, acredito na necessidade de se estimular um diálogo entre as disciplinas, para a realização de debates mais amplos sobre a sociedade contemporânea.

A busca por uma interdisciplinaridade é o reflexo de uma formação acadêmica em História pautada nos princípios disseminados pelo movimento ocorrido na França, século XX, denominado de movimento dos Annales. O movimento dos Annales, de acordo com Hebe Castro em *História Social* (1997), aparece como um marco real ou simbólico do surgimento de uma nova história que passou a se opor às abordagens ditas “Rankianas”, as quais eram predominantes entre os historiadores até a primeira metade do século passado.

A partir desse movimento intelectual, que atingiu as Ciências Humanas, verificamos o surgimento de novas formas para se construir a História. De acordo com as ideias propostas por Castro (1997) e Jean Bouvier (1976), destaca-se que os historiadores inseridos na “primeira geração dos annales” se opuseram aos positivistas, os quais defendiam uma história factual e distante das estruturas sociais. Estes buscavam uma objetividade do saber histórico e suas explicações consistiam em um conjunto de cadeias de causa e efeito. Já os participantes dos annales enfatizavam a subjetividade do saber histórico.

Bouvier (1976) enfatiza que o Movimento de Annales buscava novas formas de investigação do passado humano. É importante mencionar que naquele período se instaurava a consciência de que para se analisar a sociedade, devia-se compreender sua história. Assim, o movimento garantiu uma repercussão muito grande, a ponto de mudar os rumos das produções históricas em vários países.

Os anos de 1930-1946 podem ser caracterizados como período de consolidação das mudanças promovidas. A Ciência Histórica começa a ser defendida e, conjuntamente a ela,

existe um estímulo à subjetividade, a novas fontes documentais e à necessidade de problematizar a história, não esquecendo que a mesma passa a ser construída a partir de perguntas feitas pelos historiadores aos documentos. Para Bouvier (1976), uma das maiores contribuições do Movimento dos Annales foi o esforço metodológico de abordar a História a partir de novos referenciais documentais e métodos.

No período de 1946 e 1968, o movimento traz uma ênfase na história econômica e social. Como resultado, houve a formulação de uma revista contando com a direção do historiador Fernand Braudel. Em tal período, a produção da chamada “segunda geração dos Annales” passou a ser marcada pela interdisciplinaridade, buscando por uma história-problema, além do alargamento de objetos de estudo e das possibilidades de fontes históricas. Nota-se que, com o movimento, passa a existir uma aproximação da história com a antropologia e os questionamentos sobre como dar voz aos “excluídos¹” tornam-se cada vez mais frequentes. Os debates metodológicos em relação ao uso da técnica de história oral, de acordo com Hebe Castro (1997), foram generalizados e, inclusive, tornaram-se hegemônicos entre os historiadores em nível mundial desde a década de 70.

Então, baseada nos princípios provindos do movimento dos Annales, trago os resultados da pesquisa realizada acerca do *Clube de Leitura do Colégio Central*. No qual trabalhei com a perspectiva da micro história, com o intuito de dar voz aos “excluídos,” e visando realizar um debate entre História e Ciência Política. Não em vão que me apeguei à proposta de ampliação das fontes históricas e optei por trabalhar com fontes orais e documentais.

Ao utilizar dois tipos de fontes, remeto-me a Durval Muniz de Albuquerque (1994) quando este destaca que os historiadores estão constantemente fazendo a manipulação de memórias, sejam elas escritas ou orais. Em relação à história oral, o autor destaca a importância de não acreditarmos que o passado está completamente guardado no inconsciente dos entrevistados. O que ocorre é que a memória involuntária (a qual chamamos de lembrança) seria uma recomposição do passado, seria fruto de um processo de rememoração, mas que não pode ser vista como um acesso direto a este passado. Para Albuquerque (1994), a recordação é um trabalho de organização dos fragmentos, de reunião dos pedaços de coisas e pessoas “que bóiam no passado confuso” (ALBUQUERQUE, 1994, p.43).

¹ Quando me refiro a “excluídos”, remeto-me ao alargamento das possibilidades de estudos por parte do historiador. Ou seja, os setores populares, que antes não eram vistos como participantes da história, passam a serem percebidos também como objeto de estudo a partir do movimento de Annales.

Por isso, acredito, assim como Marcio Seligmann Silva (1999), que não se pode reconstruir o passado tal como ele ocorreu. E que, em relação a uma história do tempo presente, são poucas as possibilidades de termos uma objetividade total, pois não existe uma história neutra. Além de perceber a memória² como uma categoria aberta e mais afetiva no relacionamento com o passado, determinando e intervindo em boa parte dos seus caminhos.

Mesmo assim, não se deve excluir nem deixar de considerar nenhum fato. O apropriado seria buscar, das mais diferentes formas e os mais diferentes elementos para reordenar, os materiais “abandonados pela humanidade carregada por seu “progresso” no seu caminhar cego” (SILVA, 1999, p.77). Então, meu intuito foi fazer o uso dos dois tipos de fontes, para resgatar o que foi o *Clube de Leitura*, mesmo tendo consciência de que não se reconstrói, na íntegra, a sua história.

Em relação às fontes documentais que utilizei no trabalho de pesquisa, destaco a análise de dois livros manuscritos formulados pelo Clube de Leitura. O primeiro trata-se do livro de atas do Clube datado de 1964 a 1968 e o segundo consiste em um caderno de controle dos livros que mais eram emprestados pelo Clube no Colégio. Conta-se ainda com correspondências encaminhadas pelo presidente do Clube da Leitura à direção do Colégio e que aparecem como importantes fontes para esta pesquisa.

Por último, e não menos importante, têm-se, como fontes, as entrevistas realizadas com ex-componentes do Clube de Leitura. Deve-se salientar que, para encontrar esses ex-integrantes, a internet representou um veículo significativo para esse estudo, pois, através desta, pude buscar e encontrar muitos integrantes (do Clube estudado) em sites e redes sociais. Posteriormente, os entrevistados passaram a indicar novas pessoas, o que nos leva a refletir sobre as estratégias que devem ser utilizadas em campo para concretizar e otimizar o tempo nas pesquisas.

Diante do exposto, é inegável a influência que o movimento dos Annales teve nas produções historiográficas anteriores e neste trabalho, pois almejei, entre outros elementos, realizar o diálogo entre a História e Ciência Política no estudo sobre o Clube da Leitura.

O Clube de Leitura pode ser visto como uma forma de associação estudantil existente no Interior do Colégio Central em contexto ditatorial e, como se apresenta pouco estudada

² Cardoso (2012) contribui com o debate ao destacar que a memória é a história vivida na consciência do grupo que a mantém. Enquanto que a História é um conhecimento interpessoal e despojado frente ao passado, a qual seria o registro de fatos que ocupariam um espaço na memória dos homens. Portanto, a História começaria onde terminaria a memória, sendo necessário para o historiador refletir sobre a relação existente sobre ambas, pois os depoimentos aparecem, muitas vezes, como novos fatos a serem investigados, erigindo-se como discursos que buscam legitimidade frente a outros discursos.

academicamente, há possibilidade de ser percebida como uma oportunidade para ampliar o debate sobre a *participação política* dos estudantes secundaristas no contexto destacado.

Por participação, remeto-me ao pensamento de Solange Diaz (2007) quando esta afirma que o termo sugere “tomar parte de algo”. Participação política seria, por conseguinte, qualquer forma, individual ou coletiva, de envolvimento do cidadão em atividades políticas (processo eleitoral de representantes, militância, engajamento em associações de natureza política ou social, manifestação pública de opinião, trabalho de conscientização política, etc.).

Por isso, ao comungar desse conceito de participação e ao fazer alusão à Heloisa Buarque de Holanda (1978), compreende-se que, a partir da década de 1960, as mobilizações estudantis se intensificaram no Brasil. Os jovens buscaram, cada vez mais, um engajamento cultural que estivesse relacionado com as formas de militância, e o sentido político dessas ações é percebido porque, como destaca Benjamin Arditi (2008), o político é elemento da condição humana e mesmo que as pessoas queiram negá-lo ele aparecerá em algum momento. Como afirma ainda Bringel e Espiñeira (2008), não estaria confinado a um único local (instituição ou âmbito estatal).

Para Solange Diaz (2007), a participação popular seria um processo político concreto. Ocorreria na dinâmica da sociedade onde os cidadãos, individualmente ou organizados em grupos ou associações, passariam a intervir de várias formas na sociedade. Ou seja, a participação seria um integrante da vida social.

Sendo assim, observam-se o Clube de Leitura e sua dinâmica de funcionamento como um reflexo da participação política estudantil entre os anos de 1964-1969 no Colégio da Bahia. A referida instituição educacional pode ser encarada, na década de 1960, consoante Cesar Carneiro (2008), como uma das mais politizadas da época. E em virtude disso, busquei resgatar a história do Clube de Leitura e realizar as devidas reflexões sobre o mesmo ao longo de três capítulos intitulados, respectivamente, como: Capítulo I: A ação política como possibilidade de transformação histórica; Capítulo II: As faces de um período autoritário e Capítulo III: O Clube de Leitura – 1964 a 1969: a História de uma organização estudantil.

CAPÍTULO I

A AÇÃO POLÍTICA COMO POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA.

“A política é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana”.
(ARENDDT, 2002.)

INTRODUÇÃO

Observa-se que os direitos fundamentais dos indivíduos foram interceptados diversas vezes ao longo de nossa história, impossibilitando, dessa forma, o sentimento de cidadania por parte da população. Mesmo assim, a tentativa democrática passou a se dar muitas vezes por processos conflituosos, sujeito à ampliação ou retração, evoluindo por meio de intensas lutas sociais ao longo do tempo.

Seguindo o pensamento que José Murilo de Carvalho destaca em *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2008), percebe-se que a cidadania foi se desenvolvendo a partir de lutas por direitos dentro do processo de construção do Estado Nação, passando a ser moldada, como atualmente é conhecida, nas relações estabelecidas entre o povo, o Estado e a nação. Cabendo destacar que em seu molde, assumiu singularidades em cada local. Ocorrendo, em alguns países, a difusão dos direitos a partir da ação do Estado e, em outros, do esforço dos próprios cidadãos.

Tendo por base essas informações, nos apegaremos nesse capítulo à ideia de que a cidadania, tal como conhecemos atualmente no Brasil, embora seja vista por muitos autores como sendo incompleta, foi, em verdade, uma conquista adquirida a partir de intensas lutas políticas deflagradas por diversos grupos sociais entre os anos de 1964 e 1985.

Como aborda Sidney Tarrow (2009), o confronto político ocorre quando indivíduos deflagram ações contra aqueles que consideram opositores, sendo estimulados por redes sociais e estruturas conectivas. E quando esse conflito passa a ser espalhado por toda a sociedade, percebemos um ciclo de confrontos que, se bem direcionados, podem proporcionar verdadeiras revoluções³. Por isso, verificam-se nesse primeiro capítulo o significado político das ações individuais e a dimensão que essas ações tomam quando inseridas nos movimentos sociais, refletiremos, sobretudo, acerca da importância dessa dimensão coletiva de atuação. Serão estabelecidas, também, as devidas articulações com o movimento estudantil que apareceu no contexto ditatorial como um dos setores mais tensos e dinamizadores do processo de redemocratização brasileira.

1.1 - O CIDADÃO E SEUS SIGNIFICADOS.

De acordo com Carvalho (2008), no Brasil, a palavra “Cidadania” começou a ser difundida após o término do período ditatorial (1985) e a recorrência ao uso dessa palavra apareceu como o reflexo de uma sociedade que ansiava por uma reconstrução da cidadania no país. Segundo o estudioso, o ideal de uma cidadania que combinasse elementos como a liberdade, participação e igualdade entre todos foi algo desenvolvido no Ocidente e passou a servir como parâmetro de qualidade para tal prática em diversos países, nos mais variados períodos históricos. Diante disso, cabe um questionamento sobre o que é ser um Cidadão e quais suas principais características.

Carvalho (2008) destaca que para ser cidadão em plenitude, o indivíduo teria que possuir direitos civis, políticos e sociais. Caso o contrário, poderia integrar a esfera dos “cidadãos incompletos” (possuidores de pelo menos um direito) ou “não cidadãos” (não teriam direito algum).

³ BOBBIO; MATTEUCCI; GIANFRACO (1998) traduzem “Revolução” como tentativa de derrubada das autoridades políticas existentes e busca por mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica. A Revolução se diferencia da revolta porque esta se limita geralmente a uma área geográfica circunscrita e é, na maioria das vezes, isenta de motivações ideológicas, além de não propor uma subversão total da ordem constituída.

Os direitos civis são caracterizados, pelo autor, como aqueles em que a garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente e acessível a todos. Eles seriam garantidores da existência de uma sociedade civil e de relações civilizadas entre as pessoas. “Sua pedra de toque seria a liberdade individual” (Carvalho, 2008, p.9). O autor ainda destaca a possibilidade de existência dos direitos civis sem direitos políticos. E quando falo em direitos políticos me refiro, entre outros elementos, à participação do cidadão no governo da sociedade. O seu exercício é limitado à parcela da população e consiste, de acordo com o autor, na capacidade de realizar demonstrações públicas, organizar partidos, votar e ser votado. Destaca-se que quando se trata de direitos políticos é comum associar ao direito de voto já que, como afirma Habermas (2004), este seria a expressão das vontades do eleitor.

No entanto, apesar de poder se falar em direitos civis sem, necessariamente, remeter-se aos direitos políticos, o contrário, não é possível. Isso ocorre porque o voto fica esvaziado de conteúdo caso não existam os direitos civis. Ou seja, sem o direito da liberdade de opinião e organização, o voto passaria a ser apenas um instrumento para justificação dos governos e não para representar os cidadãos.

Visualiza-se, dessa maneira, que os direitos civis dão garantias à vida em sociedade, os direitos políticos possibilitam uma participação no governo da sociedade, mas e os direitos sociais? Como resposta, Carvalho (2008) pontua que os mesmos garantem a participação na riqueza coletiva.

Os direitos sociais aparecem possibilitando a educação, o trabalho, o salário mínimo, saúde, aposentadoria. Podem, inclusive, existir sem os direitos civis e sem os políticos, mas na ausência dos mesmos, o seu conteúdo e alcance tendem a ser arbitrários. Os direitos sociais possibilitariam uma redução das desigualdades, desencadeadas pelo sistema capitalista, em sociedades politicamente organizadas e teria como ideia central a justiça social.

Diante do exposto, é interessante salientar que, em relação ao Brasil atual, não é possível afirmar a existência de uma cidadania absoluta (composta por direitos civis, políticos e sociais). Ocorreu, inegavelmente, um retorno (após a ditadura militar) da liberdade de manifestação dos pensamentos e de ação política. Todavia, como explicar os altos índices de violência urbana no país, a falta de qualidade na educação, precariedade nos serviços de saúde, desigualdades sociais e econômicas? E, como “vendar os olhos” para a crescente perda de confiança nos mecanismos do sistema “democrático” (eleições, partidos, congresso, políticos, entre outros)?

Como cita Carvalho (2008), existiu uma ingenuidade popular ao acreditar que a democratização das instituições traria a felicidade nacional e que a reconquista do direito ao voto possibilitaria liberdade, participação, segurança, desenvolvimento, emprego e justiça social. Entretanto, foi esse intuito de restabelecer os direitos, retirados com o golpe de 1964, que impulsionou ações políticas populares, em todo o país ao longo dos 21 anos de ditadura militar.

Vale ressaltar que a ideia de ação como única atividade exercida, entre os homens, que não necessitaria de uma mediação das coisas ou da matéria, correspondendo à condição humana da pluralidade, é destacada por Hannah Arendt em *A condição Humana* (1995). De acordo com a autora, todos os aspectos da condição humana possuem relação com a política e essa pluralidade é a condição de toda a vida da mesma. A ação possibilita a lembrança, o processo histórico e está relacionada com a condição humana da natalidade, ou seja, é com o recém-nascido que se inicia a capacidade de agir. Tomando como base esse argumento é possível afirmar que, as atividades humanas possuem um sentido de ação e, conseqüentemente, de natalidade. Evidencia-se, ainda, que toda ação é considerada uma *atividade política*.

1.2 – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA

Se formos nos remeter aos Clássicos da Sociologia, percebemos que para Max Weber, de acordo com Carlos Sell (2010), a política pode ser entendida como um conjunto de esforços visando uma participação no poder ou influenciar uma divisão do mesmo. Caracterizado o “poder” como a capacidade de imposição de vontades no interior de uma relação social. Já para Marx, a política seria o resultado das lutas entre as classes sociais, trazendo a ideia de que a mesma deveria levar em conta as relações entre classes, a lógica do capital e da força de trabalho.

Não podemos negar que o debate sobre o significado de política é amplo e, como destaca Maar (1994), é uma referência e está presente em nosso cotidiano. Falar em política é perceber seu caminhar conjuntamente à História e ser consciente de sua origem através do dinamismo temporal e dos movimentos que buscam interferir na realidade social.

Ou seja, a política é uma atividade que pode transformar a história e, ao contrário do que muitos pensam, não está associada exclusivamente aos órgãos da administração pública ou a esfera institucional. É notório que, em sociedade, existem várias políticas ou ao menos várias propostas assim encaradas. Em virtude disso, os movimentos sociais e a política de base podem ser vistos como agentes políticos dotados de grande importância em nosso cenário social e tão necessários quanto o governo e os partidos.

1.2.1 - O Político e a Política

Para Benjamin Arditi (2008), o político é um elemento da condição humana e mesmo que as pessoas queiram negá-lo aparecerá em algum momento. Por isso, é válido questionar: qual a diferença entre político e a política? Para Arditi (2008) “a política e o político são registros da matéria política: eles coexistem e se entrelaçam, mas não são redutíveis a um ou a outro” (ARDITI, 2008, p.428).

Já Chantal Mouffe (2007) salienta que ao tentar se estabelecer uma distinção, a partir de um viés filosófico, pode-se dizer que a política se referiria a um nível “ontico” e o político a um nível “ontológico”. Ou seja, o nível “ontico” teria relação com as diversas práticas da política convencional e o “ontológico” seria voltado para como se instituía a sociedade.

Para Hanna Arendt (2002), a política aparece como uma necessidade à vida humana. Toda vez em que os mais diferentes homens buscarem se organizar por coisas em comum estarão fazendo política, pois ela teria a capacidade de organizar, “de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida as diferenças relativas” (ARENDR, 2002, p. 24).

Segundo a autora, o pensamento político contaria, em sua essência, com a possibilidade da formação de opiniões, e a preocupação com o mundo seria um dos pontos centrais da política. Para ela, quando os homens se reúnem, tanto na vida social, como privada ou pública-privada, surge um espaço de reunião, o qual na mesma proporção que os unem, os separa também. Cada um desses espaços possuiria “estruturalidades” que mudariam ao longo dos tempos e se manifestariam, peculiarmente, tanto na vida privada como na social e pública. Na vida privada, essa manifestação se daria por meio dos costumes; na social, em convenções e na vida pública, através das normas positivadas, ou seja, por meio das leis, constituições e

estatutos. E para Arendt (2002), toda vez em que os homens se reúnem o mundo entre eles se move e seria nesse interesse que todos os assuntos humanos ocorreriam e se fariam.

É por isso que, para a autora, esse mundo seria o espaço entre os homens, e não poderia existir sem eles, bem como o inverso também não seria possível. As pessoas agiriam nesse mundo real, assim como seriam condicionadas por ele também, sendo visível que a maioria das coisas ocorridas, nesse espaço citado, passaria a se refletir no ser humano e a co-determiná-lo.

Para Arendt (2002), já que o sentido da política é a liberdade, esse homem, pode realizar verdadeiros milagres no momento que passa a refletir e agir, pois ele é possuidor de capacidades improváveis e incalculáveis. E vale ressaltar que, mesmo que alguns desses homens não tenham plena consciência disso, eles sempre estão agindo.

Mouffe (2007) enfatiza que, para Hannah Arendt, o político seria um espaço de deliberação pública e liberdade. Contudo, afirma que outros teóricos acreditam que seria um espaço de poder, conflitos e antagonismos e se posiciona como simpatizante das ideias trazidas pela segunda vertente destacada. Ou seja, para Mouffe (2007), o político aparece como uma dimensão de antagonismos que é constitutiva das sociedades e a política é um conjunto de práticas e instituições que criam uma determinada ordem e organizam a coexistência humana em momentos em que existem conflitos derivados, justamente, do político.

Em consonância com o presente debate, percebe-se que Breno Bringel e Maria Victória Espiñeira (2008) também aludem à diferença entre política e o político. A primeira, intimamente relacionada ao âmbito estatal ou institucional, já o político se diferenciaria pelo fato de não estar localizado em uma dimensão específica, ou seja, não estaria confinado em um único local. Os autores ainda acrescentam que esses debates sobre os dois termos seriam constantes no âmbito da Ciência Política e se encontrariam em um processo de consolidação.

O que ocorre é que até pouco tempo atrás, como afirma Espiñeira (2001), a participação observada nos espaços ditos “não formais” ou comunitários, associações de lazer, culturais religiosas, de autoajuda e esportivas não era vista como forma de participação política, pois a maioria dos discursos que existia na Ciência Política afirmava que para essa participação ocorrer seria necessária uma natureza política extremamente determinada e reivindicações bem elaboradas contra as autoridades. Caráter que essas associações não teriam, sendo melhor classificadas como social.

No entanto, como afirma Agnes Heller (1998), não é tão simples diferenciar uma ação social de uma ação política. A autora aponta que esta é percebida quando existem pessoas agindo na condição de cidadãos, se falando ou mobilizando os demais na mesma condição, ampliando, assim, o conceito de ação política. E, ao evidenciar a necessidade de ampliação desse conceito, Heller (1998), destaca três possibilidades de análise, as quais podem contribuir para identificar e classificar uma ação como política ou não. Segundo a autora, uma ação é definida como política quando: publiciza suas reivindicações privadas de alguma forma, seja por meio da imprensa ou qualquer outro mecanismo de divulgação; quando sua ação ocorre dentro de organizações políticas e quando mobiliza outras pessoas para tratar de questões tanto sociais como privadas, recorrendo-se a ideias políticas, direitos e normas democráticas gerais ou universais.

Maria Victória Espiñeira e Helder Teixeira (2008), ao citarem Dewey, também destacam que, para esse autor, não existe uma separação entre política e a vida cotidiana já que, a primeira, seria a própria vida. Sendo assim, o indivíduo como um ser político inserido em movimentos sociais (sua dimensão coletiva de atuação) pode vir a estabelecer conexões entre representantes e representados. Aparecendo a *Sociedade Civil* como o local onde esses movimentos sociais se inserem.

A sociedade, para Maar (1994), pode ser subdividida em sociedade política e sociedade civil. A primeira, composta por administração pública, judiciário e o conjunto de suas leis, a censura, a política e as forças armadas; já a sociedade civil, por outro lado, contaria em seu interior com os partidos, as instituições de propaganda, escolas, empresas, sindicatos, igreja, os movimentos sociais e populares. No entanto, existem diversos debates acerca do termo “sociedade civil”. Mas, o que vale ressaltar é que, apesar da quantidade de debates existentes sobre o tema,

(...) a sociedade civil não é um ator coletivo e hegemônico (...) é um conjunto heterogêneo de múltiplos atores sociais, com frequência opostos entre si, que atuam em diferentes espaços públicos e que, via de regra, têm seus próprios canais de articulação com os sistemas político e econômico. Isso quer dizer que a sociedade civil está entrecruzada por múltiplos conflitos e que ela é, em todo o caso, uma “arena de arenas” (DAGNINO, 2006, p.23. apud: Walzer, 1992).

1.3 - UM DEBATE SOBRE O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL

Evelina Dagnino (2006) caracteriza a Sociedade Civil como dotada de uma grande heterogeneidade, sendo o reflexo de seus próprios componentes: atores sociais, formas de ações coletivas, construções identitárias e projetos. Não podendo deixar de destacar que seus atores sociais passam a desenvolver formatos institucionais diversos, a exemplo de: sindicatos, associações, redes, mesas e fóruns. Além de inúmeros projetos que, segundo a autora, podem ser, inclusive, pouco democráticos. Sem deixar de mencionar que, em relação à América Latina, essa heterogeneidade verificada não pode deixar de ser vista como resultado de seu processo histórico, pois, como afirma Dagnino (2006), esses diversos atores sociais se formam nos mais diferentes contextos históricos e políticos.

De acordo com Jean Cohen (2003), generalizações aparecem em muitos discursos sobre o que é a sociedade civil, além do termo ser constantemente utilizado para designar os impedimentos civis, organizações sem fins lucrativos e redes mundiais, grupos de defesa aos direitos humanos, movimentos transnacionais, entre outros. Esses debates se revelam como extremamente importantes nos diálogos sobre a democracia e sobre o processo de democratização.

Para Cohen (2003), os teóricos da democracia passam a ver a sociedade civil como sendo capaz de gerar solidariedade e democratizar a ordem nacional e essas crenças trazem a concepção de que uma sociedade civil, em escala global, poderia compensar o déficit democrático na nova ordem mundial. No entanto, a concepção do que seria essa sociedade, muitas vezes, não se torna clara e, por isso, o autor a compreende como uma esfera de interação social que se diferencia da economia e do Estado, sendo composta por três parâmetros analiticamente distintos: pluralidade, publicidade e privacidade. Menciona-se ainda que o aparecimento da sociedade civil ocorreu juntamente com o Estado moderno, ou seja, teria sido a partir da vinculação entre Estado e direito e o desenvolvimento da soberania e do constitucionalismo jurídico interno que se permitiu a existência dessa tripartite.

O nascimento da sociedade política (partidos) e da sociedade jurídica (juristas, tribunais, etc.), para Cohen (2003), tornaram-se indispensáveis para o estabelecimento da diferenciação entre Estado moderno, sociedade civil e economia de mercado. No século XIX, os mais importantes teóricos da sociedade civil tinham uma visão peculiar dos três parâmetros já mencionados. Por Pluralidade, falava-se de respeito a associações voluntárias; publicidade referia-se a reuniões públicas de caráter civil destinadas a articulações de interesses comuns. E, por fim, a privacidade aparecia como a autonomia do indivíduo, institucionalizada em

direito. Dessa forma, a constitucionalização implicou em uma autorregulação da sociedade civil.

Outro significado atribuído à sociedade civil, de acordo com Cohen (2003), foi designado por Gramsci. Este autor passa a enfatizar essa sociedade como um campo simbólico e um conjunto de instituições, os quais representam o lócus para a formação dos valores, normas de ação, significados e identidades coletivas. A sociedade civil seria, portanto, um local para a existência de contestações, e suas associações e redes se assemelhariam a um campo de lutas, forjando-se alianças, identidades coletivas e valores éticos.

Baseando-se na ideia de que nenhuma concepção de sociedade é neutra, identificamos autores como Toureine e Melucci enfatizando o aspecto contestador da sociedade civil. As associações informais e os movimentos sociais aparecem se distinguindo das associações e instituições mais formalizadas, bem como dos sindicatos e partidos (organizações de classe).

Cohen (2003), a partir dessas observações, expõe que pode transitar entre a perspectiva da sociedade civil como fonte dinâmica e inovadora para a tematização de novos problemas, formulação de novos projetos, criação de novos valores e novas identidades coletivas, e a sociedade civil como autonomia cívica institucionalizada. Constata-se que, diante da ação coletiva, o formato institucional da sociedade civil e da sociedade política pode se tornar alvo de lutas pela democratização. Por isso, observamos, no século XX, a existência de um acréscimo à conceituação da pluralidade societária a partir da ênfase nos movimentos sociais que aparecem como importantes para o sistema político de despertar a consciência para novos problemas e questões.

De acordo com Cohen (2003), na sociedade civil, os atores não buscam a conquista do poder do Estado ou a organização da produção. Eles tentam exercer influência pela participação em associações e movimentos democráticos por meio da mídia pública e isso nos faz notar que as instituições e organizações da sociedade política e econômica são receptivas às influências da sociedade civil.

A sociedade civil e o Estado, para Cohen (2003), são contíguos e as atividades cívicas buscam influir nas decisões dos Estados e fazer com que eles respondam pelos atos praticados. Os cidadãos aparecem como autores e objetos do direito, participando de certa forma de um destino comum. Na sociedade civil, os atores dirigem-se aos seus Estados e são objetos de suas ações. Portanto, para a autora, a sociedade civil participante e vigilante é ativa no debate público tornando, assim, um governo representativo democrático e justo.

Todas as teorias do séc. XX, acerca da sociedade civil, partem do pressuposto de que os atores de uma determinada sociedade são cidadãos do Estado onde eles residem. Cohen (2003), no entanto, deixa claro que discorda do foco Neoparsoniano⁴, pois acredita que ele parte de um erro categorial. Para ela, o conceito de sociedade civil não equivale ao de nação ou comunidade societária, não é uma organização determinada por critérios de pertencimento e não constitui uma sociedade total, ao contrário, os conceitos de sociedade civil não são fechados.

Observamos que, ao escrever com Arato no ano de 1992, a autora traz a perspectiva de que “os novos movimentos sociais”, nascidos no fim da década de 1950 e início de 1960, sendo pautados desde as lutas pelos direitos civis até os feministas, ambientalistas, pacifistas entre outros, foram dotados de uma pluralidade e engajamento cívico paradigmático do séc. XX. E essa nova forma de pluralidade indicava uma vitalidade da sociedade civil, envolvendo formas de engajamento civil capazes de gerar capital social muito importante para o projeto de democratização.

Cohen (2003) ainda ressalta que a esfera pública e a sociedade civil se mostram como mediadores entre representantes e representados. Essa mediação aparece, entre outras, na direção de informar os representados (para atos de avaliação) e aos representantes sobre o estado de espírito dos eleitores. Evidencia-se, além disso, a atuação governamental na esfera política e a oposição as quais ocorrem exclusivamente na sociedade civil. Ora, esse seria o motivo de vermos uma maciça divulgação da expressão (“Sociedade Civil”), designando as orientações políticas da sociedade divergente do governo.

Tomando por base essa informação, identificamos que, para Arendt (1995), a ação deve se desenrolar no espaço público. E esse espaço deveria ser constituído pela igualdade e pela pluralidade, sendo nesse local, onde a atividade puramente humana se desenvolveria e em que a política teria vez.

Percebemos que é, justamente, nesse lugar público que os *movimentos sociais* vêm crescendo na contemporaneidade e passando a serem impulsionados pelo descrédito e desalento produzido pelas práticas governamentais. Notamos que enquanto a política institucional fala pelo povo e para o povo, os movimentos sociais refletem o discurso popular e, por serem dinâmicos, vêm tomando uma proporção cada vez mais acentuada à medida que suas reivindicações não são resolvidas.

⁴ Ver: Cohen (2003).

Um movimento social, para Gohn (2010), seria a expressão de uma ação coletiva decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Sendo caracterizados por demandas que refletem sua identidade, seus adversários e aliados, bases, lideranças e assessorias, práticas de comunicação diversa, projetos ou visões de mundo que deem suporte a suas demandas e culturas próprias que encaminham suas reivindicações.

Para a autora, os movimentos sociais, criados e desenvolvidos a partir de grupos da sociedade civil, partem da inspiração trazida pelos direitos individuais e coletivos e constroem sua própria identidade. Por direitos coletivos destacamos aquele que abrange todo um grupo social. Já os individuais, estão inseridos no âmbito dos direitos humanos e são vistos em múltiplas dimensões: social, econômica civil/ política e cultural. Visualiza-se que os direitos individuais ou coletivos têm como referência o universal, o direito para todos e todas baseados na igualdade. Os movimentos sociais aparecem, então, com a proposta de se fazer uma política, já que essa atividade é social e transformadora, objetivando conseguir determinados fins utilizando-se de determinados meios.

Compreendemos assim que, inseridos na Sociedade Civil, aparecem tanto os movimentos sociais como diversificados tipos de associações possuidoras de padrões, resultados do modelo de acumulação de capital, tipo de regime político e padrões culturais dominantes existentes em cada temporalidade histórica. Os movimentos sociais, com sua organização e suas informações, possibilitam ao cidadão se sentir parte da sociedade política e, como destaca Espiñeira e Teixeira (2008), eles seriam grandes agentes para o aprimoramento institucional, aparecendo como formadores e informadores sobre essa própria sociedade civil.

1. 4- O SIGNIFICADO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

De acordo com Breno Bringel e Enara Echart (2008), não se pode generalizar e afirmar que todos os movimentos sociais promovem a democracia ou contribuem para a democratização. Entretanto, há uma tendência na contemporaneidade para que muitos deles incorporem uma dimensão renovada de lutas democráticas contribuindo, de certa forma, para a reinvenção das práticas e teorias de mesmo caráter.

É interessante notar que existe uma indissociabilidade entre a democracia e os movimentos sociais, sendo fundamental percebermos o Estado como contínua referência para as relações entre os movimentos sociais e a democracia, assumindo, por vezes, o papel de um importante interlocutor político e receptor de muitas demandas.

O debate sobre os movimentos sociais é bastante longo. Para Bringel e Epineira (2008), a partir da década de 1960, ocorre a inserção dos mesmos como objeto de estudo na academia surgindo, a partir disso, uma série de teorias e paradigmas sobre o tema. Podemos, nesse sentido, destacar as teorias clássicas que vão se centrar no Estado-nação e, atualmente, são cada vez mais revisitadas. Segundo os autores, a democracia não seria algo estático, mas sim uma reinvenção contínua da política e se daria justamente em um processo histórico e conflituoso. Contudo, ressalta-se que as lutas dos movimentos sociais possibilitam uma ressignificação da política e da democracia.

Quanto aos estudos dos movimentos sociais, é percebida a adoção, por parte dos pesquisadores, de diferentes técnicas que permitem um aprofundamento sobre o tema. A exemplo de entrevistas em profundidade e enquetes; estudos de arquivos e observação participante; estudo de casos singulares e desenhos comparativos bastante complexos; narrações de histórias de vida. Além disso, percebe-se o diálogo estabelecido entre diversas áreas do saber, como extremamente importantes, para a compreensão dos movimentos sociais e de sua relação com a democracia ou com a democratização.

Os processos de transições democráticas, em diversos países latino americanos, vêm recebendo uma atenção maior dos teóricos dos movimentos sociais na contemporaneidade. Assim, evidencia-se que as práticas e os discursos dos mesmos contribuíram para a passagem dos regimes autoritários aos regimes democráticos, ocorrendo isso inclusive no Brasil.

Para Sidney Tarrow (2009), a fase de intensificação dos conflitos e do enfrentamento, entre os atores no sistema social, pode ser denominada como ciclo de protestos, ocorrendo uma rápida difusão da ação coletiva oriunda dos setores mais mobilizados que buscam envolver os menos mobilizados. Enfatiza-se que os estudos feitos sobre os ciclos de ação coletiva, da mesma forma que aqueles da transição à democracia, têm como eixo analítico os períodos de grande agitação política e social.

Mesmo assim, Tarrow (2009) acredita que existem poucos estudos que enfocam o “papel” central dos movimentos sociais no jogo democrático. De acordo com o autor, deve haver um olhar mais aguçado para as diversas dimensões dos movimentos sociais, ou seja,

recebê-los como impulsores do processo de democratização, como “protagonistas” em um processo contínuo de reivindicação da política democrática.

Não podemos deixar de notar, também, que os movimentos sociais devem ser pensados a partir do contexto histórico e conjuntural em que estão inseridos. A identidade política desses movimentos não é única e imutável. A mutabilidade dos mesmos ocorre porque, inseridos em sociedade, existe uma constante aprendizagem e busca por novos e diversificados interesses. Com um intuito de exemplificar essa análise, podemos nos valer da exposição de Maria da Glória Gohn (2010) sobre as organizações populares reveladas com um cunho político distinto dos movimentos reivindicatórios das camadas mais abastadas da sociedade que se mobilizam, em grande parte, visando melhorar seu status quo.

Palomino; Rajher e Lascano (2003) realmente acreditam que, no interior de cada movimento social, existe uma mescla de tendências e correntes independentemente dos seus protagonistas se perceberem como parte de um mesmo espaço coletivo. Podendo haver, inclusive, variadas orientações ao se intervir no sistema político. Em determinados momentos, algumas dessas tendências ou correntes podem assumir orientações puramente instrumentais, no campo social, e em outros, podem dirigir suas demandas ao Estado e ao sistema político com o intuito de adquirir recursos que possibilitem iniciar um processo de transformação das relações sociais. No entanto, para os autores, embora se diferenciem em alguns aspectos, todas “concebem as ações cotidianas como essencialmente políticas” (PALOMINO; RAJHER; LASCAN, 2003, p. 310).

Como afirma Héctor Palomino (2006), apesar dos movimentos sociais poderem seguir orientações diferenciadas, buscam articulações entre si através de organizações informais, criando espaços comuns ou realizando ações que gerem reciprocidades. Dessa forma, para o autor, seriam os movimentos sociais que “apagariam” as possíveis barreiras existentes entre política e a sociedade, possuindo a capacidade de transformar a sociedade em um espaço político.

Palomino; Rajher e Lascano (2003) alegam que o campo de ação dos movimentos sociais é extremamente vasto e rico em possibilidade de experimentação social. Os movimentos aparecem dotados de esforços originais que podem, inclusive, coletivamente, definir e produzir bens e serviços que são necessários em sociedade. Assim, para os autores, são práticas deliberativas de atores sociais, inseridas em um espaço público e que aprofundam e reconduzem a democracia ao seu foco social já que, para eles, a mesma não pode ser apenas um termo, uma definição de um regime político. O movimento social seria, então, uma das

possibilidades para desafiar o que é instituído. Assim como é irritado, também irrita ao sistema político.

Carlos Gadea (2008), contribuindo com a temática aqui discutida, afirma que os movimentos sociais aparecem como uma “comunidade de valores” e apresentam uma grande interação entre seus integrantes. Representariam modelos de sociabilidade, e para compreendermos o sentido e o significado das ações coletivas e dos movimentos sociais, seria necessário atentarmos quais os sistemas simbólicos que eles estariam questionando, seus discursos, as regras de convivência que eles apresentam e quais projetos possuem.

1.4.1 – Projeto Político e participação política no interior da sociedade civil.

Como visto anteriormente, os movimentos sociais aparecem como dimensão coletiva de atuação do indivíduo que, para muitos estudiosos, é essencialmente um ser político. No entanto, deve-se ressaltar que o contexto de igual natureza mais o econômico e social de uma determinada temporalidade histórica pode vir a condicionar os *projetos políticos* desses movimentos, favorecendo-os ou os bloqueando rigorosamente. Portanto, torna-se necessário compreendermos o que esses projetos representam.

Para Dagnino (2006), os projetos políticos seriam construções simbólicas que estabeleceriam relações com a cultura e com culturas políticas específicas. Similar a um conjunto de elementos que contribuiria para a existência de uma crença sobre como deveria ser a vida em sociedade. Esses elementos seriam, entre outros, as concepções de mundo e os interesses que passariam a orientar as ações políticas dos diferenciados indivíduos. Assim sendo, a noção de projeto político carrega a ideia de que a política seria uma esfera estruturada por ações de sujeitos que teriam suas atitudes desencadeadas com base em suas crenças, interesses, valores e um conjunto de representações. Cabendo destacar que a depender das escolhas feitas, pode-se surgir diferenciados conflitos.

Conforme afirma Ernesto Vera (2006), cada pessoa possui uma série de conhecimentos (valores, normas e estratégias cognitivas) que contribuem e são refletidos de alguma forma através de suas ações. E a partir do momento que existe um compartilhamento de suas “cosmo visões”, surgem novos projetos políticos, fazendo-nos perceber sua diversidade revelada socialmente.

De acordo com Dagnino; Olvera e Panfichi (2006), a noção de projeto político traz consigo, entre outras hipóteses, a afirmação de que a política é um terreno feito e estruturado por escolhas de sujeitos influenciados, justamente, por suas crenças, valores e interesses. Podendo, essas escolhas, entrar em conflito com outros “quereres” e, com relação a condições estruturais, com recursos e oportunidades que qualificam e circundam sua implementação. Cabe ressaltar que quando se alude a conflitos entre “quereres”, refere-se a divergências entre diferentes projetos políticos e, no segundo caso, para intencionalidades que neles existem e que podem se chocar com a existência ou não de condições para sua realização.

Dagnino; Olvera e Panfichi (2006) ainda argumentam que os projetos políticos são coletivos e apresentam perspectivas sobre como deve ser a vida em sociedade, sendo seu conteúdo orientador da ação política nas diversas formas que ela possa assumir.

Para os autores, tais elementos são dotados de uma série de dimensões que influenciarão, das mais diferentes formas, suas configurações. E por meio da identificação dessas formas, podemos compreender mais sobre os mesmos e sobre até que ponto divergem ou convergem entre si. Sendo interessante evidenciarmos que, justamente, por serem portadores de múltiplas dimensões, os projetos políticos se apresentam como mutáveis e em necessária transformação.

Tanto Vera (2006) como Dagnino; Olvera e Panfichi (2006) apontam, na América Latina, a existência de três grandes projetos políticos, entre os quais se colocam a disputa pela construção democrática. São eles: o neoliberal, o autoritário e o democrático-participativo. Nota-se, no entanto, que a consolidação de cada um desses, do peso, significado político e implementação variam de acordo com cada localidade específica.

Inicialmente é possível afirmar, de acordo com Vera (2006), que os atores, no neoliberal, aparecem como clientes e é totalmente aceitável a não universalização dos direitos. Debruçados nessa ideia Dagnino; Olvera e Panfichi (2006) complementam que o impulso desse projeto foi dado devido ao interesse em ajustar a economia, pois o que se pretende é que as responsabilidades do Estado, no âmbito social, sejam direcionadas ao setor privado. Essa seria uma alternativa para a redução dos custos do Estado e do seu déficit fiscal. Por outro lado, os autores afirmam que a sociedade civil, de acordo com esse projeto, apareceria como informante sobre as demandas sociais, detentora de organizações que poderiam executar políticas públicas que atendessem sua auto demanda. Assim, existiria uma exclusão na sociedade civil, já que só seriam reconhecidos aqueles setores que exercessem esses tipos de funções.

Em relação ao projeto político autoritário, diante da grande aceitação da democracia liberal como modelo de organização política, percebemos que referente à versão clássica, representada pela ditadura militar, se encontra com pouca visibilidade. Todavia, destaca-se que, nesse modelo, o presidente ou o ditador é colocado como ator político principal e em relação ao Estado e a sociedade civil esta, em princípio, é ignorada.

Os direitos políticos são suprimidos nesse tipo de projeto e qualquer manifestação em protesto passa a ser vista como um ataque à legitimidade do Estado. Ou seja, a influência da sociedade sobre o Estado é quase inexistente.

Por fim, pode-se afirmar que o projeto democrático aparece para Vera (2006), entre outros elementos, como aquele em que o cidadão compartilharia o poder. A participação se daria em interfaces socioestatais de cogestão que teriam como base a ideia de direitos. Por interfaces, o autor destaca o espaço no qual existe um intercâmbio e conflito entre diversos atores que se relacionam intencionalmente e, conseqüentemente, chocam seus projetos.

Em consonância com essas ideias Dagnino; Olvera e Panfichi (2006) expõem que esse projeto político busca uma radicalização da democracia. A participação da sociedade nos processos decisórios aparece como tema central desse debate, refletindo uma espécie de instrumento proporcionador de uma maior igualdade, porque contribuiria com a formulação de políticas públicas que seriam orientadas para esse objetivo.

Ocorre que, com o projeto político democrático, o Estado passaria a ser desprivatizado, tornando-se mais permeável ao interesse público, pois seria formado nas instâncias de participação da sociedade e, por conta disso, a apropriação privada de seus recursos seria amenizada. Haveria, então, um compartilhamento do seu poder decisório por parte da população e não apenas uma consulta a esses sujeitos. Vale ressaltar também que surge uma necessidade de controle sobre o Estado, e para tal, o uso de mecanismos de acompanhamento e monitoramento passam a ser usados por parte da sociedade. Dentre esses instrumentos ressalta-se a prestação de contas ou *accountability*. Dagnino; Olvera e Panfichi (2006) afirmam que na América Latina, em anos mais recentes, são utilizados pelo menos três modelos de prestações de conta: ações de grupos da sociedade civil que buscam a vigilância de órgãos estatais ou de processos políticos; criação de novas instituições no Estado visando garantir o direito à informação ou ajudar a vigiar o exercício do governo e, por último, a criação de agências de controle interno do próprio Estado que operam como entidades autônomas. Um exemplo desse terceiro mecanismo, no Brasil, é a criação de ouvidorias em diversos níveis do governo, bem como agências estatais que possuem diversificados impactos.

Inserido nesse conjunto de características sobre o projeto político democrático aparece ainda a noção de política ampliada, ou seja, reconhece-se as diversas possibilidades de se fazer política e isso ocorre pois, os analistas necessitaram reconhecer a emergências dos novos sujeitos políticos, a exemplo dos movimentos sociais.

O que notamos ao refletir sobre a existência dos três projetos políticos citados é uma real heterogeneidade da sociedade civil que, juntamente com o Estado possui uma série de possibilidades de colaboração ou confronto, aparecendo esses modelos como componentes da ação política.

De acordo com Solange Diaz (2007), o processo político é composto pela participação popular existente na dinâmica das sociedades. Seria durante essa dinâmica que, individualmente ou organizados, em grupos ou associações, os sujeitos passariam a intervir de diversas formas. Ou seja, a participação seria parte da vida social. Por isso, podemos afirmar que o exercício da cidadania, em dimensões que extrapolam as práticas eleitorais, são conquistas dos chamados “novos movimentos sociais” que vão emergir, no Brasil, nos anos de 1970 e 1980. Esses movimentos, segundo a autora, teriam se organizado como espaços de “ação reivindicativa” e se multiplicado por todo o país, formando uma teia de organizações populares mobilizadas em torno da conquista, ampliação e garantia de seus direitos.

Santos (2008), em consonância com esse discurso, também pontua que, no Brasil e na América Latina, os movimentos sociais adquiriram um caráter popular na década de 1970. Ou seja, no contexto ditatorial. Nesse período, foi percebido um “aflorar” de reivindicações da população contra as precárias condições de saúde, educação, saneamento básico, transporte público, entre outros. Os referidos movimentos passaram a ser chamados de urbanos justamente pelo fato de ocorrerem nas cidades e buscarem melhorias nesse local. Vale ressaltar, entretanto, o caráter policlassista das organizações. Já que em seu interior se reuniriam diversos grupos com situações econômicas diferentes ou com indivíduos que pertenceriam à mesma camada social e que, de alguma forma, poderiam contribuir com a conquista de espaços efetivos de participação popular na sociedade civil.

Em meio a essas informações, podemos analisar a relação estabelecida entre os movimentos sociais e a democracia, tendo como base a “fronteira do Estado-Nação”, e nos remetermos a Alain Touraine (1996), o qual percebe o sujeito e a democracia como forças inseparáveis de mediação na sociedade, e os movimentos sociais tendo um papel central na construção da democracia já que atuam na defesa dos interesses coletivos. Por isso, para o

autor, o social não deve estar submetido ao político nas aspirações do aprofundamento democrático.

Evidencia-se que os movimentos sociais não atuam apenas nas transições políticas. Contudo, esses ao agirem, por diversas vezes, ao longo das fronteiras dessas transições, foram silenciados pela imposição de alguns regimes autoritários, a exemplo dos anos de 1964 a 1985, no Brasil, onde a Ditadura Militar foi instaurada.

Portanto, como expõe Habermas (2004), o povo passou a ter um papel elementar no processo de construção democrática. E, como afirma Dagnino (2002), a Sociedade Civil, no contexto ditatorial, apareceu como o único núcleo capaz de se organizar e resistir aos mandos e desmandos do governo militar. Vindo essa organização partir de diversos setores sociais, a exemplo de sindicatos, associações de profissionais e do movimento estudantil que representou um dos setores mais tensos na sociedade civil brasileira. Como ratifica Maria Ribeiro do Valle (2008), passando a serem tratados, pelo governo brasileiro, como caso de segurança pública e questão militar.

1.5 - CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.

Como enfatiza Michel Foucault em *A micro física do poder (1979)*, o “poder” seria uma prática social construída e estabelecida historicamente, não sendo, portanto, um objeto natural e nem unitário. Sendo percebida, inclusive, a existência de suas mais variadas formas, seja o do discurso, da disciplina, o regulador ou outros. Dessa forma, o poder consiste em um elemento simbólico que, por ventura, seria estabelecido a partir das relações e práticas sociais, nas quais, necessariamente, um sujeito delega-o ao outro.

O “poder” não se encontra apenas no Estado, existem micro poderes ligados ou não ao aparelho estatal. Muitos não buscam apenas reprimir e castigar, como é o caso do disciplinador, o qual atua na divisão dos espaços, na vigilância e na produção dos saberes. Existem, ao contrário dessas formas disciplinadoras, as que agem realmente como mecanismos de transformação das estruturas sociais.

Portanto, comungando com a ideia de que o poder em sociedade, não está presente apenas no Estado, Celi Pinto, em *Teorias da democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade (2004)*, destaca a presença dele, também, nas mãos da população que,

inserida na sociedade civil, participaria, de acordo com Juan Liz e Stepan (1999), de uma série de movimentos sociais (grupos de mulheres, associações de vizinhança, grupos religiosos e organizações intelectuais) e de associações cívicas provenientes de todas as camadas sociais (como sindicatos de trabalhadores, grupos de empresários, jornalistas ou advogados). Valendo ressaltar que teria a sociedade civil, como uma aspiração normativa e um estilo de organização, contribuído com a oposição aos regimes burocráticos – autoritários liderados pelos militares, na América do Sul.

Colaborando com essa reflexão, Cohen (2003), frisa que os atores civis possuem condições de mobilizar Estados e organizações regionais, por meio dos processos de comunicação e pela pressão política. No Brasil, por exemplo, um dos marcos da oposição e pressão política foi o ocorrido entre os anos de 1964-1985, protagonizado pelos estudantes, um dos setores mais mobilizados da época. Ou seja, o movimento estudantil, no contexto, apareceu inserido na sociedade civil possuindo, entre outros interesses, o de restabelecer os direitos civis, contribuindo com sua atuação política organizada, no processo de redemocratização brasileira graças às pressões que desencadearam contra o governo autoritário.

De acordo com Bringel e Echart (2008), o Estado aparece como referência fundamental nas relações entre os movimentos sociais e a democracia, pois detém o monopólio legítimo da violência (com repercussão direta na sua função repressora sobre os movimentos sociais) e aparece como interlocutor político e receptor de muitas demandas. Por tal razão, o percebemos, a partir da década de 60, como marco interpretativo e articulatório central da ação coletiva no que se refere às teorias das ações coletivas e dos movimentos sociais.

Tomando como base Juan Liz e Stepan (1999), as transições e consolidações democráticas implicam o movimento de um regime não democrático para um democrático. No entanto, para Sergio Costa (1997), diversos autores confinaram os estudos da democratização na esfera institucional ignorando as práticas cotidianas dos agentes políticos. Diante disso, Costa (1997), comunga da ideia de compreender o relacionamento estabelecido entre o Estado e a sociedade civil analisando o papel desses atores para a transformação dessas relações.

Para o autor, os movimentos sociais contribuíram para a democratização, sendo esperado, deles, mecanismos de intermediação dos interesses ou a renovação partidária. Ocorre que, de acordo com Dagnino (2002), a sociedade civil brasileira, profundamente

marcada pelo autoritarismo, após a década de 1970, ressurgiu em oposição ao Estado autoritário. Então, as instituições democráticas (eleições, livre organização partidária, etc.) voltam a vigor avançando-se o processo de mesmo caráter, o qual se estende até os nossos dias sem previsão de término. Perante esse fato, Dagnino (2002) esboça que a construção da democracia é um processo multifacetado que resulta da disputa de diferentes projetos políticos no interior da sociedade civil e dos diversos níveis do aparato estatal.

Carvalho (2008) traz a ideia de entusiasmo popular ingênuo após a ditadura militar. O povo passou a acreditar que a democratização das instituições, após 21 anos de autoritarismo e a reconquista dos direitos de eleger os representantes, seria uma garantia de liberdade popular, segurança, emprego, desenvolvimento e justiça social.

Mas, muitos direitos continuam inacessíveis à maioria da população. O fato é que o exercício de certos direitos não determina a “geração” necessária de outros. O poder de voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Ou seja, a liberdade e a participação não levam automaticamente a resolução de problemas sociais, devemos ficar atentos, assim, para as diversas dimensões da cidadania.

Imbuídos por esse interesse observa-se que as teorias sobre a democracia não passam de um conjunto de debates que exploram o que a mesma deveria ser, poderia ser, mas que não é. Etimologicamente falando, a palavra designaria “governo do povo” ou “poder do povo”. No entanto, não podemos dizer que todos os cidadãos são plenos, possuidores de todos os direitos. Diante disso, Satori (1995) destaca que nunca existiu e que, provavelmente, nunca existirá uma democracia.

Habermas (2004) traz a concepção que a democracia não é uma anarquia, devendo ser analisada como uma forma de governo e para Sartori (1994) ela, de todos os sistemas políticos, seria aquele que mais depende de uma grande clareza intelectual para ser compreendido. Possuindo, ainda, para Habermas (2004) como seus alicerces a opinião pública, as eleições e participação.

Satori (1995) enfatiza sobre a importância da democracia participativa, já que a própria, em sua concepção, possibilita diversos questionamentos populares a respeito de suas finalidades e reais características. Segundo o autor, embora o povo tivesse um poder limitado, esse “poder”, seria importantíssimo no processo eleitoral devido seu caráter quantitativo, capaz de definir os representantes que iriam interferir nos interesses da coletividade. Interesse esses que, nas democracias modernas, estariam expressos no interior dos comitês. E o que

seriam esses comitês? Para o autor, estruturas regulamentadas e legitimadas durante o tempo, citando como exemplo o próprio sistema governamental na atualidade.

Contribuindo com esse debate podemos nos referir a Jürgen Habermas (2004) quando o mesmo aponta a importância do povo de maneira racional e autônoma no processo de desenvolvimento de uma democracia. Fazendo uso da teoria do discurso e do direito, propõe que a partir do momento que a população se conscientizar e passar a ter uma maior autonomia (utilizando o poder da comunicação, observando seu papel político, travando debates e desenvolvendo discursos) começará a vigorar um consenso, o qual seria um dos principais elementos de uma sociedade democrática. Enfatizando Gramsci (2002), a vontade coletiva só poderia ser obtida a partir do choque de ideias e a partir dos debates que resultariam na formação do senso comum.

Os partidos políticos aparecem como a instituição democrática mais importante e, para Arato (2002), a democracia representativa moderna tem como característica principal a desconfiança. Existe uma identificação e uma crença nos líderes carismáticos e plebiscitários de partidos e governos. Contudo, toda liderança teria um prazo para acabar, pois existe a suspeita de que o líder pode não ser exatamente o que aparenta ser. E esse questionamento divide espaço com a possível identificação popular.

Percebemos, desse modo, que a democracia atual é fruto de um processo histórico que tem como atores centrais, para a modificação política e social do país, os movimentos sociais. Como já citado, a participação política e as diversificadas formas de ação exercida pelos estudantes, inseridos nos movimentos estudantis, no contexto ditatorial contribuíram com o processo de redemocratização brasileira.

É inegável que os estudantes teriam pertencido a um dos setores mais mobilizados e organizados nos anos da ditadura militar no Brasil. Como afirma Silvio Benevides (2006), no Brasil, entre os anos de 1960 e 1970, ocorreu o transbordar, entre os jovens, da vontade de modificar uma situação política e comportamental. Esses intuitos de modificação passaram a ser refletidos a partir do meio estudantil, pois esses jovens brasileiros saíram às ruas munidos da vontade de transformar radicalmente o país, enfrentando a ditadura militar, criando e recriando novas formas de atuação política para burlar as imposições pregadas pelo regime existente na época.

De acordo com Benevides (2006), o Movimento Estudantil no Brasil, entre os anos de 1960 e 1970, teria passado por três fases distintas. A primeira fase abarcaria os anos de 1964 até 1968 e que foi caracterizada pelas manifestações de rua; a segunda, entre os anos de 1969

e 1974, teria sido denominada de fase de recuo estratégico e, por último, de 1974 até 1979, sendo caracterizada pela luta em busca de uma retomada da legalidade no país.

Observamos assim que os jovens, influenciados por ideologias de esquerda, inseridos no movimento estudantil, foram um dos principais agentes de contestação e oposição no contexto. Ou seja, os estudantes, tanto os secundaristas como universitários passaram, paulatinamente, a representar um canal de expressão dos setores insatisfeitos com a situação política do Brasil como veremos em nosso próximo capítulo.

Capítulo II

“CENAS” DO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 1960 E 1970.

“(...) ‘Nas férias quero aprofundar minha visão de mundo. Quero estudar desde o Marxismo as diversas facetas da realidade brasileira’ (...)

“(...) A Juventude estudantil começa a entender que o comprometimento que tem com a transformação da sociedade brasileira é um compromisso de vida e não de períodos estanques quando (...) sentem-se envolvidos pelo clima de agitação comuns nos meios estudantis”.

JORNAL DA BAHIA, Jan. 1968, p.6.

APRESENTAÇÃO:

Em consonância com o que observamos anteriormente, ao longo do presente capítulo, trarei de maneira parcial ou até mesmo incompleta, um panorama sobre a sociedade brasileira no período estendido entre os anos de 1960 e 1970, buscando, com isso, pontuar características referentes ao seu âmbito econômico, social, cultural e político.

Por se tratar de um panorama, de forma alguma possuo a pretensão de esgotar tais assuntos, ocorrendo, inclusive, momentos em que identificarei sucinta e pontualmente características dessa conjuntura histórica em que a sociedade brasileira foi governada por militares. Sistema esse que, por conta de suas ações opressivas, contribuiu para “a ebulição” de ações diversificadas e inovadoras dos diversos setores sociais e, em especial, do estudantil, o qual demonstrou a Cultura como sendo um dos palcos existentes nesse contexto histórico para a atuação política em seu sentido mais amplo.

INTRODUÇÃO:

Em um contexto de crise econômica e enfraquecimento político, se instaurou no Brasil, através de um golpe no ano de 1964, um Governo Militar caracterizado pelo autoritarismo, repressão, pelo nacionalismo e pelo incentivo ao crescimento econômico do país.

Em meio à conjuntura histórica local, inserida no contexto mundial de guerra fria, foi configurada, por parte das classes dominantes e militares, a ideia de que a persistência de um regime democrático não poderia impedir a ascensão do reformismo trabalhista ao poder. Assim, o golpe, há muito previsto, caminhava para sua concretização no governo de João Goulart (apresentando uma postura favorável à reforma de base).

O contexto da Guerra Fria (e suas ramificações) atingiu o Brasil, atrelado à política externa Norte Americana, ocasionando que, na década de 1960, o fantasma do comunismo passasse a ser usado como pretexto contra o governo reformista de João Goulart que, por sua vez, acabou derrubado do poder pelos militares.

Assim, o dia primeiro de abril de 1964 é marcado na história brasileira como o início do período em que o país passou a ser comandado por um triunvirato composto pelo Exército, Marinha e Aeronáutica e que levaria 21 anos para alcançar o término.

Como mostra Caio N. de Toledo (2006), a intervenção no processo político das Forças Armadas Brasileiras, em abril de 1964, surgiu como finalidade mascarada de “salvar” o país da “subversão” e “anarquia” política, do “caos econômico” e, conseqüentemente, do “totalitarismo ateu e comunista” que vicejavam e ameaçavam a democracia nos chamados tempos do populismo.

O golpe de 1964 teria sido o coroamento de iniciativas de setores políticos e militares que se opunham à consolidação da democracia política no Brasil. Questionando, no governo Goulart, as bases e medidas que afetavam o capital estrangeiro. Para os protagonistas do golpe quaisquer tipos de mobilização política e de consciência ideológica da população implicariam no questionamento ao sistema político e da ordem econômica e social vigente. E essa ordem deveria permanecer, em contrapartida, sob o controle absoluto das classes mais abastadas. Dessa forma, é possível verificar que o golpe de Estado foi articulado ao longo de décadas pelos setores “duros” das forças armadas e pelas forças liberais e conservadoras, que comungavam com ideias antipopulares e contrárias à democracia participativa.

Fico (2004), ao citar René Armand Dreifuss⁵, afirma que, no ano de 1964, teria existido a culminância de um movimento civil-militar contra João Goulart. Ocorrendo, no período estendido entre os finais dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, uma conjuntura social baseada na extrema censura contra a imprensa, suspensão de direitos políticos, prisões, torturas e assassinatos.

Segundo Giraldelli Junior (2003), o governo militar foi pautado em termos educacionais pela repressão, privatização, institucionalização do ensino profissional, tecnicismo pedagógico e a desmoralização do magistério por uma confusa legislação educacional. A ditadura foi exercida pelo pacto entre a tecnocracia militar e civil, a burguesia nacional e as empresas multinacionais. Por isso, pode-se dizer que foi uma ditadura do capital com braços militares.

Com o governo autoritário, os movimentos de educação popular, nos quais se desenvolveu uma espécie de escola nova popular baseada na pedagogia libertadora de Paulo Freire, foram barrados. As experiências de ginásio pluricurriculares e similares foram ao mesmo tempo dificultadas e reprovadas, no período, como formas de incrementar e divulgar a pedagogia tenentista que se tornou a teoria educacional oficial nos anos de 1960 e 1970.

Quanto ao ensino escolar, Giraldelli (2003) destaca o surgimento das leis 5.692/71 e 5.540/68 obtendo as mais variadas respostas por parte da população. E no que tange à expectativa de ingressar em um nível superior, o autor expõe que o incentivo proposto pelos acordos MEC /USAID possibilitou o atrelamento entre a escola e o mercado de trabalho, servindo como um artifício utilizado pelo governo militar para reservar o ingresso ao ensino universitário apenas à minoria populacional vinculada à elite, fazendo com que o sistema educacional despertasse aspirações que não poderiam ser satisfeitas pela maior parte da população brasileira.

Ao estarmos inseridos nesse breve debate sobre a situação educacional durante a gestão de governos militares não podemos deixar de notar que, principalmente, entre os anos de 1960 e 1970, as salas de aulas, conjuntamente com as ruas de diversas cidades do país, passaram a serem palcos e principais espaços de protesto e insatisfação civil. Conseqüentemente, intelectuais, artistas e estudantes sofreram repressões a ponto de serem proibidas muitas peças teatrais, de diretores de cinemas serem perseguidos, de a música popular brasileira sofrer retaliação e inúmeros compositores e poetas serem presos ou exilados.

⁵ Cientista Político Uruguiano, formado em História, Doutorado em 1980 na universidade de Glasgow com a tese: *State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil, 1961 -1965.*

Partilhando das ideias acima descritas, o autor Boris Fausto (2006) aponta que, nos anos de 1969 a 1973, pode ser visualizado um extraordinário crescimento econômico combinado com as baixas taxas de inflação no país. Ocorrendo um aumento de, em média, 11,2% ao ano do Produto interno bruto (PIB), tendo seu pico em 1973 com a variação de 13% e a inflação média anual fixada em 18%, demarcando o período como, efetivamente, um “milagre econômico”.

Os planejadores desta política, apresentando à frente Delfin Neto, se beneficiaram, em primeiro lugar, de uma situação econômica mundial caracterizada por uma ampla disponibilização de recursos, na qual os países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, tomavam empréstimos externos, aumentando sua dívida de 40 para 97 bilhões de dólares em 1972 e 375 bilhões em 1980.

Fausto (2006), assim como Mendonça (1985), nos conscientiza de que essa política não aplicava uma receita liberal, deixando como tarefa da “Mão invisível do mercado” a promoção do desenvolvimento no país. Ao Estado, cabia a função de intervir em uma extensa área indexando salários, concedendo créditos, isenções de tributos entre outros.

O Governo também teria passado a criar diversos projetos que, em sua maioria, não respeitavam nem o meio ambiente tão pouco a população local, vindo à palavra “ecologia” não possuir relevância naquele momento. O projeto da rodoviária transamazônica, proposto no governo Médici, representa um bom exemplo dessa situação, surgindo como artifício para assegurar o controle brasileiro em outras regiões.

Em consonância com essas informações, Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990), não pode deixar de ser citado, por verificar a existência do “nacionalismo ufanista” no governo Médici. Adepto de vários slogans, a exemplo do: “Brasil ame-o ou deixe-o”. Sobre o efeito do milagre econômico e da vitória nos campos de futebol, o regime parecia estar mais forte e consolidado, porém, devido aos desgastes que se abateram sobre ele, tornou-se evidente a necessidade de redemocratização do país que, como afirma Luis Henrique Dias Tavares (2001), só aconteceria no ano de 1988 com a promulgação da constituição de 1988.

Dessa forma, pontuo brevemente, durante essa introdução, as artimanhas políticas estabelecidas nos anos que se estendem de 1964 – 1985 e visualizo as faces do período ditatorial brasileiro, centrado no processo de crescimento econômico do país, voltado a uma política autoritária, repressiva, excludente, nacionalista e altamente vinculado aos empréstimos exteriores. Portanto, a partir desse momento, trago outras características sobre o contexto citado, buscando demonstrar o Movimento Estudantil (Secundarista e Universitário),

inserido nessa conjuntura histórica, “desempenhando um papel decisivo em importantes capitais” (FILHO, 1998, p.29) e contendo, quando necessário, atividades políticas intimamente vinculadas à esfera da “Cultura”, porque como vimos no capítulo anterior, o homem é um ser político que está inserido na heterogenia da sociedade civil, sendo portador de projetos políticos que estão intimamente relacionados com a cultura e com culturas políticas específicas.

2.1 - OS PRECEDENTES DO GOLPE E O BRASIL NO PERÍODO MILITAR

Como afirma Sonia Regina Mendonça (1985), a sociedade brasileira, no início dos anos de 1960, teria revelado uma série de contradições provindas das décadas anteriores. Sendo interessante evidenciar a posição de destaque ocupada pela burguesia industrial, no contexto, e a inviabilização do atendimento às demandas populares provocada pela crise econômica iniciada em 1962. Crise esta que implicou em uma pressão popular brasileira sobre o regime político existente, o qual, não resistiria às suas próprias contradições.

Essa crise que, a rigor, configurar-se-ia como uma crise de consolidação do capitalismo (1962-1964) foi justificada por muitos como sendo de subconsumo ou política. Surgida devido a uma quebra do dinamismo de acumulação brasileira, registrada em inícios dos anos de 1960, e pela diminuição do ritmo de investimentos industriais.

Várias versões coexistiram numa tentativa de explicar essa diminuição dos índices de expansão brasileira. Para alguns, a crise teria sido de superprodução e, por isso, seria necessária, urgentemente, a criação de novas classes médias capazes de garantir o consumo dos produtos. Outros, entretanto, enfatizavam que a raiz dessa adversidade estava ligada ao baixo incentivo e à substituição de importações em função da “impossibilidade absoluta” de um novo pacote de investimentos.

Porém, Mendonça (1985) aborda que as razões de insuficiência de capitais e inversões que caracterizaram a crise de 1962-1964 devem ser buscadas através de outras fontes que não estejam relacionadas apenas aos salários emitidos, já que:

(...) os custos com maquinaria não se elevaram- protegidos pelo cambio subsidiado pelo Estado – nem subiram aqueles de ordem financeira, já que o Estado fornecia

créditos a taxas de juros favoráveis, somente o aumento da composição orgânica do capital poderia afetar negativamente a taxa de lucro e os índices de inversão (...) (MENDONÇA, 1985, p.71).

O percebido é que, no contexto destacado, acontecia no Brasil uma crise de superacumulação com caráter monopolista. A situação econômica do país passou a sofrer influência de períodos anteriores, além da impossibilidade do Estado realizar novos investimentos e as manifestações políticas do colapso do populismo⁶ serviram como obstáculos à acumulação capitalista.

O Estado aparece como o grande eixo de acumulação, possuindo o papel de fixador dos salários e de grande investidor produtivo que, ao ter uma arrecadação inferior às suas despesas, não poderia em hipótese alguma continuar financiando novos investimentos.

O capital estrangeiro, como segundo eixo da industrialização, passou a entrar no mercado brasileiro temendo a desestabilização da política e, portanto, dificultando o financiamento. Impossibilitando, dessa maneira, certa acumulação de capital. Em meio a essa condição, ocorre a queda dos preços de café, repercutindo negativamente sobre o déficit da balança comercial e sobre os pagamentos, vindo ao mesmo tempo ocorrer o aumento dos preços internos da produção agrícola desprezada pelo Plano de Metas, o qual foi promovido por Juscelino Kubicheck (JK).

Em meio a isso, a necessidade de combate à crise e de retomada do crescimento se tornam acentuadas. Surge a percepção, por parte do executivo, de que seu poder estava abalado devido às constantes pressões promovidas pelos sindicatos e militares. O alinhamento a direita surgiu como possibilidade de recuperação e expansão incentivada. Assim, os setores agrários, industriais e comerciais passam a se unir com o setor militar visando o restabelecimento das fontes de investimento público e privado.

Dessa forma, o golpe militar de 1964 surge como um pacto de poderes no país, articulado entre o corpo militar e empresarial, introduzindo a burguesia industrial e financeira nos núcleos de poder e propiciando a desarticulação de forças populares que passaram a ser excluídas de qualquer instância do Estado. Não sendo, de forma alguma, percebido como marco de novo modelo de acumulação, mas como propiciador da consolidação e aprimoramento definitivo do modelo implantado no país nos anos de 1950.

⁶ A produção acadêmica atual conta com uma série de trabalhos que problematizam sobre esse tema. No entanto a aqueles que buscarem se debruçar sobre o “populismo” indicamos como obra básica o livro de IANNE, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.

Entre as diversas justificativas dadas, pelo novo governo implantado, para a efetivação do golpe cabe destacar, no presente trabalho, a afirmação de querer reorganizar o “caos” em que a sociedade brasileira encontrava-se até o momento. No entanto, o que percebemos realmente, no contexto que se estende de 1962 – 1967 será a evidência de um período marcado por crise econômica ocasionada por uma recessão calculada devido às inflexões produzidas em 1964. Salienta-se que esta recessão passa a ser vista como importante no processo de restabelecimento do ciclo econômico, sendo seu resultado observado entre os anos de 1968 e 1974, caracterizados pelos exorbitantes lucros destinados às empresas monopolistas (tanto estrangeiras, como nacionais) e que por ventura ficou marcado na história como o período do “Milagre Econômico Brasileiro”.

Segundo Mendonça (1985), a política econômica do novo Estado caminhava no intuito de conseguir maiores investimentos. E como forma de obter controle sobre a inflação acentuada do período, recorreu ao arrocho salarial, vindo a classe trabalhadora, nesse sentido, sofrer uma grande diminuição de seus salários reais, como podemos notar no quadro abaixo:

Quadro I

Evolução do Salário Real (1958 – 1969) (São Paulo)

Salário Médio Mensal		
	Nominal (Ncr\$)	Real (Ncr\$)
1958	8,54	8,54
1959	11,53	8,29
1960	15,86	8,67
1961	23,00	8,98
1962	36,79	9,36
1963	66,23	9,25
1964	121,20	9,61
1968	169,68	8,14
1966	220,58	6,88
1967	275,73	6,49
1968	344,66	6,51
1969	430,83	6,58

(Fonte: IANNI, O. – Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1977, p.279 apud MENDONÇA, p. 76)

Além disso, uma nova legislação salarial e trabalhista foi produzida no ano de 1965, contribuindo para a sujeição dos trabalhadores aos programas de poupança forçada; a criação de um novo sindicato, que tivesse como base o impedimento de organização da classe trabalhadora, e o fortalecimento dos sindicatos, percebendo-se a existência de sistemas corporativos como condutores da coesão social. Essa política foi proposta pelo governo como forma de institucionalizar o arrocho contra a classe de trabalhadores e abolir o direito de greve beneficiando, em contrapartida, a classe média.

Essa nova política salarial e trabalhista contribuiu para uma maior subordinação do trabalhador à disciplina fabril, implicando em altas produtividades do trabalho, fórmula ideal para o aumento dos lucros nessa conjuntura recessiva. Exemplo evidente dessa situação pode ser constatado ao citar o aumento da produtividade da Empresa Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS) saltando de 48,5 toneladas/homem em 1965 para 121,9 em 1968.

A política trabalhista tanto foi fundamental para o alto índice de crescimento no pós 1968, como também, favoreceu o processo de deterioração da vida dos trabalhadores, contribuindo, assustadoramente, para o aumento do número de acidentes de trabalho e para o crescimento do índice de mortalidade infantil decorrido, em grande parte, pelos níveis de nutrição.

Quadro II

Mortalidade infantil em algumas capitais

Ano	Recife	Belo Horizonte	São Paulo	Goiânia
1950	230,4	103,8	89,7	117,5
1960	151,7	74,2	62,9	—
1964	125,6	—	67,7	87,0
1966	149,4	87,2	73,8	84,0
1968	153,9	102,3	75,1	46,6
1970	505,7	107,7	—	98,5
1971	193,7	102,2	—	122,2

(Fonte: SINGER, P. – op.cit. p.83 apud MENDONÇA, p. 80)

Identificamos que o grande beneficiamento institucional das empresas surgiu, entre outros elementos, pelo fato de o governo não mais controlar administrativamente os preços e

aplicar suas exigências fiscais como forma de “garrotar” o pequeno capital. O Estado passou, dessa forma, a não mais exercer sua função econômica de captador da poupança interna nacional, produtor, redistribuidor dos recursos e gerente dos ativos financeiros. Ele passou a atuar como capturador dos excedentes das classes média, beneficiando o crédito ao consumidor, ampliando a circulação dos bens duráveis e alterando a política fiscal.

Sendo assim, a partir do que Mendonça (1985) expõe, repara-se que, no pós 1964, existiu uma ampliação do setor produtivo estatal sendo necessária a elevação de investimentos nos setores produtivos, químicos e de indústria, como forma de existir um aumento do saldo qualitativo necessário à manutenção da acumulação. O Estado torna-se o maior “tomador” de empréstimos exteriores e, concomitantemente, as empresas do setor produtivo estatal redefiniriam seu caráter, disputando recursos produtivos e mercados com as demais frações do capital, e todo esse conjunto de fatores contribuíram para o crescimento da economia brasileira a partir dos anos de 1968.

O crescimento econômico percebido após o ano de 1968 até 1974 atingiu recordes absolutos em torno de 9 a 10% ao ano, configurando o que costumamos denominar de milagre econômico. No entanto, a autora cita que diante de todos esses mecanismos utilizados pelo regime autoritário, a ocorrência do crescimento era previsível, como mesmo destaca: “milagre seria não ter tido o milagre” (MENDONÇA, 1985 p.83). Tendo como maiores saldos qualitativos os setores ligados às atividades mecânicas (74,7%), de material elétrico (76,2%) e de material de transporte (96,5%).

No entanto, a crise do milagre econômico pode ser discutida através de dois pressupostos. Como uma crise de endividamento ou uma crise de esgotamento do fôlego na manutenção do ritmo de crescimento. As multinacionais importavam uma grande quantidade de produtos básicos e bens de capital, gerando, dessa forma, um alto déficit na balança comercial. Ao mesmo tempo, gerava-se uma evasão de dívidas onerosas para o balanço de pagamento, tendo o Estado o papel de mediar essa situação devido sua função de permear as dívidas que alimentavam o circuito de negociações.

A partir dos anos de 1974, o mercado financeiro ficou mais instável devido à crise do petróleo, contribuiu-se, assim, para a queda na circulação dos eurodólares. Esse ano foi marcado, também, pelo esgotamento por parte da classe trabalhadora em meio às epidemias e a mortalidade infantil. Gerando novas mobilizações políticas que, de certa forma, pressionaram o Estado a se mover em busca de uma diminuição do déficit do balanço de pagamento, por meio da compressão das importações de bens de capital. Além de buscar

reordenar as prioridades de desenvolvimento econômico através do Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

Esse plano originário na gestão de Geisel teve como objetivo promover a substituição do setor de bens de consumo pelo de bens de produção, tendo como agente de reorientação o Estado, o qual visava manter as taxas de crescimento em níveis semelhantes aos anos de 1973 e através disso, prolongar o milagre econômico. Todavia, alguns obstáculos centrais contribuíram para a extinção dos objetivos dessas medidas em 1976.

Entre esses obstáculos destaca-se, inicialmente, o fato de que a definição de um novo setor industrial, a ser contemplado pelos benefícios do Estado, não ser uma questão apenas econômica, pois poderia alterar a correlação de forças no interior do pacto de poder. Em segundo lugar, a abertura externa de nossa economia mudaria de sinal e o plano foi lançado sem analisar essa questão. Os financiamentos de projetos seriam disponibilizados por bancos oficiais, e o Estado tentava estabelecer um maior controle sobre o capital financeiro. Por fim, a definição de novos pólos industriais para a implantação de projetos previstos, a exemplo de Trombetas e Carajás, que beneficiariam supostamente áreas diferentes do núcleo de acumulação capitalista, tendo uma grande resistência política da região sudeste do país.

Com o acréscimo desse elemento à grave situação interna do Brasil, o patamar inflacionário cresceu aceleradamente, desvalorizando o câmbio e complicando mais ainda nossa dívida externa, tornando-se inevitável o esgotamento do “milagre econômico brasileiro”.

Segundo Mendonça (1985), até 1980 a tônica contencionista estabelecida pela política econômica do governo se manteve em meio aos interesses do capital bancário e industrial, porém, sem êxito, pois necessitava da reordenação do pacto político. Mesmo assim, em meio à imprevisibilidade em torno de quem o Estado beneficiaria ou não, a economia brasileira não dispensou os empréstimos externos.

A partir dos anos de 1979, a política econômica brasileira centrou-se na desaceleração da economia, ocorrendo o fim dos incentivos e o financiamento da produção industrial, além da exportação de manufaturados. As tensões em meio à classe dominante eclodiram e se concentraram no âmbito de setores como os de bens de capital nacional, os quais estavam sendo ameaçados pelo corte de investimentos estatais que continham seu maior mercado consumidor, e de setores bancários que permaneciam temerosos de que o Banco do Brasil pudesse se transformar em um estabelecimento puramente comercial tornando, conseqüentemente, seu concorrente.

O Brasil adentrou a década de 1980 vivendo uma decomposição do pacto de dominação e um impasse político, pois uma parte da burguesia, aos poucos, ia se entregando à política liberal, retirando seu apoio aos militares e, concomitantemente, as forças populares se aproveitavam das brechas desse impasse para despertar movimentos de oposição ao governo e afirmarem seu reconhecimento no espaço político.

Na realidade, o golpe de 1964 não rompeu com os padrões de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek (JK), representou a institucionalização de uma tendência presente na economia brasileira. Se houve alguma diferença no tratamento ao capital estrangeiro essa se referia ao volume e à diversidade onde sua presença existisse. Bem como ao fato dele ser incorporado, daí por diante, como estratégia de um projeto político institucional na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Quanto ao fim do milagre, este contribuiu para a retirada do regime da escassa solidariedade de um conjunto de grupos sociais que, por ventura, estavam comprometidos com o processo de acumulação apoiado pelo Estado e pelas multinacionais, vindo até mesmo os militares se preocuparem com a falta de legitimidade do governo.

2.2 - A CULTURA E SUA PROXIMIDADE COM AS AÇÕES POLÍTICAS DURANTE OS GOVERNOS MILITARES.

Roque Laraia (1988) destaca que as discussões sobre o conceito antropológico de cultura, nos últimos 100 anos, têm se tornado tão densas e amplas que alguns estudiosos acreditam serem inesgotáveis. Algo que, no ano de 1973, Geertz já tinha destacado quando afirmou que o tema mais importante da moderna teoria antropológica seria “diminuir a amplitude do conceito e transformá-lo num instrumento mais especializado e mais poderoso teoricamente” (LARAIA, 1988.p.29, apud: GEERTZ).

Acentua-se que uma das primeiras definições formais de cultura, formulada do ponto de vista antropológico, teria sido de Edward Tyler (1832 -1917) quando afirmou que aquela seria “todo o complexo que inclui acontecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 1988, p. 25). Segundo Laraia (1988), Tyler acreditava que cultura figurava-se como todas as possibilidades de realização humana, não sendo adquirida de maneira inata ou transmitida por mecanismos biológicos, mas sim, a partir do processo de

aprendizagem. Cabendo ressaltar que, apesar de observar essa concepção como universalista, Tilio (2009) afirma ter sido ela extremamente válida por consistir em uma das primeiras concepções de cultura, estando notadamente ligada ao contexto sócio histórico em que o autor escrevia.

Tilio (2009) ainda se remete ao antropólogo Frans Boas, possuidor do objetivo de estudar as “culturas”, como outra importante contribuição em nosso debate sobre a cultura por pontuar, entre outras coisas, que não existiria diferenças biológicas entre os povos e sim diferenças culturais, as quais seriam adquiridas ao longo da vida. Em meio a esse debate Laraia (1988) alude à contribuição de Claude Levi Strauss ao afirmar que a cultura teria surgido no momento em que foi convencionalizada pelo homem a primeira regra ou norma em sociedade.

Portanto, notamos que o conceito de cultura é bastante plural. Além de aparecer como alvo de intensos, e não esgotados, debates no âmbito da antropologia moderna. Por hora, é importante ressaltarmos que no presente trabalho não se buscará aprofundar tais discursos já que isso exigiria tempo e fugiria dos reais objetivos de pesquisa. Por isso, farei o uso nesse momento das ideias ofertadas por Tilo (2009) e destaco que “existem culturas e culturas” (TILIO, 2009, p.37).

Ou seja, na perspectiva do autor, o termo cultura com “c” minúsculo seria aquele que situaria o indivíduo em comunidades discursivas diversas, grupos sociais que compartilhariam os mesmos interesses, a mesma forma de agir, interagir, se comportar, pensar e se comunicar. Já a palavra cultura com “C” maiúsculo teria um sentido mais restrito e se reportaria à área do conhecimento, a exemplo da Filosofia, História, Literatura, Política, Religião e outras, ou seja, “nesse sentido a palavra cultura refere-se exclusivamente as produções intelectuais e artísticas de uma sociedade” (TILIO, 2009, p. 37. Apud: CUCHE, 1999, p.237). Portanto, ao longo do estudo não eximirei de trabalhar com ambos dos conceitos de cultura destacados acima, seja com “c” ou “C”. Entretanto, no presente capítulo, refiro-me, na maioria das vezes, à Cultura enquanto produções intelectuais e artísticas, pontuando de maneira parcial de que forma algumas experiências culturais, a partir da década de 1960, contribuíram e tiveram presença em movimentos de contraposição do governo militar introduzido no Brasil a partir do golpe de 1964.

2.2.1 – A Cultura e o Nacional: Breves considerações.

Como afirma Marcelo Ridenti (2001), a década de 1960 pode ser identificada como um dos momentos da história brasileira em que mais verificamos uma convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada. Sobretudo entre a intelectualidade⁷. Revelando-se as propostas de revolução, nos seus mais amplos sentidos, (seja político, econômico, cultural ou pessoal) como marcantes no debate político e estético da época. Para o autor:

(...) a rebeldia contra a ordem e revolução social por uma nova ordem mantinham diálogo tenso e criativo, interpenetrando-se em diferentes medidas na pratica dos movimentos sociais, expressa também nas manifestações artísticas. (RIDENTI, 2001, p. 135).

Dessa forma, a ação, como possibilidade de mudar a história e construir um homem novo, passou a ser cada vez mais valorizada por partidos e movimentos de esquerda, seus intelectuais e artistas. Tendo a intelectualidade brasileira, de acordo com o autor, particularmente no meio artístico, se politizado criticamente especialmente no processo pós os anos de 1950.

Teria sido no ano de 1955, o nascimento do Teatro Paulista do Estudante (TPE), fundado por um grupo de jovens comunistas da União Paulista dos Estudantes Secundaristas que receberam a tarefa partidária de politizar seus colegas, contando com nomes como Oduvaldo Vianna Filho, Vera Gertel e Gian-francesco Guarnieri. Começava dessa forma, a partir do ano exposto, um importante capítulo da história da cultura nacional (Ridenti, 2001), pois, um maior estreitamento entre a arte e a política passou a ser percebido, verificando-se essa aproximação, por exemplo, através de uma série de empreitadas realizadas pelo teatro engajado como: o TPE, Teatro Arena, Centros Populares de Cultura (CPC), Teatro de Opinião, e outros.

Foi no ano de 1956 que o TPE passou a se associar com o Arena⁸ gerando o que Ridenti (2001) atribui ser uma renovação da dramaturgia nacional com a peça “*Eles não usam blak-tie*”, a qual pode ser encarada como incentivadora do teatro participante e autêntico ao

⁷ O autor se remete a Michel Lowy (1979) para identificar a intelectualidade como sendo “categoria social definida por seu papel ideológico: eles são produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológicos-culturais, o que engloba escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes, etc”.

⁸ Depois do golpe de 1964, o Teatro de Arena pode ser visto como “baluarte da resistência cultural”, encenando peças que refletiam a conjuntura nacional e tendo integrantes que militavam nas organizações de esquerda ou simpatizantes.

refletir o cotidiano dos trabalhadores. No entanto, não demorou para que passasse a existir, no interior dessa associação, divergências sobre como construir um teatro popular, acarretando o surgimento de um grupo dissidentes do Teatro de Arena que, no início dos anos de 1960, teria procurado no Rio de Janeiro a União Nacional dos Estudantes (UNE) para atividades conjuntas. Identifica-se como fruto dessa parceria, o projeto CPC,⁹ possuidor do objetivo de fazer arte popular em diversas áreas, a exemplo do: cinema, teatro, literatura, música, artes plásticas e que se tornou um grande sucesso em todo o Brasil por contar com a organização da UNE Volante¹⁰.

Ridenti (2001) ainda destaca que, nos anos 60, o Cinema Novo se encontrava na linha de frente das reflexões sobre “a realidade brasileira, na busca de uma identidade nacional autêntica do cinema e do homem brasileiro, em busca de revolução” (RIDENTI, 2001, p. 142). Possuindo em sua composição nomes como Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Cacá Diegues, Leon Hirszman, Joaquim Pedro de Andrade, Nelson Pereira dos Santos, Zelito Viana, Luiz Carlos Barreto, Arnaldo Jabor, Paulo César Saraceni e outros. Tendo esse cinema produzido longas-metragens, tais como: *Iglu Filmes*, na Bahia, e *Cinco Vezes Favela*, no Rio de Janeiro (sobre o patrocínio do CPC da UNE e abordado o cotidiano nas favelas cariocas da época).

Após o Golpe de 1964, o fechamento dos canais de representação política teria contribuído, segundo o autor, para uma “superpolitização” da cultura, pois muitos passaram a buscar participação política, inserindo-se, assim, em manifestações artísticas da época. O *Show Opinião*, que posteriormente viria a dar o nome ao teatro onde era montado, pode ser identificado como marco cultural da esquerda após o ano de 1964. Organizado por Oduvaldo Viana, Ferreira Goulart, João das Neves, Armando Costa, Paulo Pontes, Denoy de Oliveira, e apontado como introdutor do processo de aproximação do teatro com a música popular brasileira.

No espetáculo Opinião, contracenavam um sambista representante das classes populares (Zé Kéti), um compositor popular no campo nordestino (João do Vale) e a menina da classe média (Nara Leão, depois substituída por Maria Bethânia). Representavam os três setores sociais que poderiam insurgir contra a ditadura conforme se acreditava. (Ridenti, 2001, p. 144).

⁹ Não deixaremos de ver um pouco mais sobre o CPC e sua inserção no Clube de Leitura do Colégio da Bahia no Capítulo III do presente trabalho.

¹⁰ Comitativa de dirigentes da entidade e integrantes do CPC que percorriam os principais centros universitários do país. “A Une Volante semeou 12 filhotes do CPC nos quatro cantos do país” (Ridenti, 2001).

O Opinião teria feito um grande sucesso e estimulado, outras iniciativas artísticas, na resistência à ditadura, exemplo das mostras¹¹ de artistas plásticos, organizadas no Rio de Janeiro a partir do ano de 1965. Bem como não se deve deixar de citar a vinculação de artistas plásticos a partidos e movimentos de esquerda no contexto, por exemplo, Sérgio Ferro, Carlos Zílio, Renato da Silveira, Sergio Sister e vários outros.

O Teatro Oficina¹² revela-se como outro grupo de destaque na década de 1960, originário do Teatro de Estudantes da Faculdade de Direito da USP no ano de 1958, e parte constitutiva do “tropicalismo”. Movimento, este, ocorrido de 1967-1968 e que contava com as participações de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Capinan, Gal Costa, Torquato Neto. Além de ter revelado artistas como Helio Oiticica, José Celso Martinez, Rogério Duarte e Glauber Rocha. Para Ridenti (2001), os tropicalistas baianos teriam se nutrido de uma vanguarda artística europeia (instalada em Salvador nos finais dos anos de 1950 e início dos anos 1960) e sido influenciados pelo cinema experimental de Godard, Beatles e pelo movimento da contracultura¹³.

Sendo interessante destacar que, para Almeida (1996), a contracultura teria sido, sociologicamente falando, um fenômeno de proporções continentais e teria originado desdobramentos que, aos poucos, passaram a tornar “menos opressivas as normas e os padrões da existência no planeta” (ALMEIRA, 1996, p. 01). Verifica-se, nessa perspectiva, que tal fenômeno aparece como uma luta no campo ideológico das relações de reprodução da vida social. No Brasil, “os pais e filhos da contracultura” teriam sido os tropicalistas, intelectuais formadores de opiniões de enormes multidões e afinados com os princípios da liberdade (disseminados cada vez mais a partir desse movimento global).

Importante destacar que Risério (2004) também percebe os anos de 1950 e 1960 como o palco de encontro entre a cultura boêmia e a cultura universitária, passando a existir, nesse contexto, uma “dialética entre a informação cosmopolita e a realidade local” (RISÉRIO, 2004.p.529). O autor comunga da ideia de que nesse espaço baiano, em pleno contexto regido pelo governo Militar, surge o movimento tropicalista trazendo novas propostas musicais no

¹¹ Mostras: “Opinião 65”; “Opinião 66” e Nova Objetividade Brasileira.

¹² De acordo com Ridenti (2001), o teatro Oficina teria passado pela ligação com o Teatro de Arena através da explosão criativa de 1967 e 1968 e pelo estreitamento de horizontes a partir de 1969. E com a eclosão do ano de 1970, vários de seus membros teriam deixado o grupo. A encenação de peças como “Pequenos burgueses” e o golpe de Estado no Brasil teriam marcos decisivos na História desse teatro. Tendo o grupo, com a encenação da peça de Oswald de Andrade “O rei da vela”, ganhado grande impacto artístico e político nacional por propor “revolução ideológica e formal”, que, em 1967, “entraria paralelo no filme de Glauber Rocha - Terra em Transe e no tropicalismo Musical de Caetano e Plástico de Oiticica”.

¹³ Benevides (2006) destaca que, no Brasil e na Bahia, o movimento da contracultura não foi tão expressivo se comparado à Europa e aos EUA, mas, existiram alguns movimentos artísticos que vieram a ser influenciados de alguma forma pela mesma.

final dos anos de 1960. Apresentava como característica mais marcante a antropofagia, incorporando e assimilando vários elementos de outras áreas da cultura nacional e internacional. Integrava, ainda, elementos da música de vanguarda oriundos de outros setores da chamada música erudita e rompia com a forma tradicional de fazer arte, acarretando, logo depois da explosão inicial, sua transformação em um termo corrente da indústria cultural e midiática no Brasil.

2.2.2 – A Cultura e a Bahia entre as décadas de 1950 e 1970.

As experiências de Teatro Novos, Teatro Arena e Centros Populares de Cultura Popular (CPC's) da UNE foram ressaltadas por Cesar Carneiro (2008) justamente por deixarem marcas significativas durante a década de 1960. Presentes, sobretudo, nos movimentos de contraposição ao governo militar e atuando conjuntamente à esquerda no período. O CPC, por exemplo, é citado por Souza (2003) como um dos primeiros grupos a atuar em Salvador naquele momento através da alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire nas artes plásticas ou teatro.

Como vimos anteriormente, os grupos mencionados teriam surgido em um intenso processo de politização intelectual brasileira que foi intensificado a partir da década de 1950, irrompendo-se essa atmosfera de agitação cultural também na Bahia. Por conta disso, os anos de 1950 em nosso estado foram marcados, entre outros, pela presença da Universidade da Bahia (UBA) e inovações na televisão e na rádio.

Esse contexto dispôs, também, como afirma Cesar Carneiro (2008), com o florescer dos trabalhos no campo da investigação científica de Tales de Azevedo, no do Cinema de Walter Silveira e no campo da Educação de Anísio Teixeira. O destaque sobre a figura do referido cineasta nos permite verificar que Silva (2003) comunga com a ideia de que ele dirigiu as atividades do “Clube de Cinema da Bahia”, fundado em 1950, e que a “Escola Baiana de Cinema”, uma das maiores manifestações artísticas da década de 1960, teria sido resultado da atuação desse espaço. Ao se remeter a Anísio Teixeira não podemos deixar de frisar que nessa década, como reflexo de sua inserção na Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, ocorrida no ano de 1947, o ensino médio e fundamental escolar sofreram grandes modificações, a exemplo da criação de novas vagas para os dois segmentos escolares e,

especialmente, em relação ao ensino médio, a criação secções¹⁴ ou “Colégios de bairros” (como as de Nazaré, Liberdade e Itapagipe) subordinados administrativamente ao Colégio da Bahia. Inclusive, por conta dessa subdivisão, essa escola passou a ser conhecida como Colégio Central. É válido ressaltar também que as secções citadas teriam dado origem posteriormente aos Colégios Severino Vieira, Duque de Caxias e João Florêncio.

Aproveitando este ensejo acerca das instituições de ensino de Salvador, destaco, mais uma vez, que os estudantes teriam sido um dos setores que mais estiveram inseridos, durante a década de 1960, em atividades sociais e políticas nesse contexto. Como evidencia Sousa (2003), entre os anos de 1960 e 1970, o Colégio da Bahia apareceu como um dos “principais centros aglutinadores de atividade política e cultural” (SOUZA, 2003, p.40.), pois seus estudantes, assim como os demais estudantes de Salvador, possuíam diretas influências de organizações de esquerda (como o PCB¹⁵), e muitos estiveram incluídos em importantes manifestações de rua em oposição ao governo.

A autora ainda argumenta que o engajamento político dos órgãos estudantis, naquele contexto, pode ser facilmente observado ao se analisar a arte incentivada e produzida pelos mesmos. A convocação do jovem para a luta revolucionária se dava, então, a partir de peças, poesias, música e literatura, as quais apareciam como instrumentos “para difundir as idéias de esquerda” (SOUZA, 2003, p.43). O trabalho cultural apareceu, por conseguinte, como “um canal de recrutamento de militantes para a organização de esquerda e contestação do regime na Bahia” (SOUZA, 2003, p.43).

Governo esse que, consoante Carrion (2009), atacou a Cultura e a liberdade de pensamento, tendo censurado 500 filmes, 450 peças teatrais, 100 revistas, 1.000 letras de músicas, 200 livros, 20 programas de rádio e 12 novelas. Além de ter perseguido, prendido ou exilado intelectuais como Paulo Freire, Chico Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Oscar Niemayer, Mario Scherberg, Celso Furtado, Josué de Castro, José Leite Lopes, Milton Santos, Anísio Teixeira, Gilberto Gil, Edu Lobo, Mario Lago, Paulo Gracindo e Dias Gomes. E, imbuído em eliminar as ideias “progressistas” e o ensino da Cultura em nosso país, substituiu disciplinas como História por “Educação Moral e Cívica” e eliminou do currículo escolar Filosofia e Sociologia, alegando que todas as citadas seriam “subversivas”. Portanto,

¹⁴ De acordo com Carneiro (2008) as “Secções” seriam unidades de ensino subordinadas a um Colégio que, posteriormente, se constituíram em Colégios.

¹⁵ Souza (2003) expõe que o Comunista Brasileiro encontrava-se inserido entre os estudantes, profissionais liberais e outros setores contrários ao governo e suas imposições.

conforme alega Benevides (2006), não podemos analisar o movimento estudantil, entre os anos de 1960 e 1970, sem entender suas vinculações com o contexto sócio cultural do país.

2.3 – O CONFRONTO AOS GOVERNOS MILITARES.

Em concordância com os debates apresentados, Espiñeira (2009) partilha da ideia de que o Estado burocrático autoritário brasileiro foi marcado pela atuação repressiva sobre partidos políticos, universidades, sindicatos, atores políticos, bem como quaisquer grupos que viessem a se opor ou tentar confrontar o regime político da época. Portanto, é percebida a presença de uma insatisfação civil por parte de diversos setores sociais principalmente a partir dos anos de 1968.

A intensificação da exclusão de diversos setores sociais da vida política pode ser melhor identificada a partir do golpe de 1964. Na época, diante de uma conjuntura repressiva, muitos grupos passaram a atuar na clandestinidade, a exemplo do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que focou, principalmente, nos sindicatos e no movimento estudantil. Valendo destacar que após certo abrandamento da violência emitida pelo Estado, os referidos partidos criaram novas posturas de atuação. Como Espiñeira (2009) expõe, o PCB passa a atuar fortemente na política institucional e envolve-se na criação de núcleos juvenis.

Especialmente sobre a década de 1970, Espiñeira (2009) destaca o surgimento de duas vertentes de atuação popular. A primeira estaria vinculada à ação partidária, em um quadro de bipartidarismo, surgindo a Ala Jovem do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Já a segunda vertente estaria associada ao “Trabalho Conjunto da Cidade do Salvador”, formada por grupos conduzidos, principalmente, pela Igreja e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Percebe-se que a Ala jovem do MDB baiano teria sido uma organização partidária juvenil, presente em várias cidades do país nos anos 70, apresentando-se como uma espécie de setor do MDB. Aparentemente sua atuação seria partidária, no entanto, observamos que, muitas vezes, possuía grande autonomia fora do partido. Tendo, também, um desempenho voltado para a informação e opinião pública. Além de ter tido grande visibilidade na mídia, justamente por ser composta por setores médios.

De acordo com Espiñeira (2009), a formação de um núcleo juvenil para atuar no MDB baiano foi estimulada pelo PCB. Esse fomento teria surgido após os debates ocorridos no seu IV congresso em 1967, salientando-se que, até o ano de 1966, o partido teria tido pouco envolvimento na política institucional do Estado. No entanto, a partir dos meados da década de 1960, o PCB, entre outros, procurou se inserir no MDB (oposição ao governo).

Em relação à segunda linha de militância, observa-se que, contando com a participação de grupos constituídos entre outros, por artistas, igreja e representantes de bairros periféricos, passaram a atuar em bases criadas “principalmente pela Igreja¹⁶ da linha da Teologia da Libertação, que fez opção pelo trabalho de educação política da periferia” (ESPIÑEIRA, 2009, p.216).

De acordo com Santos; Goulart e Faber (2009), a *Teologia da Libertação* vai penetrar no Brasil e passar a apoiar muitas mobilizações populares contra o regime estabelecido, participando da formação de uma série de pensamentos da esquerda nacional, os quais surgem após o golpe. A Teologia da Libertação, como destacam esses autores, eclode como uma teoria aplicada para a prática, suscitando uma análise histórica e social das diversas realidades presentes no contexto.

Os bispos católicos¹⁷ podem ser citados como peças importantes no processo de engajamento de alguns setores da igreja nos movimentos de resistência social de acordo com Santos; Goulart e Faber (2009). Cabendo notar que a grande maioria dos seguidores da Teologia da Libertação, porém, seriam os leigos e os militantes das mais variadas pastorais.

A Teologia da Libertação desabrochou se apropriando dos instrumentos da Sociologia e da História com a finalidade de compreender a pobreza no Brasil na América Latina, aproximando-se da teoria marxista para realizar reflexões. Assim, de acordo com Santos; Goulart e Faber (2009), o instrumental marxista se revela utilizado na Teologia da Libertação

¹⁶ Vale ressaltar, mesmo de forma sucinta, o que Skidmore (1988) destaca sobre a Igreja brasileira nesse contexto. Segundo o autor, quando se abateu a “repressão” sobre o Brasil, a igreja se encontrava subdividida em relação ao papel que lhe cabia na política (no sentido mais amplo). Os bispos, por sua vez, estavam inseridos em mais ou menos três alas: 1- “Progressista” - tendo como figura mais destacada a de Dom Helder Câmara – grupo que pregava condenando as injustiças sociais e a violência empregada pelo governo, assumindo uma postura política mais radical por ter que atacar as práticas do governo; 2-” Ala Conservadora” apresentando como desta Dom Geraldo de Proença Siau, sendo “o contrapeso direitista à ação dos progressistas”. “Denunciavam a ameaça subversiva e (...) e imperturbavelmente apoiavam o regime militar”; 3- “Ala Moderada” formada por bispos que evitavam a tomada de posições sobre justiça socioeconômica ou política, mas tendiam a se unir aos progressistas.

¹⁷ Nesse momento, transponho as ideias contidas em Santos; Goulart e Faber (2009), mas, não posso deixar de citar que existem discussões acadêmicas que se voltam para a possibilidade da Igreja Católica ter apoiado o golpe no Brasil.

justamente no intuito de compreender as causas da pobreza, as contradições do sistema capitalista e as formas das lutas de classes.

No Brasil, as Comunidades Eclesiásticas de Bases (CEBS) passaram a ser utilizadas para a divulgação das ideias da Teologia da Libertação, que possuíam o propósito de transformação da realidade de pessoas e de comunidades específicas. Como destaca Espiñeira (1997), desde a década de 1960, a Igreja passa a aumentar sua presença em comunidades carentes, utilizando as Comunidades Eclesiásticas de Base para responder a uma crescente desparquização.

É preciso ressaltar, contudo, que a Juventude Universitária Católica (JUC) aparece como o local onde se deram as primeiras ações da Teoria da Libertação e não, necessariamente, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Como parte da *Ação Católica Brasileira*, a JUC, teria sido criada no ano de 1930, como atesta Santana (2009), possuindo, inicialmente, uma postura conservadora e clerical, voltando-se para uma possível cristianização de uma elite que estaria inserida nas universidades. A partir da década de 1950, seus militantes, passaram a perceber a importância de uma inserção no meio social como possibilidade de promover transformações na sociedade brasileira. Surgindo, assim, a ânsia de engajamento em um movimento diretamente político. Não por acaso que percebemos, na década de 1960, a presença cada vez maior de militantes da JUC no meio estudantil.

No ano de 1961, a autora destaca uma ampla participação da JUC em Ligas Camponesas, Movimentos de Educação de Base, Centro Popular de Cultura, entre outros. Entretanto, como destaca Lacerda (2005), em virtude das tensões e divergências ocorridas entre estudantes militantes da JUC e a hierarquia eclesial ocorre à expulsão de Aldo Arantes¹⁸ da JUC, e, de acordo com Espiñeira (2009), devido a esse conflito com a Igreja Católica, inicia-se um processo promovido por alguns setores da Juventude Universitária Católica, visando à criação de outra organização voltada para a realidade social, econômica e política do país. Surgindo assim, em 1962, a Ação Popular (AP).

A Ação Popular teria sido formada após três encontros, realizados respectivamente em São Paulo, Belo Horizonte e Salvador. Cabe destacar que no decurso da última reunião, em fevereiro de 1963, ocorre a aprovação do documento base da AP. Sendo observado, ao longo

¹⁸ De acordo com Cristiane Santana (2009), Aldo Arantes, no ano de 1961, ocupava o cargo de Presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e era militante da JUC. Ao ser eleito como presidente da UNE, D. Jaime V, temendo essa politização extrema, pede para o estudante escolher entre a presidência da UNE e a Militância na JUC. Aldo Arantes opta pela primeira alternativa e é expulso da Juventude Universitária Católica.

de todo o documento e, em especial, na sua introdução, “marcas do humanismo cristão e do socialismo revolucionário” (SANTANA, 2009, p.153).

A AP pode ser identificada, então, como uma organização basicamente estudantil contendo ideais revolucionários que passou, aos poucos, a se conscientizar da necessidade de se formar um partido de vanguarda para a efetivação de uma revolução. Por isso, buscaram uma ampliação de suas bases no interior do movimento operário e camponês, apesar de Lacerda (2005) destacar que entre os seus maiores campos de ação estariam o universitário e o dos profissionais liberais.

Santana (2009) observou que com o início das perseguições políticas, após 1964, houve o afastamento de alguns militantes da AP, já outros teriam saído do país ou passaram a atuar na clandestinidade. Todavia, foi a partir do movimento estudantil que iniciaram os primeiros passos para a reorganização de suas atividades após o golpe. Isso é confirmado pela autora ao apontar que entre os anos de 1966 e 1969 a inserção da Ação Popular no movimento estudantil teria sido bastante expressiva.

Lacerda (2005), assim como Santana (2009), destaca que entre os anos de 1965 e 1967 foi percebida uma gama de debates, internamente na AP, buscando-se redefinir suas influências teóricas e ações práticas, iniciando com isso um processo de incorporação do marxismo. Após esse preparo teórico, de acordo com Santana (2009), teria ocorrido uma série de ações militares com influência foquista¹⁹ na Ação Popular. Como exemplo dessas ações destaca-se um atentado, sem êxito, contra o General Costa e Silva ocorrido no ano de 1966.

O insucesso desse feito contribuiu para a abertura de um espaço para o debate sobre as atitudes da AP no contexto. Concomitantemente a isso, existe um retorno ao Brasil de militantes que estavam na China e em Cuba. Esse conjunto de fatores propicia com que existisse uma série de debates internos na organização, os quais vão culminar na origem de duas linhas de pensamento. A primeira corrente defendia as ideias chinesas e a segunda era adepta dos princípios cubanos. Santana (2009) defende que o fim dessas disputas internas aconteceu após a aprovação do documento intitulado *Seis pontos*, no qual ficou estabelecido que o Maoísmo fosse a estratégia revolucionária a ser seguida. Quanto aos adeptos do foquismo, esses, teriam sido expulsos da organização.

Ao se aproximar do Maoísmo, de acordo com Santana (2009), os militantes da AP iniciaram suas estratégias para a preparação da guerra popular no Brasil, buscando uma

¹⁹ Para GADEA, Carlos. **O Estudo dos Movimentos Sociais e a Esquerda Política na América Latina** (2008): o “foquismo” seria uma estratégia de ações clandestinas que procuravam uma suposta instauração de Estados socialistas.

integração entre seus quadros e a produção. Percebe-se que, inicialmente, a Ação Popular teria visado uma transformação ideológica de seus quadros (que em sua maioria teriam saído da pequena burguesia) ao estimular o trabalho produtivo no campo e nas fábricas. Posteriormente, percebemos que os objetivos da organização, com a integração, passaram a ser ampliados e os militantes começam a buscar um aumento de suas bases nesses locais. Ou seja, os militantes da AP acabaram por atuar nos setores operários e camponeses com o intuito de promover sua educação, organização e mobilização. Seus trabalhos como educadores políticos transcorriam por meio do estímulo à leitura dos textos de Marx, Lênin e Mao Tsé Tung. Acentua-se ainda que o processo de recrutamento não se restringiu ao campo, estando presente, também, em bairros populares, como os de Salvador, a exemplo do bairro de São Caetano.

Por aderir ao Maoísmo, a AP passou a se aproximar cada vez mais do PC do B que era o correspondente oficial do Partido Comunista Chinês no Brasil. Sucedendo-se, a partir do ano de 1968, de acordo com Lacerda (2009), uma nova disputa no interior do grupo. Este fato propiciou o surgimento de uma organização dissidente intitulada de “Partido Revolucionário dos Trabalhadores” (PRT). No decorrer de três anos, essa organização passa a se chamar Ação Popular Marxista- Leninista (APML). E, no ano de 1973, ocorre a definitiva incorporação da APML ao PC do B como resultado de grandes divergências internas, as quais passaram a dividir ainda mais a Ação Popular.

Por isso, percebemos na década de 1970, de acordo com Espiñeira (1997), novos elementos na sociedade que vão influenciar os rumos dos movimentos populares urbanos. Nesse contexto, a Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML), um número expressivo da AP, já tinha sido incorporada pelo PC do B e este passa a exercer sua hegemonia, conjuntamente a Igreja, sobre grupos que compunham o “Trabalho Conjunto da Cidade de Salvador”. Cabendo ressaltar, mais uma vez, que o “Trabalho Conjunto da Cidade de Salvador” e a Ala Jovem do MDB aparecem como duas linhas marcantes contra a Ditadura.

Sendo assim, é percebida uma resistência ao sistema político imposto pela ditadura, por meio do engajamento social e político estimulado, entre outros, pela Teologia da Libertação. Pode-se ressaltar que a Teologia propiciou uma conscientização popular, incentivando uma ampliação nas formas de atuação e de protestos populares, fazendo com que o povo passasse a buscar, cada vez mais, melhores condições de vida.

Os movimentos sociais e em especial o estudantil podem ser vistos como exemplos de locais em que atores políticos procuram fazer frente à conjuntura política da época. Na Bahia,

entre os anos de 1968 a 1974, assim como em todo o Brasil, torna-se evidente a tensão social existente. A repressão surge como forma de retaliação. Em relação aos estudantes secundaristas percebem-se, inclusive, medidas que enfatizavam impedimentos à concretização das matrículas nos Colégios públicos a aqueles que, por ventura, participassem de quaisquer mobilizações contra a “ordem” política vigente no período. É nesse contexto que, cada vez mais, o movimento estudantil baiano passa a agir contra a Ditadura e a favor da liberdade de expressão.

2.3.1 – Um breve panorama das Movimentações Estudantis no Brasil Ditatorial.

Muniz Ferreira (2006) demonstra que diversos estados brasileiros sofreram de forma drástica os efeitos do golpe de 1964, sendo evidente a crescente participação política dos estudantes brasileiros ao longo do período ditatorial. As manifestações, em determinados momentos, se apresentaram de suas formas mais visíveis e, em outros, se abrigaram na clandestinidade. No entanto, é inquestionável o fato que os jovens teriam pertencido a um dos setores mais mobilizados e organizados nos anos da ditadura militar no Brasil.

O golpe de 1964, como observado anteriormente, é justificado para alguns autores como sendo estimulado pelos setores dominantes e partes da classe média que buscavam, entre outros elementos, uma diminuição de contestações por parte dos trabalhadores da época. Visando, com isso, impossibilitar a ascensão política da classe trabalhadora.

Valle (2008) nos conscientiza da ênfase na “operação limpeza”. Esta se pautava em intervenções policiais nos sindicatos dos trabalhadores, além de repressões a partidos esquerdistas que, por ventura, divergissem dos interesses de setores que davam suporte ao golpe militar.

A partir de Outubro do ano de 1965, com a implantação do ato institucional número 2 (AI-2), medidas como a imposição do bipartidarismo e a centralização de poderes nas mãos do Executivo favoreceram uma modificação de atitudes dos referidos setores de classe média, pois, segundo Valle (2008), estes passam a prever sua autoexclusão do cenário político da época.

Como participante da classe média²⁰, os estudantes se encontravam divididos no momento do golpe de Estado. Valle (2008) chega a trazer a visão de ex-líderes que afirmam terem apoiado o golpe militar, no entanto, não podemos atribuir tal posicionamento a toda categoria estudantil, pois isso recairia como uma atitude, no mínimo, precipitada de nossa parte.

O fato é que nas semanas posteriores ao golpe, as organizações estudantis passaram a ter cada vez maior visibilidade e participação no cenário da época. Observamos que as articulações dos estudantes foram acentuadas contra o regime ditatorial, não se restringindo essa afirmação apenas ao contexto brasileiro como também mundial.

Buscando coibir tais manifestações, o governo brasileiro implantou medidas que impossibilitaram, ou ao menos dificultaram as atividades políticas no cenário social destacado. Como foi o caso da extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Estadual de Estudantes (UEEs).

O ano de 1966 foi caracterizado por um alargamento das repressões aos grupos estudantis. Em fevereiro, com a validação do AI-3, o movimento estudantil passou a ser diretamente alvejado devido à Lei Aragão que proibia o funcionamento da UNE até mesmo como associação civil. E esse veto passou a ser dirigido a todas as entidades desse coletivo.

O ano exposto passou, conseqüentemente, a testemunhar diversas manifestações de rua demarcadas, principalmente, entre os meses de Março a Setembro. Cabe frisar que as atitudes repressivas desencadeadas pelo governo contra os Jovens foram justificadas pelo presidente Castelo Branco como sendo atitudes necessárias contra as inclinações comunistas e subversivas de determinados estudantes.

O General Costa e Silva assumiu a presidência brasileira no ano de 1967 com discursos propagando, em certa medida, um processo de redemocratização do país. Concomitantemente a esses anúncios surgiram debates sobre a crise universitária no Brasil.

Nesse contexto, uma atmosfera de protestos passou a ser organizada em prol da resolução de problemas, como o dos excedentes em processos seletivos no nível superior. Assim, os estudantes iniciaram greves e manifestações que visavam à abertura de novas vagas nas universidades do país.

²⁰ Essa visão foi extraída de Valle (2008), mas, discordo, em certa medida, já que acredito que não se pode generalizar sobre esse tema.

As críticas aos acordos MEC-Usaid e ao relatório Atcon²¹ passaram a ser percebidas no cenário da época. Os estudantes repudiavam qualquer intervenção norte americana no âmbito educacional alegando que, por ser uma infiltração imperialista, estaria colocando em risco o ensino público e gratuito no país. Bandeiras dos Estados Unidos da América (EUA) foram queimadas em manifestações, no ano de 1967, como forma dos estudantes expressarem sua oposição radical as referidas intervenções.

O General Costa e Silva, desde as primeiras manifestações ocorridas no ano de 1967, teria optado pela tomada de medidas repressivas. Anúncios de permanência no poder, por um tempo mais longo do que o previsto, passaram a ser disseminados pelas forças militares no ano de 1968. Conjuntamente a essa propagação de intenções, os estudantes estabeleceram com o governo uma relação de tensão constante. E com isso, passaram a ser tratados como questão militar.

(...) No dia 28 de março de 68, morre Edson Luis, durante o choque da Polícia Militar com estudantes do restaurante Calabouço, que participam de mais uma das manifestações da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) contra o aumento do preço da refeição, que consideram abusivo, e pela melhoria e conclusão das obras do restaurante (...) (VALLE, 2008, p.40).

A morte de Edson Luis pode ser percebida como um dos eventos que mais instigou passeatas e comícios em diversos estados do Brasil. O repúdio à violência policial passou a ser evidenciado e Valle (2008) nos traz a informação de que as manifestações estudantis tomam outro eixo após esse incidente, pois os protestantes que, até então, não utilizavam qualquer instrumento de agressão, passaram a ter reações efetivas contra a repressão policial, ou seja, a “Violência passa a ser percebida com violência” (VALLE, 2008, p.53).

2.3.2 - Movimentações estudantis em Salvador e o caso do Colégio Central.

²¹ De acordo com VALLE (2008) O relatório Atcon consistia, segundo os estudantes, em uma proposta de modernização autoritária das Universidades sem atender aos anseios de participação estudantil.

Conforme Silvio Cesar Benevides (2009) aponta, a década de 1960, no Brasil, pode ser caracterizada por uma extrema aproximação estudantil com ideologias e organizações políticas de esquerda principalmente a partir do ano de 1964.

Apesar de terem como pontos em comum a luta contra o governo ditatorial são evidentes as singularidades de pautas e interesses entre os estudantes. Podemos observar, de acordo com Benevides (2009), integrantes do ME vinculados a diferentes organizações políticas de esquerda. Influência que, por sua vez, passa a ser intensificada a partir do momento em que os grêmios e diretórios acadêmicos começam a sofrer interferência direta dos organismos governamentais por meio da direção das escolas e das faculdades.

A “operação limpeza”, iniciada com o golpe de 1964, vai ter repercussão também em Salvador, a qual possuía o evidente intuito, por parte dos militares, de prender as lideranças civis consideradas subversivas. Existindo um incentivo no fechamento, em todo o país, de entidades estudantis, sindicatos, redações e jornais.

Em consequência disso, Benevides (2009) afirma que a reorganização do Movimento Estudantil (ME), na Bahia, ocorre apenas a partir do primeiro mandato do Presidente Castelo Branco. E se formos periodizar a partir da história local, destacamos que um novo fôlego ao movimento estudantil de Salvador é dado a partir das movimentações que tiveram o Colégio Central como ponto de referência durante os anos de 1966.

➤ **Colégio Da Bahia/ Colégio Central.**

Segundo Cesar Carneiro (2008,) o Colégio Central foi fundado em 1836 portando o nome de Liceu Provincial. Em 1890, tornou-se Instituto Oficial de Ensino Secundário. Em 1942, devido à Reforma Capanema²², passa a ser chamado de Colégio da Bahia.

Indícios revelam que, no contexto ditatorial, a instituição passa a ser percebida como polo aglutinador de conhecimento e ideias devido à qualidade dos cursos oferecidos. Para Benevides (2009), a posição de destaque do Colégio se devia não apenas à questão acadêmica como também à vida política agitada e a organização de entidades representativas entre seus

²² Lei Orgânica do Ensino Secundário dividindo o ensino em dois ciclos: os primeiros 4 anos denominado de Ginasial e no segundo, com três anos, o aluno optava pelo Científico ou pelo Colegial.

estudantes. O que favorecia a consolidação e perpetuação da uma imagem de uma escola politizada e pautada na luta.

Os primeiros registros de organização estudantil no Colégio datam do ano de 1911 (BENEVIDES, 2009). Em 1925, observa-se a fundação do primeiro grêmio intitulado de “Grêmio Carneiro Ribeiro” em homenagem ao educado baiano. Em 1926, existe uma ampliação do mesmo que passa a ser chamado de “Grêmio Gymnásio da Bahia”.

A partir desse momento é criado o Clube de debates onde os estudantes se reuniam para discutir desde o destino do Colégio até a situação política do país. E as atividades políticas e culturais do Grêmio passam a ser vistas como referências para os demais estudantes da época.

Em 1934, o Clube de debate volta às atividades, depois de dois anos inativo na instituição, estendendo sua atuação a atividades pelas ruas da capital, organizando passeatas e comícios. Ocorrendo em 1935 sua definitiva extinção.

Posteriormente, novos grêmios passam a ser fundados como, por exemplo, o Grêmio Pedro Calmon, o qual, a partir de 1942, passou a ser chamado de “Grêmio da Bahia”. Na década de 1950, as disputas pela direção se tornam cada vez mais acirradas e as eleições passam a serem palcos de confrontos ideológicos, surgindo desentendimentos entre os alunos e a direção do Colégio conforme consta em COSTA (1971).

Justamente nesse período a instituição se consolida como palco de inquietação estudantil e, após o golpe de 1964, essa característica passa ser cada vez mais acentuada quando nesse período estudantes são encarados como indivíduos extremamente politizados. Verifica-se que essa politização pode ser identificada, por muitos, como consequência da pluralidade ideológica e social do corpo discente e docente da instituição. Por conta, é nesse cenário que o ME, pós 64, volta a se reorganizar tendo como marco a greve desencadeada pelos estudantes do Colégio no ano de 1966.

A referida greve pode ser percebida como consequência da uma proibição de encenação da peça²³ teatral, intitulada de “*aventuras e desaventuras de um estudante*” cuja autoria seria do atual publicitário Carlos Sarno. No corpo do texto era destacada a situação do ensino na época e, como Benevides (2006) enfatiza, seria um incentivo proposital à conscientização política dos estudantes.

Diante disso, a direção do Colégio composta por Walter Reuter, acabou identificando o conteúdo da peça como suspeito e proibiu sua encenação. Além de suspender, por tempo

²³ De acordo com Brito (2003), a peça teria sido ensaiada no Mosteiro de São Bento.

indeterminado, todos os alunos vinculados ao Grupo Amador de Teatro da Bahia (GATEB) que era responsável pela encenação da peça.

É interessante percebermos que, como destaca Ferreira (2006), o GATEB teria sido formado no ano de 1964, tratando-se de um grupo de teatro que tinha a sua frente alunos vinculados à base secundarista do PCB, os quais se apresentavam insatisfeitos com a situação política e cultural da época. Comungando das ideias de Ferreira (2006), Cesar Carneiro (2008) argumenta que estavam inseridos no processo de criação da GATEB e no protesto pelas ruas contra a proibição da peça, militantes de diversos setores de esquerda, a exemplo da Ação Popular (AP) e do PCB. Assim, o Colégio Central aparece como o centro das primeiras manifestações em oposição aos componentes da política educacional presente no contexto destacado.

Carneiro (2008), ao estudar especificamente a peça proibida, nos mostra que no dia 31 de maio de 1966 os estudantes iniciam suas atividades com a distribuição de uma carta e um manifesto mimeografado²⁴, ganhando corpo uma série de protestos que, posteriormente, tomariam proporções não imagináveis, ocorrendo a adesão de outros estudantes ao movimento, assim como a unificação de pautas.

A proporção dos protestos foi tão forte que o Secretário de Educação e o superintendente de ensino médio teriam comparecido ao Colégio Central e passado três horas reunidos com os estudantes. Entre as acusações emitidas pelo grupo estudantil contra a direção do Colégio estavam: a proibição da peça, a censura a artigos de jornais de circulação interna e o impedimento a movimentos artísticos e culturais no interior da instituição de ensino.

A semana que sucedeu a proibição da peça foi marcada por grandes mobilizações dentro e fora do Central, existindo uma intensa ação repressiva contra os estudantes, pois, como Brito (2003) reforça, a possibilidade dessa encenação aparecia aos olhos do governo como uma tentativa de desmoralização em um ano que, de acordo com Carneiro (2008), “era eleitoral”.

A intensidade da ação policial nesse momento, contudo, causou indignação de alguns intelectuais na época, a exemplo de Jorge Amado que teria se prestado solidariedade aos estudantes diante da situação que presenciava.

²⁴ Foi encontrado inserido às atas do Clube de Leitura um manifesto estudantil mimeografado contra o que chamavam de “terrorismo Cultural”. Devido à falta de datação na documentação, não possuímos certezas de que se trata especificamente de um manifesto relacionado ao GATEB ou do Clube de Leitura, mas, a título de curiosidade, por fazer menção à perspectiva cultural e necessidade democrática no país, o insiro como anexo no trabalho em questão.

Solidariedade aos estudantes vítimas de violência policial quando exerciam atividade cultural e meu protesto indignado conta a ação da policia trazendo a Bahia o clima de terrorismo cultural que reina no país, envergonhando nossas tradições de civilização” (JORNAL DA BAHIA, 06/01/1966, p. 05-06).

Verificando tal trecho, contido no trabalho de Brito (2003), acreditamos que a repressão cultural sofrida pelos estudantes do Colégio Central, impedidos de encenar a peça, teria contribuído para a existência de uma disseminação de solidariedade por parte de vários setores da sociedade. Passando os secundaristas, inclusive, a serem apoiados também pelos estudantes da UFBA, tendo os universitários emitido convite para que a peça de teatro (já proibida) fosse apresentada no restaurante universitário localizado no Corredor da Vitória. Além de disponibilizarem um espaço na Faculdade de Filosofia (UFBA), localizada na Avenida Joana Angélica, para a realização de assembleias.

Benevides (2006) acentua que, ao serem apoiados pelos universitários, os discentes do Colégio Central teriam concordado em realizar a encenação no restaurante universitário que contou, na noite da apresentação, com uma série de estudantes ávidos em presenciar esta apresentação. No entanto, ao tentarem realizar a peça, os estudantes estariam indo de encontro à resolução imposta por Lomanto Júnior, Governador do Estado na época, conjuntamente a Secretaria de Segurança Pública, que “(...) proibira qualquer tipo de manifestação de rua, passeatas (...) em estabelecimentos de ensino ou próximos das universidades, colégios e ginásios estaduais” (BENEVIDES, 2006, p. 84). Surgindo, diante desse contexto, a invasão da polícia, incumbida de promover o cumprimento de tal determinação, no espaço. Além de agirem de maneira hostil, espancando diversos estudantes presentes.

No ano de 1967, as ruas de Salvador também teriam contato diariamente com ações que variavam entre a panfletagem, pichações e passeatas aglutinadoras de centenas de estudantes. Por hora, cito como exemplo a que ocorreu no mês de agosto em virtude dos descontentamentos de estudantes baianos com o acordo MEC/ USAID e Lei Orgânica, apresentada pelo Governador Luis Viana Filho à Assembleia Legislativa, que regularia a Nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação.

De acordo com Carneiro (2008), a Lei Orgânica do ensino passou a ser vista como uma ameaça ao ensino gratuito da época, criando temor entre os professores e estudantes. Essa atmosfera contribuiu para a organização de passeatas contra o projeto de lei que foram iniciadas, de acordo com Benevides (2006), por greve geral liderada pelos estudantes dos

Colégios: Central, Severino Vieira, Teixeira de Freitas, Pinto de Carvalho e ICEIA²⁵. Informação essa que colabora com os debates acadêmicos acerca da visão dos secundaristas como possuidores de uma maior mobilização²⁶ quando comparados aos universitários.

O fato, no entanto, é que, durante uma semana, o movimento contra a Lei Orgânica – chamada por eles de “inorgânica”- reuniu estudantes secundaristas e universitários que lutavam pela gratuidade do ensino na Bahia. Concomitantemente aos atos de protesto, a repressão policial passou a ser verificada ao utilizarem jatos d’água contra os manifestantes. Sem deixar de mencionar as bombas de gás e o preparo de piquetes para impossibilitar a entrada dos mesmos nas instituições de ensino. Não obstante, a resposta dada teria sido o revide dos manifestantes ao atearem, contra a polícia, pedras existentes nas calçadas.

Ocorrendo, diante de tais agitações, o pronunciamento, realizado pela TV Itapoan no dia 23/08/1967, do Governador Luiz Viana Filho assegurando a permanência do ensino gratuito na Bahia. Sendo assim, recorro mais uma vez a Benevides (2006) ao destacar que essa foi “a segunda manifestação estudantil contra o governo e (...) o primeiro grande afrontamento entre o ME baiano e o regime militar” (BENEVIDES, 2006, p. 88). Promoveu-se, a partir desse momento, a união dos estudantes universitários e secundaristas em prol de causas comuns a ambos.

Neste momento, mostra-se válido citar que os episódios descritos acima nos permite perceber, entre outras coisas, o nível participação política dos estudantes do Colégio Central durante as décadas de 1960 e 1970. Tendo, especialmente no ano de 1966, as ações dos estudantes dessa instituição contribuído para a disseminação da crença, entre estudiosos do período, de que no cenário baiano, o presente Colégio teria ocupado o patamar de “reativador” das mobilizações estudantis a partir da greve destacada. Não por acaso, Carneiro (2008) destaca o movimento estudantil, entre os anos de 1966 e 1968, vivenciando um período de grande ascensão.

2.4– O MICRO, O MACRO E O ANO DE 1968.

²⁵ Instituto Central de Educação Isaias Alves.

²⁶ Benevides (2006) destaca que na Bahia os secundaristas “possuíam um grau de mobilização maior (...) também eram os secundaristas que compareciam em maior numero às passeatas”. Ressaltando que essa participação constante, inclusive em número de indivíduos durante as passeatas, apresentou-se, para alguns dos entrevistados ao longo de sua pesquisa, como atrativa para organizações de esquerda em busca da ampliação de seus quadros.

O ano de 1968²⁷ pode ser destacado como o ano em que, mundialmente, foram observados diversos tipos de manifestações. Em relação ao Brasil, esse período correspondia ao quarto ano da efetivação do golpe militar. Diante dessas informações podemos nos questionar: como se encontrava o Movimento Estudantil (ME) brasileiro e Baiano?

Tendo suas entidades representativas desarticuladas nos anos anteriores, verificamos um novo direcionamento do movimento estudantil a partir do ano de 1968. Como destaca Benevides (2006), esse foi o período em que a combatividade estudantil se intensificou em todo o país porque, com a morte do estudante Edson Luis, a repercussão do caso atingiu diversos estados brasileiros gerando uma série de protestos e manifestações em repúdio à dita arbitrariedade policial.

Na Bahia podemos verificar, como exemplo, a indignação irrompendo-se dos estudantes da Universidade Federal da Bahia. Conforme afirma Antonio Mauricio Brito na obra *Salvador em 1968: um breve repertório das lutas estudantis universitárias* (2009), no dia 30/03, o DCE deflagrou greve geral em protesto contra o assassinato do estudante carioca ocorrido no dia 28 de março. Tendo sido programada uma concentração inicial na Praça Castro Alves e uma passeata na qual seriam utilizadas bandeiras para a demonstração de luto pelas ruas de Salvador.

A comoção estudantil fez com que o governador Luiz Viana Filho, em um comunicado pela TV, se solidarizasse diante do caso e aproveitasse para solicitar que os estudantes não saíssem protestando pelas ruas da capital, considerando esse comportamento como uma espécie de perturbação ao “sossego social”. Outras medidas de prevenção contra a reação estudantil foram desencadeadas pelo Governador, a exemplo do fechamento das escolas públicas no período, visando impossibilitar os possíveis encontros estudantis.

No entanto, de acordo com Brito (2003), o clima em Salvador, durante uma semana, ficou tenso, pois, a partir do deflagramento dessa greve, passaram a existir reuniões e passeatas silenciosas em direção ao restaurante universitário. Algumas contando, inclusive, com a participação do vice-presidente da UNE, e passeatas (contendo frases como “Abaixo a violência”, “Abaixo ao arrocho” e “Queremos escola e comida para o povo”) foram percebidas. Além de serem aprovadas, em assembleia, as propostas de: batizar o viaduto do

²⁷ Cardoso (2008) não deixa de destacar que o movimento de 1968 aparece como instigador de debates políticos e culturais em torno da concepção de suas múltiplas significações- “ano de rupturas/ mudou o mundo; ano que não terminou/ ideia de continuidade ou apenas ano de síntese dos conflitos advindos no início dos anos de 1960 (...)”. Valendo ressaltar que, para a autora, mesmo considerando o lugar da memória presente nos vários 68, é percebida certa ausência nos debates atuais do sentido de processo e contextualização “daqueles anos”.

Canela com o Nome “Edson Luís”, realizar “missa de sétimo dia²⁸” e pregar placa em homenagem ao estudante assassinado.

No dia posterior a essa assembleia, foi realizada uma comissão no Centro da Cidade e, ao mesmo tempo, foram distribuídos panfletos e organizado comícios relâmpagos nos pontos de ônibus com o intuito de conseguir o apoio da população. Outros estudantes teriam até entrado nos ônibus para discursar sobre os seus descontentamentos ou realizado pichações pelas ruas do centro da cidade.

Percebemos, com isso, que os protestos em Salvador passaram a ganhar, paulatinamente, apoio de outros setores sociais, a exemplo dos artistas que começaram a reverter suas verbas para os manifestantes. Houve ainda auxílio de intelectuais, os quais publicaram manifestos criticando a violência policial, demonstrando, desta forma, solidariedade para com os estudantes no contexto.

O que se percebe é que, após a morte de Edson Luis, as pautas estudantis foram mudadas. A política educacional do governo cada vez mais aparecia como foco de reivindicação e, em relação ao Movimento Estudantil (ME) da UFBA, uma das mobilizações mais citadas foi a greve contra o corte de verbas da instituição.

O corte das verbas é retratado por Brito (2003) como um problema antigo existente em diversas instituições de ensino, sendo na UFBA proibidas reduções orçamentárias de 20% no ano de 1965 e 33% em 1966. Contudo, ao ser divulgado no ano de 1968, novas possibilidades de cortes, os estudantes passaram a ocupar as ruas. Realizaram, em seus protestos, a panfletagem e os comícios relâmpagos para uma maior adesão da população soteropolitana. As mobilizações no interior da instituição também foram percebidas com a programação da “Semana do Calouro” que possuía como eixo dos debates temas como a política educacional e financeira do governo.

No transcorrer da segunda semana do movimento grevista, surgem boatos sobre a liberação das verbas, mas, vale ressaltar que a força dessa movimentação teria influenciado inclusive outras instituições de ensino presentes na época, como a Universidade Católica (UCSAL) e a Escola Baiana de Medicina, as quais passaram a contestar as cobranças abusivas de anuidade e reivindicar uma melhor qualidade no ensino. Não podendo deixar de ser mencionado que os secundaristas²⁹ também se inseriram nesse movimento contestatório

²⁸ De acordo com Brito (2003), a missa de sétimo dia para o estudante foi realizada no Mosteiro de São Bento pelo Abade D. Timóteo, contado com a presença de cerca de 1500 participantes, entre eles, artistas, intelectuais e demais setores sociais.

²⁹ O Colégio Severino Vieira teria sido o primeiro a “declarar greve nos moldes universitários”.

quando, criticamente, teriam questionado o vestibular único que, segundo eles, dificultava o ingresso à universidade.

Em outubro do mesmo ano, de acordo com Benevides (2006), ocorreram novos e intensificados embates entre a polícia e os estudantes, graças à comoção e apoio dado por esses aos participantes do 30º Congresso da UNE (realizado no sítio Murundu, localizado no Município de Ibiúna, em São Paulo). Ocupando as ruas, os estudantes de Salvador passaram a protestar contra a prisão dos 800 delegados estudantis, ocorridas ao longo desse congresso organizado pela UEE- SP cujo objetivo maior era eleição de sua nova diretoria.

Podemos perceber, contudo, que entre os que se candidatavam à ocupação do cargo estavam: José Dirceu (ligado à dissidência paulista do Partido Comunista), Jean Marc Weid (AP) e Marcos Medeiros (PCBR). Portando, como ressalta o autor, “a escolha do local indica o quanto o ME estava influenciado pela organização de esquerda e pela visão militarista do foco guerrilheiro” (BENEVIDES, 2006, p. 93). Além disso, teria sugerido, com base na identificação dos possíveis diretores, um cenário de disputas entre suas respectivas organizações para controlar o ME.

Notamos dessa forma, ao longo desse panorama, a tentativa de abafamento, pela repressão, de diversas manifestações estudantis. Principalmente a partir da implantação do AI-5 que passa a perpetuar cada vez mais a tensão social e a impossibilitar o direito à argumentação civil. Acrescenta-se que, por conta do ato institucional especificado, existe um esvaziamento de representatividade do ME, mas, por outro lado, é percebida também certa subdivisão efetiva entre o “Estudante comum³⁰” e aquele que efetivamente seria militante entre esses anos.

2.5 - CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.

Segundo Sandra Regina Souza (2009), a Bahia raramente é mencionada em bibliografias sobre o período. E quando acontece não enfatizam sua importância no combate ao regime ditatorial. Contudo, ao se falar em movimento estudantil, nomes como os de Cesar Carneiro em sua dissertação defendida no ano de 2008, pela Universidade Federal do Estado

³⁰ Por “Estudante comum” utilizamos no presente trabalho a designação dada por Brito (2009) referente ao estudante que não estava engajado cotidianamente no ME e/ou em organização de esquerda.

da Bahia, *Aventuras e desventuras: A peça proibida e a greve de estudantes que desafiou a ditadura em 1966*; Antônio Mauricio Freitas Brito (2003), cujo trabalho retrata *Os Capítulos de uma História do Movimento Estudantil na UFBA (1964 – 1969)* e Silvio Cesar Benevides (2006) com o trabalho *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*, entre outros, não podem ser deixados de ser citados como alguns dos poucos que se debruçaram sobre a temática.

Podemos alargar o debate e afirmar que o estudo de Carneiro (2008) é de extrema importância para compreendermos um pouco mais sobre a história e a manifestação dos estudantes do Colégio Central ano de 1966, quando os jovens demonstraram mais explicitamente suas participações políticas no processo de resistência à ditadura.

Diante do exposto, partimos do pressuposto que o grupo estudantil, no contexto destacado, não era uniforme. Havia, assim, diversos colégios envolvidos nas movimentações da época com pautas semelhantes e divergentes, e realidades peculiares que instigavam suas ações políticas, muitas vezes, associadas a ações culturais.

Sendo assim, ao refletirmos sobre a política (em seu sentido mais amplo) ao longo de nosso primeiro capítulo e verificarmos, durante este segmento da pesquisa, que ações políticas criativas e variadas partiram do Movimento Estudantil secundarista, em especial do Colégio da Bahia, é mantida a reflexão sobre a citada instituição de ensino na próxima seção do estudo. A manutenção desse pensamento tem por finalidade conduzir a uma melhor percepção do vínculo entre a teoria e a prática, através do resgate da experiência do Clube de Leitura existente, naquele cenário estudantil, entre os anos de 1964 e 1969.

CAPÍTULO III

O CLUBE DE LEITURA - DE 1964 A 1969: A HISTÓRIA DE UMA ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

“É compreensível que pessoas estudadas não entrem na luta, mas é imperdoável que os lutadores não estudem, não sejam intelectuais.”

(Peloso, 2012)

INTRODUÇÃO

Tivemos a oportunidade de perceber, nos capítulos anteriores, que o Colégio Central da Bahia, principalmente na década de 1960, passou a ser identificado como um ambiente extremamente politizado. Apresenta-se, dessa maneira, como reflexo desse grau de conscientização dissente, a realização de várias ações políticas no cenário soteropolitano da época. Existindo, concomitantemente a esse nível de participação estudantil, alegações no livro *Memórias Históricas do Colégio Estadual da Bahia (1971)*³¹ de que o grêmio, entidade representativa do Colégio originária no ano de 1925, entre os anos de 1959 e 1965 teria sofrido influências de supostos “elementos que se infiltraram para estabelecer a desordem e o conflito”³² (COSTA, 1971, p. 148). Ocorrido, conforme consta na obra, a partir de maio de 1963, desentendimentos entre a direção do Colégio e os alunos do estabelecimento de ensino por conta dos candidatos que estariam, supostamente, compondo as chapas no processo eleitoral para o grêmio no respectivo ano.

³¹ Produção interna solicitada pela portaria nº 13-71, na qual o diretor da instituição, Walter Luiz Reuter, contou com uma comissão composta pelos professores do colégio, a exemplo: Wilson Americano da Costa, Oswaldo Caetano de Souza, Olga Batista Neves e Carmen Leite.

³² Destaca-se que a afirmativa trazida no livro de memória do Colégio Central, sobre os supostos elementos que buscavam realizar a “desordem na instituição”, deve ser analisada com extremo cuidado e atenção, pois se trata do olhar da direção e de um corpo de docentes, por eles selecionado, para comentar sobre a instituição e sobre, inevitavelmente, o setor estudantil que no contexto histórico aparecia extremamente mobilizado.

Esses conflitos foram pauta da Congregação (Órgão interno que frequentemente se reunia para discutir temas importantes no Colégio) que, em agosto do ano de 1965, discutiu a necessidade de reformulação do grêmio, alegando que “os objetivos verdadeiros da entidade estariam sendo desvirtuados por conta de um grupo de alunos” (COSTA, 1971, p. 148). Diante disso, o grêmio teria passado a sofrer intervenção, conforme Costa (1971) destaca, de uma junta governamentativa composta pelos alunos José Francisco de Carvalho Neto, Juvenal Gomes Filho e Jackson Chávez de Azevedo, ocupantes, respectivamente, dos cargos de presidente, tesoureiro e secretário da destacada junta.

Por conta dessa intervenção, o Grêmio teria passado a realizar, entre os anos de 1965 a 1970, atividades que se resumiam a: concursos de artes plásticas, literários; semana das vocações, semana do geográfico; excursão à Bahia de Todos os Santos e participação nas olimpíadas, nas quais o estabelecimento de ensino se destacava por obter boa classificação nas modalidades feminina e masculina. Sendo válido ressaltar que essa junta governativa, como consta em *Memórias Históricas do Colégio Estadual da Bahia (1971)*, teria sido responsável por realizar uma série de conferências ministradas por Calmon de Passos, Raul de Souza da Costa Sá, Homero Meziore, Mario Neto e Jenner Barreto Bastos.

Casar Carneiro (2008) acrescenta que Jackson Chaves de Azevedo, como representante do corpo discente do Colégio, teria aparecido como um dos oradores da sessão solene de comemoração do 128º aniversário do Colégio Central e, no ano de 1966, juntamente a José Francisco de Neto, esteve participando também da direção da Associação Cultural dos Estudantes da Bahia (ACEB) que era uma entidade criada em substituição a ABES³³, pois esta teria sido posta na clandestinidade devido às imposições previstas pela Lei Suplicy³⁴.

Enquanto respondeu pelo grêmio, a única fonte de arrecadação da junta provinha da emissão das carteiras estudantis. E esses recursos, de acordo com Carneiro (2008), teriam servido, inclusive, para o custeio de atividades de grupos de estudantes no interior do Central que eram voltados para a cultura, a exemplo do GATEB³⁵.

Notamos dessa forma que, mesmo nos períodos em que o grêmio se encontrava fechado, existiu, estimulado por lideranças estudantis, o desenvolvimento de diversas atividades

³³ Associação Baiana de Estudantes Secundaristas.

³⁴ De acordo com Carneiro (2008), a Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, ficou conhecida por Lei Suplicy em referência a Suplicy de Lacerda (Ministro da Educação). Essa lei, apesar de ser dirigida à representação estudantil universitária, se voltou também para as organizações estudantis secundaristas, deixando claro, em seu art. 18, que a existência de grêmios em estabelecimentos de grau médio só poderia ocorrer com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas. Sendo as atividades restringidas aos limites dos estabelecimentos escolares e devendo ser acompanhada por um professor.

³⁵ Grupo Amador de Teatro Estudantil da Bahia (GATEB).

internas e externas ao Colégio da Bahia que agitavam a vida dos estudantes secundaristas, a exemplo da criação em 1964 do grupo de cinema, o GATEB e grupos para a elaboração de jornais, mural e impressos como Carneiro (2008) aponta.

O autor chega a mencionar que, nessa conjuntura, o interior do Colégio da Bahia contou com a mobilização de um grupo de estudantes para a criação de uma revista intitulada de “*O Momento*”³⁶. Entre os idealizadores dessa revista se encontravam os estudantes Carlos Sarno e José Francisco de Carvalho Neto que, inclusive, foi indicado como possível redator do periódico, o qual, por conta do golpe de 1964, teve seus trabalhos interrompidos.

Ao momento que citamos Francisco Neto percebemos que, além de estar envolvido nos debates da revista, ele teria participado, no mesmo contexto, do processo de organização de uma feira de livros que culminou na construção do que intitularam como sendo um *Clube de Leitura*. Brevemente, Carneiro (2008) teve a oportunidade de destacar em sua obra que o Clube, coordenado por Francisco Neto, discutia poesia, literatura, patrocinava conferências e estimulava a criação de jornais. Acrescenta-se que, por conta desses trabalhos, seus principais integrantes (Jackson Azevedo, José Neto e Juvenal Filho) teriam assumido, como Junta Governativa, a direção do Grêmio que se encontrava fechado desde o ano de 1963. Por isso, ao nos debruçarmos sobre essas informações busco, ao longo do presente capítulo, compreender melhor o que foi o citado Clube de Leitura, sua trajetória no seio do Colégio da Bahia e averiguar os interesses e as principais ações de seus integrantes entre os anos de 1964 e 1969 na instituição de ensino estudada.

Ressalta-se que utilizei como fontes de pesquisa, durante essa tentativa de resgate da História do Clube de Leitura, onze entrevistas realizadas com ex-participantes do grupo; um conjunto de 150 atas manuscritas das reuniões realizadas datadas do ano de 1964 a 1968; um caderno de controle dos empréstimos de livros realizados pelo Clube na época e algumas circulares trocadas entre membros do Clube, direção e bibliotecária no contexto histórico a ser estudado.

Pontua-se, assim, que, ao longo das análises realizadas, foram observadas pausas temporais nas atas do Clube. Essas lacunas amenizaram-se a partir do uso de entrevistas feitas com os ex-integrantes do referido espaço. Dessa forma, com o intuito de tornar didática a compreensão da trajetória do Clube de Leitura do Colégio da Bahia, subdivido, sem prejuízo temporal, sua história em três momentos específicos que serão apresentados em quatro tópicos. Os principais critérios adotados para essa subdivisão foram os momentos em que

³⁶ Projeto idealizado por Carlos Sarno e José Neto, sendo este último indicado como redator da revista, porém, com o golpe de 1964, houve o impedimento da realização da mesma.

ocorreram as transições do corpo administrativo da entidade estudantil analisada. Dessa forma, as etapas do Clube de Leitura, debatidas ao longo do presente capítulo, serão: I- Um encontro de Organizadores: Nascimento do Clube de Leitura; II- Em busca de uma organização; III – “Um banho de legitimidade”: A segunda fase Clube de Leitura e IV – “Por uma política diplomática” – a terceira fase do Clube de Leitura.

3.1 - UM ENCONTRO DE ORGANIZADORES: O NASCIMENTO DO CLUBE DE LEITURA

No ano de 1964, o já funcionário público José Francisco de Carvalho Neto, transferido do Colégio Severino Vieira, teria ingressado no Colégio Central da Bahia graças às referências positivas obtidas sobre a instituição de ensino, principalmente no que se referia ao ensino, o qual era, segundo Francisco Neto³⁷, direcionado para uma efetiva aprovação e ingresso no ensino Superior/ Universitário da época.

O Colégio aparecia então como um ambiente aberto e rico em relação a todos os tipos de debates, como na área de Filosofia e Sociologia. Além de possuir cursos que eram dirigidos a quem optasse para o vestibular, seja nas áreas de humanas ou ciências exatas. Sendo assim, ao chegar ao Colégio, o estudante teria optado por estudar no turno da manhã, momento em que ele recordou ser *“antes de construírem aquele prédio da frente, aquilo ali matou o Central que era muito bonito (Depoimento Francisco de Carvalho Neto em: 01/03/2012)”*.

Não deixando de expor, porém, que no mês de abril do mesmo ano de seu ingresso no Colégio da Bahia, houve uma mobilização no interior dessa instituição de ensino. Liderada por alguns alunos que buscavam criar uma revista a qual cogitaram atribuir o nome de *“O Momento”*, como foi comentado nas primeiras páginas do nosso capítulo.

Entre os idealizadores desse projeto se encontrava o então estudante Carlos Sarno e Francisco Neto que, mesmo não se recordando exatamente como teria sido estimulado a se envolver nesses debates, afirmou ter seu nome bastante cotado para o cargo de redator do

³⁷ Entrevista cedida em 01 de Fevereiro de 2012.

referido periódico. Isso faria com que ele pudesse dar o “tom” da revista que, devido à explosão do golpe militar no Brasil, não se concretizou. Em suas palavras “*explodiu o golpe, todos desapareceram e a revista não saiu (Depoimento cedido por Francisco de Carvalho Neto em: 01/03/2012)*”.

Não se deve deixar de acrescentar que, durante este mesmo ano, o Clube da Leitura, como um espaço de expressão dos estudantes, começou a se originar no interior do Colégio Central. Momento em que as organizações estudantis passaram a ser bloqueadas pelas imposições militares. A ideia surgiu como o resultado de uma feira de livros que foi estimulada pelo Padre Dom Bernardo do Mosteiro de São Bento.

A citada feira de livros teria mobilizado a grande maioria dos estudantes do Colégio da Bahia, ao passo que os alunos buscaram visitar livrarias, incentivar livreiros a fazerem doações e montarem seus estandes no rol do Colégio. Sendo que, por terem tido sucesso nesse processo de organização da feira, surgiu a ideia da formulação de um Clube de Leitura que, embora Francisco Neto não possua convicção sobre quem foram os verdadeiros articuladores, contou em sua primeira formação com a direção dos estudantes Juvenal Gomes Filho, Jackson de Azevedo e Francisco de Carvalho Neto.

3.1.1 – Considerações sobre Jackson de Azevedo.

O Jovem Jackson Chaves de Azevedo, desde os seus primeiros anos escolares, teria tido uma forte participação em grêmios. Apesar de intitulá-los, em entrevista cedida ao nosso trabalho, como “infantis”, por não considerá-los tão “*politizados, aparecendo mais como mecanismos de congregação para organizar esportes e festas, não tendo nenhum caráter reivindicatório (Depoimento cedido por Jackson de Azevedo em: 30/01/2013)*”.

No entanto, ao ingressar no Colégio Central da Bahia, teria contado com uma grande motivação, favorecida por suas experiências anteriores e por influências dentro de casa, porque seu pai tinha “vinculações claras” com as iniciativas políticas mais progressistas da época e isso teria, de alguma forma, o influenciado.

(...) eu me lembro que lá em casa foi uma espécie de um sub comitê eleitoral de Valdir na campanha contra Lomanto. Meu pai sempre foi ligado a essas correntes... Então, embora ele não tivesse qualquer patrulhamento ideológico conosco ou qualquer ambição, eu me lembro dele ter comprado o “globo” e a “última hora” que, na época, era um jornal de oposição no Rio de Janeiro. Ele sempre teve esse diálogo (Depoimento cedido por Jackson de Azevedo em: 30/01/2013).

Contando com as influências citadas, Jackson Azevedo passou a se envolver, até mesmo em seu bairro, em grupos voltados a formação de Clubes de jovens, missas da juventude e outros. Sempre na linha de igreja libertária.

Como já referendado nos capítulos anteriores, percebemos que “a luta dos homens se move em diferentes níveis e por múltiplos caminhos, permeados de avanços e recuos, que motivam mais perguntas que conclusões” (IOKOI, 1996, p.16). Nesse sentido, o Teólogo, Gustavo Gutiérrez³⁸, destacou que um dos caminhos encontrados por uma parcela da população brasileira foi o fundamentado na crença da Teologia da Libertação, que vai ocorrer através da reflexão crítica sobre a práxis a partir de “um processo de redescoberta da caridade como centro da vida crista.” (IOKOI, 1996, p.211).

Zilda Iokki (1996) argumenta que surgiu uma crença de que refletir de forma crítica sobre a práxis histórica seria fazer uma teologia libertadora, buscando uma transformação da história social, na qual deveria prevalecer a fraternidade. Na América Latina, Gutiérrez afirma que a Teologia da Libertação teria sido uma resposta sobre como “encontrar uma linguagem sobre Deus que nascesse da situação criada pela pobreza injusta em que vivem amplas maiorias (classes sociais exploradas, culturas marginalizadas, discriminação sobre as mulheres)” (IOKOI, 1996, p.218). De modo que essa teologia teria influenciado um discurso popular de busca pela libertação.

Nesse sentido, o entrevistado foi bastante incisivo ao evidenciar sua “*Queda pela Ação Católica (Depoimento cedido por Jackson de Azevedo em: 30/01/2013)*”. Chegando a lembrar de alguns padres com os quais, na década de 1960, possuía grande contato. A exemplo de Padre Dionísio com quem compartilhava uma relação extremamente próxima e marcante, pois teria sido esse, inclusive, o padre que realizou o seu casamento.

Sua proximidade com a Ação Católica era tão evidente que o período em que entrou na Universidade coincidiu com o contexto em que os Bispos mais reacionários (Dom Eugenio, Dom Luciano Duarte de Aracaju) estavam acabando com a Ação Católica. Todavia,

³⁸ De acordo com IOKOI (1996) Gutierrez aparece ao lado de Leonardo Boff como dedicados a reflexão sobre as diferenças de tratamento da realidade que a nova Teologia apresenta.

por gostar dessa pedagogia, Jackson e outros colegas de época teriam criado um grupo para suprir a falta daqueles que estavam passando por um processo de dissolução, a exemplo da JEC, JAC, JIC e JOC³⁹.

De acordo com Jackson de Azevedo, a criação desse novo grupo coincidiu com o momento de chegada do padre Claudio Perani à Bahia. Este, por sua vez, possuía um grande conhecimento sobre a Ação Católica, defendido até uma tese sobre o tema em Roma. Fato que estimulou o Padre Dionísio sugerir que o estudante deveria procurá-lo.

Por conta disso, nosso entrevistado, acredita que talvez tenha sido ele um dos primeiros, na Bahia, a entrar em contato com Claudio Perani. Justamente por seu intuito de buscar contribuição para a criação do novo grupo. Apoio que fora concedido, já que Perani aceitou ser assistente desse novo grupo.

Concomitantemente a esse fato, o Padre Tironi, seguidor de outra linha jesuítica, prestava assistência a um grupo da Ação Católica que possuía entre seus integrantes “*umas meninas de História, Serviço Social (Depoimento de Jackson de Azevedo em: 30/01/2013)*”. Contudo, em um determinado momento, Tironi solicitou a Perani que o substituísse, permitindo, dessa maneira, a fusão entre os dois seguimentos. Embora cada um dos grupos possuísse uma matriz religiosa e teórica um pouco diferente, surgindo assim o Grupo de Ação Cristica (“*GAX*”⁴⁰).

Embora não possamos aprofundar os debates sobre o “GAX”, é importante mencionar que parece um rico objeto para os pesquisadores que desejarem se debruçar mais sobre o tema. Por hora, contento-me em destacar que a trajetória de Jackson Azevedo, após a esfera secundarista, buscando a formação desse novo grupo, aparece como evidência suficiente para crermos realmente em sua estreita ligação com a Ação Católica na época. Bem como também perceber sua postura participativa no cenário do Colégio Central. Participação que é, amplamente, evidenciada por vários ex-participantes do Clube da Leitura, os quais tive a oportunidade de entrevistar, como se pode verificar abaixo:

1- *“Me parece que Francisco era de origem humilde e tinha uma preocupação em subir na vida... alcançar algo que o colocasse em outro patamar socialmente. Jackson era exibido, gostava de falar alto... tinha que ser visto...” (Depoimento cedido por Nádia Freire em: 02/05/2013).*

³⁹ Movimentos da Juventude estudantil, agrária, independente e operária católica respectivamente.

⁴⁰ De acordo com Jackson de Azevedo, a letra “X” da sigla “GAX” aparece como um símbolo relacionado à cruz, a Cristo. Em suas PALAVRAS: “Símbolo de Jesus Cristo. Embaixo de Jesus Cristo existe um símbolo, um X”.

2- *“Eu era um pouco mais tímido, Jackson tinha mais dotes de liderança” (Depoimento cedido por Francisco de Carvalho Neto em: 01/02/2012).*

3- *“Participação demais. Ele sempre foi uma liderança incontestável desde o tempo da escola. Todos o chamavam de Jaquinho. Não havia uma reunião que nós fizéssemos que ele não estivesse presente. Ele não só sempre foi uma pessoa inteligente, perspicaz e aglutinadora, como todo e qualquer conflito, problema, discussão, ele intermediava” (Depoimento cedido por Jorge Braga Barreto em: 16/05/2013).*

Sendo assim, teria sido justamente no ano de 1964 que esses dois personagens passam a ter um maior contato no Colégio da Bahia. Jackson de Azevedo e Francisco de Carvalho Neto, por terem participado da organização da feira de livros, como já destacado, teriam estimulado e liderado a criação do Clube de Leitura que, segundo as fontes de pesquisa, se estendeu até o ano de 1969 na instituição de ensino.

3.1.2 – O processo de formação: duas visões e uma história.

De acordo com Jackson Azevedo, a repressão não demorou a dar seus sinais de controle a partir do ano de 1964. Contudo, havia, no mesmo período, uma maior e crescente organização do movimento estudantil. E, diante do referido cenário, o Colégio da Bahia teria sido um dos que não se eximiu desse processo organizacional, pois seus estudantes se conscientizavam, cada vez mais, de que não possuíam uma representação. Já que o grêmio, em virtude de um ato da sexta região militar, teria sido entregue ao interventor Abimael⁴¹.

(...) ele foi nomeado pela inteligência da sexta região militar para tomar conta do Grêmio do Central. Lembro bem da figura física dele, era uma pessoa designada para tomar conta e não era nem aluno do Central... (Depoimento cedido por Jackson de Azevedo em: 30/01/2013).

⁴¹ Não possuímos o sobrenome e nem maiores informações sobre o Interventor Abimael. Seu nome foi citado pro Jackson Azevedo em entrevista concedida à pesquisa em 30 de janeiro de 2012.

Por serem impossibilitados de agir (via grêmio), surge a crença, por parte de alguns estudantes, de que deveria existir outro organismo no Colégio, o qual, aparentemente, deveria ser visto como inofensivo pela repressão. Esse pensamento, de acordo com Jackson de Azevedo, coincidiu com toda uma conjuntura interna do Colégio Central que foi favorável à proposta da ativação de um Clube de Leitura. As principais causas que implicaram na aprovação desse espaço foram: a desatualização da biblioteca, a falta de interesse em se atualizar esse acervo e a presença, restrita, de livros didáticos.

Aproveitando esse ensejo, os alunos entraram em contato com o Serviço de Orientação da Escola (SOE) e apresentaram a proposta que foi bem aceita. De acordo com Jackson de Azevedo, a receptividade da proposta teria sido tão grande que foi cedida, inicialmente, como espaço físico de reuniões do grupo, a sala do próprio SOE, afirma ele:

(...) era no pavilhão central. Antes de ter aqueles pavilhões ali na frente, tinha um corredor de palmeiras imperiais, era gostosíssimo. O Central(...)era até emocionante entrar, porque foi um momento muito bonito da história da gente (Depoimento cedido por Jackson de Azevedo em: 30/01/2013).

Francisco de Carvalho Neto, embora não se recorde completamente como passou a integrar o Clube, teria ocupado a função de coordenador do grupo estudantil e cogitou, em sua entrevista, a possibilidade de ter sido cooptado por aqueles os quais ele acredita poderem ter sido os possíveis articuladores do Clube da Leitura. Já que no contexto “quase todos” frequentavam o Mosteiro de São Bento, sendo este um chão acolhedor do momento. Por conta disso, ele não exclui a possibilidade do Clube ter tido um viés “de Juventude Estudantil Católica”. Embora alegue que essas articulações, naquele momento, não eram tão fáceis de serem percebidas por ele devido a sua pouca idade⁴² na época.

Deixando claro também que talvez tivesse sido cooptado justamente por ter atraído olhares, devido a sua dissociação de qualquer corrente política da época, transparecendo uma confiabilidade e responsabilidade essencial para a formulação do Clube. Acreditando que talvez sua postura como bom aluno, que tirava boas notas, e sua timidez pudessem ter contribuído para o não levantamento de suspeitas por parte da direção, em relação à iniciativa e o sentido do Clube de Leitura.

⁴² Indico, como possibilidade de uma maior reflexão acerca da noção cultural sobre o que é ser jovem, o texto “O jovem como sujeito Social” de DAYRELL, Juarez (2003).

Embora seja adepto da crença de que não possuía militância alguma, Francisco Neto afirma ter se aproximado de uma linha mais católica, sendo isso justificado pelo fato de, conjuntamente a Jackson de Azevedo em contexto posterior a sua estada no Colégio da Bahia, ter feito parte do “GAX” sobre a liderança do padre Perani. E assim, por estar mais maduro passou a ter um maior entendimento sobre o que seriam as Comunidades Eclesiásticas de Base, a Teoria da Libertação e sobre Pierre Chardin⁴³. No entanto, mesmo que ele não tivesse certeza, é provável que, já no Colégio da Bahia, fosse influenciado pelo viés católico, pois ao longo dos seus discursos, no seio do Clube de Leitura, por várias vezes se remeteu a personagens bíblicos. Como, por exemplo, o que ocorreu na reunião do dia 05/07/1965 quando o coordenador fez o uso de ensinamentos do apóstolo São Paulo citando que: *“quem não é digno com pouco não é no muito (...) quando se pratica uma boa ação os seus frutos(..) não se sabe se é para hoje ou para logo mas, servirão(...)”*. Por conta dessa enunciação, e de várias outras ao longo dos registros escritos do Clube, é sustentável supor certa aproximação do estudante com ideias católicas já nessa época.

Contudo, o que vale ser ressaltado no momento é que, dotados dessa iniciativa, os estudantes passaram a buscar doações e formular uma “biblotecazinha bastante plural” no Central. Criando uma estrutura burocrática no seio do Clube formado, o qual, por sua vez, contava com o apoio da bibliotecária do Colégio, já que esta ajudava na organização do sistema de empréstimos e consulta de livros. De acordo com Jackson de Azevedo, o Clube passou a ser visto como um instrumento que possibilitava aos estudantes o direito de debater, ter voz e se manifestar em um contexto tenso que foi o tempo de ditadura militar no Brasil.

3.2 - EM BUSCA DE UMA ORGANIZAÇÃO: A PRIMEIRA FASE DO CLUBE DE LEITURA.

A análise a primeira página do livro de atas do Clube⁴⁴, revela que teria sido iniciada, mais precisamente às 12h da manhã do dia primeiro de Outubro do ano de 1964, uma reunião do Clube de Leitura no Colégio da Bahia, presidida pelo Coordenador José Francisco de

⁴³ De acordo com a Academia Brasileira de Letras, teria sido o precursor do chamado evolucionismo cristão.

⁴⁴ Uma das fontes escritas utilizadas no processo de investigação da História do Clube de Leitura foi um livro de atas manuscritas sobre as reuniões do Clube de Leitura. A Apresentação contida nesse livro foi feita por Francisco de Carvalho Neto (Coordenador na primeira etapa do Clube de Leitura) e datada de 05 de out. 1964 e o término das atas é datado de 23 de set. 1968.

Carvalho Neto e contendo como participantes: Heloisa Oliveira, Juvenal Gomes Filho, Barbara Eliete Baraúzia, Evandro de Jesus Barreto, Maria Izabel de Carvalho, Maria das Graças Góes, Jackson de Azevedo, Edivaldina Silva de Jesus, Arx Tourinho e Maria das Graças Mascarenhas.

Ao longo desta reunião notamos que entre os temas tratados apareceram discussões sobre qual seria a posição que o Clube adotaria em relação à ação do Serviço de Orientação Educacional (SOE) de apresentar, à mesa de reuniões, um cartaz alegando servir como propaganda sobre concursos de oratórias, crônicas, poesias e artes em geral. Elementos que o serviço gostaria que fossem promovidos pelo Clube de Leitura.

Notamos, no entanto, que alguns membros como Heloisa Oliveira, Barbara Eliete, Maria Das Graças Goes, Maria Isabel Freire de Carvalho e Maria das Graças Mascarenhas passaram a se opor a essa imposição do SOE. Alegaram que o Clube não deveria promover tais concursos, pois estes eram direcionados a apenas uma parcela reduzida de alunos do Colégio.

Diante desse episódio, vale a indicação de um parêntese na narrativa e frisar que, ao se oporem, mesmo de forma embrionária, sobre promover ou não os concursos propostos pelo SOE utilizando a justificativa de que estes não envolveriam uma totalidade estudantil no Colégio da Bahia, parece-me que, já em seu primeiro momento, no qual o Clube contava com seus primeiros impulsos para obter uma organização, uma parcela de sua composição possuía um intuito de atingir ou zelar por grande parte dos estudantes da citada instituição educacional na época.

Fica notório o interesse desse grupo pela autonomia, pois seus componentes continuaram alegando que o SOE não teria dialogado com o Clube para averiguar se eles teriam interesse ou não em promover os referidos eventos.

A discussão permaneceu a ponto de outros integrantes, como Arx Tourinho e Evandro Barreto, apoiarem a sugestão da realização de uma nova reunião que contasse com a presença da Orientadora do SOE, na qual buscassem solucionar os conflitos de opiniões a respeito do papel do Clube de Leitura e a ligação que este teria com o SOE. Cabe ressaltar que outras sugestões foram emitidas nesse momento, a exemplo de Jackson de Azevedo que propôs o encontro de um representante do Clube de Leitura (o Coordenador) com a Orientadora (caso não fosse possível a realização de uma “assembleia”) e a outra opinião partiu de Maria Izabel Freire de Carvalho, afirmando ser interessante que o Francisco de Carvalho fosse acompanhado dos dirigentes de cada equipe que compunham o Clube para conversar com o

SOE. No entanto, sendo postas em votação, a sugestão de Jackson foi aprovada pela maioria dos componentes presentes nessa reunião.

Por conta da periodicidade de suas reuniões, foi possível verificar nas atas que no dia seis de outubro foi realizado um novo encontro com o intuito de resolver as divergências de interesses com o SOE. Nesse momento, pode-se observar uma postura conciliadora do Coordenador Francisco Neto que, ao abrir a sessão, salientou a importância da harmonia e do diálogo entre os membros do Clube e a Professora Glacil, a qual era a representante do Serviço de Orientação Educacional. Dirigindo-se, posteriormente, algumas perguntas à professora, tais como: “*quais as relações entre nós e o SOE? (Ata do Clube de Leitura em: 06/10/1964),*” obtendo como resposta por parte da orientadora outra pergunta: “*que visam do Clube de Leitura? (Ata do Clube de Leitura em 06/10/1964)*”.

Fazendo uso da palavra, Francisco Neto argumentou que a finalidade do Clube era “*organizar atividades visando cultura e conhecimento do meio estudantil, como diálogo com professores e diretores (Ata do Clube de Leitura em 06/10/1964)*”. Em seguida, a professora destacou que essa era a mesma finalidade do SOE e que, embora o Clube de Leitura fosse especialmente dos alunos, caberia ao SOE, por ser um órgão de orientação, auxiliá-los.

Dando continuidade a sua explanação, a professora Glacil expôs sua crença de que o Clube deveria promover os eventos para ter uma maior possibilidade de se firmar no Colégio. Ficando acordado, no término dos debates, que “*assim como o Clube deve mostrar ao SOE, o SOE também deveria expor suas idéias ao Clube (Ata do Clube de Leitura em 06/10/1964)*”. A orientadora ainda frisou que, apesar do Serviço de Orientação ter entregue a responsabilidade ao Clube, não perdeu a liderança. Essa passagem merece mais uma reflexão, pois o que nos parece é que, sutilmente ou não, a intenção da professora Glacil foi a de demonstrar ao grupo que o poder decisivo dos mesmos estaria sim sendo limitado pelo SOE.

O fato é que tendo sido, teoricamente, estabelecido um acordo entre o Clube e o Serviço de Orientação, é percebido, na reunião subsequente, o processo de organização das equipes que se fazia presente no interior da associação estudantil. Visavam iniciar os preparativos para a realização do concurso que foi solicitado pelo Serviço de Orientação. Deparando-se, nesse momento, com a existência, no interior do Clube de Leitura, das equipes de *propaganda, promoção, controle e tesouraria*, as quais destacarei seus papéis ou trabalhos no seio do Clube.

Logo na reunião posterior, observa-se o aluno Evandro de Jesus Barreto, dirigente do grupo de promoção, demonstrando uma mobilização de sua equipe na organização do evento,

pois esse já teria acertado os detalhes dos concursos de oratória, crônicas e poesias com os demais componentes da equipe. Assim como já estaria ocorrendo a divulgação desses concursos em sala de aula. Ressalta-se, inclusive, que o Clube de Leitura seria possuidor do direito de escolher um professor do Colégio para participar da comissão julgadora desses concursos. Salienta-se que os nomes desses professores teriam sido divulgados pelo dirigente na reunião do dia 19/10/64, ficando composta a comissão julgadora por:

<u>Poesia:</u>	<u>Oratória:</u>	<u>Crônica:</u>
Professor Raul Sá	Professor Walter Nogueira	Professor Rui Simões.
Professor Raul Veiga	Professor Aristides	—
Sr. José L. Costa Filho	Dr. Orlando Bahia Monteiro e Dr. Americano da Costa	—

A equipe de promoção aparecia assim, com a finalidade de promover os eventos que eram debatidos e planejados pelo Clube do Colégio da Bahia. Ocorrendo, justamente na reunião do dia 19/10/1964, a elucidação, de forma mais precisa, da posição e ação que cada integrante deveria desenvolver dentro do Clube de Leitura.

Nesse momento, mesmo envolvido no processo de organização dos concursos de crônica, poesia e oratória, visualiza-se Heloisa de Oliveira Prata, uma das integrantes do grupo de promoção, alegando que o trabalho de sua equipe não era muito e, por isso, a mesma fazia também as tarefas da equipe de propaganda, já que esta se encontrava parada.

Nesse momento, ao analisarmos as atas iniciais do Clube de Leitura, é possível evidenciar uma busca desses integrantes em organizar o evento desejado, inicialmente, pelo SOE e, posteriormente, acordado entre as partes. Entretanto, o maior interesse parece ser o de realmente conseguir a estabilidade, o firmamento e o reconhecimento da organização perante os outros alunos do Colégio, como foi pontuado e, de certa forma, despertado pela orientadora do SOE.

Todavia, esse intuito de reconhecimento não partia apenas da equipe de promoção já que existia também a equipe de controle que possuía como dirigente Jackson de Azevedo (O

“Jaquinho”) e a equipe de tesouraria, liderada por Juvenal Gomes Filho. A equipe de propaganda, no entanto, como Heloisa Prata destacou, não se encontrava funcionando até que, na reunião do dia 26/10/1964, teria sido estimulada, debatida e votada pela sua reestruturação a partir da intervenção do aluno e componente do Clube de Leitura Arx Tourinho.

Neste mesmo encontro, além de ter sido aprovada a intervenção de Arx Tourinho na equipe de propaganda, o grupo de alunos teriam sugerido que o coordenador José Francisco Neto entrasse em contato com o SOE a fim de estudar a possibilidade de estender o Clube de Leitura ao turno vespertino. Ora, essa passagem nos faz perceber nitidamente os intuitos dos integrantes em estender o contato do Clube entre os variados turnos de ensino, mas nos faz perceber também a necessidade de, nesse momento, a ampliação de suas bases no Colégio não criar inconvenientes e nem divergências amplas com o Serviço de Orientação. Portando, de certa forma, o dilema de pouca autonomia e o receio da direção da instituição criar um maior controle sobre o Clube.

Infelizmente, as documentações utilizadas nesse estudo não trazem informações se esse diálogo com o SOE realmente aconteceu e, caso tenha ocorrido, não se tem a noção do que teria sido acordado entre partes. Contudo, verifica-se, em ata do dia 17/11/64, que esse intercâmbio com o turno vespertino de toda forma passou a ocorrer, inclusive, com o grupo de Teatro/ GATEB, como podemos observar abaixo:

(...) foi designada uma comissão para falar com elementos da tarde do grupo de teatro a fim de apresentarem a idéia de um trabalho em união com o mesmo, com a finalidade de haver um melhor intercambio entre o turno matutino e o vespertino (...). (Ata do Clube de Leitura em 17/11/64).

Entre os componentes, que passaram a estabelecer esse contato com o turno vespertino, se encontravam as alunas Maria das Graças Dantas Goes, Barbara Eliete B. de Piuzzia, Maria das Graças Mascarenhas e Nádia Freire. Cabe destacar que a última estudante citada teria sido incorporada e apresentada ao Clube nesta mesma reunião. Fato que atesta a entrada paulatina de novos membros no Clube, sendo isso percebido também nas demais atas analisadas. Promovendo-nos uma inferência acerca da existência de certa popularidade e visibilidade crescente do grupo no Colégio da Bahia.

O teor dos trabalhos realizados pelas outras equipes que compunham o Clube de Leitura pode ser percebido também na reunião do dia 17/11/64. Quando se verifica, por exemplo, o discurso promovido por Jackson de Azevedo (chefe da equipe de controle)

acentuando os problemas que estava passando com sua equipe, pois alguns não estavam se envolvendo plenamente com as tarefas por ele designada. Esses alegavam falta de tempo/horário (questionamento que provocou a definição de uma reunião particular entre a equipe de controle e a coordenação). Posteriormente, destacou-se que seu grupo teria conseguido terminar o balanço, cujo eram responsáveis, dos livros existentes na biblioteca, tendo como resultado:

- 72 livros presentes;
- 8 livros emprestados;
- 1 livro desaparecido;
- 3 livros localizados.

Esta consiste em apenas umas das várias passagens das atas em que se conseguem visualizar os trabalhos da equipe de controle, cuja atribuição era controlar a entrada e a saída de livros na biblioteca do Colégio e do Clube de Leitura. O fato, no entanto, é que os problemas desse grupo não se resumiam à falta de horário para o trabalho por parte de alguns integrantes. Outros descontentamentos foram explicitados por “Jaquinho” nessa ocasião, a exemplo da interferência do SOE do turno vespertino em sua equipe, através da entrada e saída de livros sem realizarem os devidos registros.

Concomitantemente a essa discussão, na qual foi sugerida uma conversa entre o coordenador do Clube, a equipe e o SOE, foi apresentada à mesa de discussão a necessidade de aquisição de novos livros como: “Tor et Mor” (Paul Gérard), “O resto é silêncio” (Érico Veríssimo), “Destino” (Crônicas de Humberto de Campos) e “Eu e o Governador”.

Ao entrar em contato com a solicitação de aquisição de livros por parte do grupo de controle, o coordenador se remeteu à equipe de tesouraria perguntando o quanto esta detinha em caixa para possibilitar a compra dos exemplares citados por Jackson. A tesouraria, por sua vez, afirmou que possuíam apenas o valor de \$ 20.605,00 e que seria impossível prever a quantia que poderia ser empregada na compra de novos livros. Além disso, necessitavam utilizar parte dessa quantia para a compra de prêmios a serem distribuídos entre os alunos e na organização de um jornal mural solicitado pela equipe de propaganda.

É verdade que parte das preocupações da equipe de controle, coordenação e tesouraria foi amenizada a partir do momento em que Maria Isabel F. de Carvalho lançou a ideia de o grupo reivindicar o mural que se encontrava com o SOE. No entanto, as cenas explicitadas na reunião do dia 17/11/64, aparecem, nesse estudo, como uma das possibilidades para a identificação de como se configurava o trabalho da equipe de controle que buscava ampliar o leque de possibilidades de leituras no Clube, estimulando a entrada de novos autores e maior quantidade de livros no grupo. Percebe-se, também nessa reunião, o papel da tesouraria, responsável pela arrecadação e disponibilização de verbas às outras equipes para darem continuidade aos seus projetos organizacionais.

Concomitantemente a isso, é visível o envolvimento dos estudantes nas atividades no interior do Clube, já nessa etapa, que se revela como momento de busca por uma organização. É notório que as atividades passaram a ser desenvolvidas e estimuladas pelos próprios estudantes entre si, os quais, no contexto, encontravam-se em uma faixa etária entre 14 e 17 anos, conforme pode ser verificado na maioria das entrevistas realizadas com o ex-integrantes do Clube de Leitura.

As atividades, lideradas pelas várias equipes que se encontravam na composição do Clube, são citadas em muitas páginas do conjunto de atas que foram utilizadas para análise. Dessa forma, consta-se, por exemplo, que no dia 27/11/64 mais uma reunião, às 12 horas da manhã, ocorreu com os membros do Clube de Leitura em uma das salas do Colégio da Bahia. Encontro este que trouxe como proposta o estudo do programa da festa de encerramento do ano, promovida pelo SOE e pelo Clube de Leitura. Marcada para o dia 02 de dezembro do ano de 1964 às 10h da manhã, consumando-se, ao longo da reunião, a ideia de que existiria uma saudação proferida por um dos membros do Clube no início do evento.

Grande parte dos membros acreditou que o coordenador deveria ser incumbido deste papel. No entanto, este apresentou o nome de Arx Tourinho, o qual foi aprovado. Vale ressaltar que não se tem dados reais para a compreensão dessa recusa por parte de Francisco Neto. Contudo, no processo de análise da figura desse ator, acredito ter sido pela timidez (alegada por ele próprio ao longo da entrevista cedida para a formulação do presente trabalho).

Além dessa saudação, que deveria ser feita por Arx Tourinho, foram debatidas também, na ocasião, as possibilidades de premiações aos vencedores das atividades que seriam desenvolvidas no momento. Combinando-se que seriam premiados os quatro primeiros colocados nas atividades e que as premiações seriam entregues através das seguintes pessoas:

ao primeiro colocado: pelo Diretor do Colégio; segundo colocado: pelo representante do SOE; terceiro colocado: por um representante do Clube, de preferência, o Coordenador e ao quarto colocado: por um convidado especial presente na mesa ou um aluno do Colégio. Sendo estabelecido também que um estudante do Colégio deveria se sentar à mesa ao lado do diretor da instituição educacional e dos demais convidados. Decisão esta a ser reafirmada na reunião que estabelecida para o dia seguinte.

Como nos conscientiza Peloso (2012), uma reunião é o momento de encontro de um grupo buscando “discutir, avaliar e tomar decisões”, tendo de se seguir, para se alcançar eficiência, alguns passos, tais como: a) definir os objetivos; b) realizar convocação prévia; c) identificar o local de encontro; d) estipular horário de início e término da reunião; e) cumprir rigorosamente a ordem dos pontos que deverão ser discutidos e disponibilizar oportunidade de exposições de opiniões, sendo respeitados os devidos horários; f) encaminhar as definições e distribuir tarefas e, por fim, avaliar o desempenho e se dispor a melhorá-lo. Cumprindo-se a maioria desses passos, na planejada reunião subsequente, teria sido tratado, entre outras pautas, como se daria a entrega de um símbolo dos alunos do terceiro ano para os do segundo ano. Acertou-se, então, que essa entrega deveria ser feita pelos estudantes mais populares do Colégio. O escolhido entre eles foi o aluno identificado como “Saldanha⁴⁵”. Posteriormente, avaliaram-se os estudos e apresentação dos valores que seriam cobrados dos cursos científico e clássico. Dada por encerrada a reunião, a equipe de promoção do Clube propôs a realização de um número de arte no dia do evento.

No entanto, esses acordos, firmados na ata de 27/11/1964, não foram cumpridos integralmente como é explicitado na ata da última reunião do Clube no ano de 1964. Esta documentação, datada de 03/12/64, reflete a grande indignação dos componentes do Clube de Leitura um dia após a festa de encerramento que foi promovida.

A indignação se expressava como consequência do não cumprimento de alguns acordos estabelecidos, a exemplo do que um aluno deveria se sentar à mesa conjuntamente ao diretor e outros convidados do evento. Diante da comoção interna no Clube, foi solicitado que Evandro Barreto esclarecesse o porquê de, na reunião geral, ter sido combinado essa formalidade e na prática, em verdade, não ter sido cumprido.

⁴⁵ Embora não se tenha muitas informações sobre Saldanha, em entrevista realizada com a ex-componente do Clube de Leitura, Nádia Freire, esta pontuou que ele morava, na época, no Largo de Nazaré – Salvador/ BA, namorava uma de suas amigas e tinha um grande interesse em esportes.

Em primeiro lugar, foi solicitado que Evandro Barreto esclarecesse o fato de que, em uma reunião geral do Clube, os componentes terem deliberado que um aluno sentar-se-ia à mesa com a diretoria e que também participaria da entrega dos prêmios, nada disso ocorrendo no dia da festa (Ata do Clube de Leitura em 03/12/1964).

Ao ter tomado a palavra, Evandro esclareceu que o SOE não teria permitido que um aluno fizesse a entrega do prêmio ou se sentasse à mesa com os demais convidados. Cabe, nesse momento, explicar que esse episódio nos remete a uma simbologia importante a ser analisada, embora brevemente, no presente capítulo.

Ocorre que, como são citadas por Gabriela Fernandes (2012), as imposições do poder apresentam-se de diversas formas, inclusive através da manipulação do imaginário popular, elemento que constitui as mais variadas culturas. Cultura, para Geertz (1974), seria as formas de vida, o modo de pensar, de agir e o conhecimento comum que orientaria e definiria os comportamentos e relações sociais. Por isso, as sociedades, para o autor, estariam acopladas a uma teia cultural, produzida pelo próprio homem, publicizada, compreensível e decifrada por todos aqueles pertencentes a uma mesma coletividade.

Sendo interessante notar-se que inúmeros fatores podem influenciar essas relações sociais, a exemplo dos que dizem respeito ao campo simbólico e as representações que existem justamente para auxiliar o homem na interpretação social. As representações, para Roger Chartier (1988), seriam criações da realidade através de imagens que dão sentido à vivência coletiva, que carregam valores e julgamentos, não aparecendo como neutras, pois geralmente aparecem como estratégias e práticas para impor uma autoridade e condicionar acontecimentos. Já Fernandes (2012) compreende o símbolo como acontecimentos, atos, objetos ou gestos que são capazes de refletir algum significado, “os símbolos produzem e amarram os significados, dão explicações e justificam a ordem das coisas e possibilitam que o homem se localize” (FERNANDES, 2012, p. 3. apud: BERGER, 1987, p133).

Dessa forma, ao contarmos com esse breve panorama do que seria símbolo e representação cultural, percebemos que a negação do SOE em permitir a presença de um estudante na mesa, conjuntamente a direção, nos festejos de encerramento do ano se mostra como um símbolo. Em dezembro de 1964, o golpe Militar no Brasil já tinha ocorrido, como vimos no capítulo anterior, logo, deixar um aluno sentar-se, em um evento público, conjuntamente a direção era o mesmo que afirmar ou deixar repercutir a ideia de que o poder estaria equilibrado, horizontalizado em uma conjuntura histórica que caminhava para o endurecimento governamental. De acordo com as análises feitas nesse estudo, esse teria sido

um dos possíveis motivos que fizeram como que o SOE inviabilizasse a referida situação. Mesmo porque, como vimos logo no início da organização do Clube de Leitura, o Serviço de Orientação foi explícito ao afirmar que apesar de ter entregue as responsabilidades, não teria perdido a liderança.

Todavia, mesmo diante das explicações dadas por Evandro Barreto, Jackson Azevedo mostrou-se insatisfeito com a intervenção do SOE e solicitou, mais uma vez, que o coordenador fosse falar junto com as orientadoras para que estas parassem de interferir na equipe de controle, acusando inclusive o desaparecimento de livros. Observando-se, assim, que esta reclamação de Jackson se repetia ao longo das atas, transparecendo que realmente existia uma insistente intervenção do SOE no Grupo, o que gerava cada vez maiores desconfortos e descontentamento entre os seus integrantes.

Ainda nessa reunião, é percebido o culminar de uma divergência. Apesar de não ser tão evidente o porquê do incidente entre os integrantes do Clube de Leitura Jackson de Azevedo e Nádia Freire. Inclusive, constava-se na ata a alegação feita pelo estudante de que Nádia Freire só poderia se redimir do ato praticado caso cumprisse as seguintes imposições:

- a) Em reunião fazer uma reconsideração verbal;
- b) Fazer uma reconsideração por escrito de equipe para equipe;
- c) Nádia Freire entrar em suspensão.

Jackson ainda teria salientado que caso a integrante deixasse de cumprir alguma dessas soluções apresentadas, o mesmo se afastaria imediatamente do Clube de Leitura. Embora não se tenha, efetivamente, noção do que desencadeou tal reação do dirigente da equipe de controle, em entrevista com Nádia Freire, esta, ao ser questionada sobre o incidente, nos traz a informação que *“eles mandavam e ninguém contestava, quem contestou fui eu e ele quis me botar para fora... eu me opus, eu nunca tive papas na língua (Depoimento cedido por Nádia Freire em: 02/05/2013)”*. Analisando esse comentário dado pela ex-componente do Clube, percebemos certo choque de interesses através das variadas discordâncias que se apresentavam no seio dessa organização. Entretanto, o citado embate teria sido resolvido, a ponto de Nádia Freire ter permanecido no Clube até agosto de 1965 e Jackson de Azevedo ter continuado sua trajetória participativa no Colégio e de, inclusive, ter estabelecido contato com

a organização estudantil após o ano de 1966 (contexto da segunda gestão do Clube de Leitura, como será visto ainda neste capítulo).

3.2.1 - Ao lado da Direção ou dos Estudantes? Considerações sobre uma das componentes do Clube de Leitura.

Em entrevista⁴⁶ cedida ao trabalho em questão, Nádya Freire Figueiredo recordou ter permanecido no Colégio da Bahia entre os anos de 1964 a 1966. Quando, aos 17 anos, teria ingressado na Universidade Federal da Bahia para cursar Filosofia. O ano de sua entrada no Colégio da Bahia (1964) foi caracterizado pelo estouro do golpe militar no Brasil. Uma das consequências desse incidente histórico foi o fechamento dos grêmios nas instituições de ensino, como vimos anteriormente. Por não existir um grêmio no Colégio da Bahia, teria o Diretor Walter Luiz Reuter entrado em contato com Nádya para que esta cuidasse da distribuição das carteiras de estudante na época. Ao ter aceitado a tarefa, ela passou a realizar toda a atividade incumbida de maneira sozinha, permanecendo no Colégio nos três turnos e “*o dia que eu não estava, tinha aluno em minha casa atrás das carteiras. (Entrevista cedida por Nádya Freire em: 02/05/2013)*”.

Seu trabalho consistia em recolher a lista dos alunos, mandar para um dos órgãos que controlava “*essas coisas de cinema*” e levar a lista carimbada para a Associação Baiana de Estudantes Secundários (ABES) para, posteriormente, serem confeccionadas as carteiras.

(...) Então eu tinha que receber dinheiro, receber retratos, entregar as carteiras prontas nos três turnos, me ocupava muito tempo... cuidar das carteiras era um trabalho imenso... (Entrevista cedida por Nádya Freire em: 02/05/2013).

Cabe realçar que a entrevistada destacou, explicitamente, que teria sido escolhida para realizar esse trabalho de confiança da direção graças à amizade que um dos administradores do Colégio da Bahia possuía com sua família. A pessoa destacada seria “*Bandeira*”, indivíduo extremamente influente na instituição de ensino. Principalmente entre a Diretoria, consoante afirma Nádya Freire.

⁴⁶ Entrevista cedida no dia 02/05/2013.

Por conta dessa amizade, quando a direção teve a necessidade de contar com uma pessoa do Colégio para cuidar do processo da distribuição de carteiras estudantis, teria sido escolhida Nádia Freire, pois, “*eu também tinha um acesso à diretoria por conta de Bandeira, as pessoas me chamavam até de filha de Bandeira, então por isso me escolheram.*” (Entrevista cedida por Nádia Freire em: 02/05/2013).

Evidenciamos, dessa forma, que ela gozava de um acesso livre na direção por conta de laços de amizade que sua família possuía com “*Bandeira*”. Aceitou, então, essa responsabilidade, que envolvia a legalidade na emissão de uma carteira, o recebimento de dinheiro e o pagamento das taxas específicas, e passou a atuar nesse setor anteriormente a sua inserção no Clube de Leitura, ou até mesmo nos primeiros meses de sua inserção na organização estudantil, conforme sua entrevista nos faz acreditar.

Embora não se recordasse com grande propriedade do Clube de Leitura, a entrevistada foi taxativa ao evidenciar que sua inserção teria se dado pelo fato de sempre ter gostado de ler, pela nota do aluno não ser critério de seleção, e por existir alguns colegas de sua sala participando. Assim, como vimos, suas atividades no Clube teriam sido iniciadas a partir do dia 26/10/64, se estendendo até o dia 18/08/1965 conforme consta nas atas de reuniões do Clube. Cabe ressaltar que, embora a tenhamos percebido como uma das designadas para realizar o intercâmbio com o turno vespertino, destacou em seu depoimento não ter feito parte de nenhuma das equipes formadoras do Clube da Leitura. Justamente por não ter interesse, desde a época em destaque, em atividades formais, possuindo como preocupação maior “em fazer” as coisas,

(...) ninguém tinha tempo para perder, ata, estatuto, nada disso. Eu não gostava de conversa fiada... cada conversa era longa, cada reunião era cumprida, de botar coisas, organização (...). (Entrevista cedida por Nádia Freire em: 02/05/2013).

As divisões do Clube de Leitura em equipes, de acordo com Nádia Freire, foram estimuladas por Jackson de Azevedo buscando um crescimento e divulgação do Clube, mas, de acordo com a entrevistada, enquanto permaneceu no grupo, este se apresentou como uma coisa pequena, interna, não sendo possuidor de relações externas ao Colégio.

Realmente o período em que teria participado, de acordo com a entrevistada, seria o momento de organização do Clube e o movimento maior partia justamente dos que estavam na direção dessa organização estudantil. Não por acaso que Francisco Neto e Jackson

Azevedo passaram a estimular a elaboração de um estatuto para o grupo, com o propósito de dar um maior formalismo à organização estudantil.

Sobre o estatuto produzido no interior do Clube de Leitura, haverá maiores detalhes nas páginas posteriores. Entretanto, vale destacar, nesse momento introdutório, que sua idealização existiu desde as primeiras reuniões do Clube, sendo debatido ao longo do tempo, mas divulgado apenas no dia 15/09/65.

Além do formalismo existente no Clube, Nádía Freire, não deixou de pontuar sua crença de que as atividades desenvolvidas pelo grupo teriam sido de âmbito cultural. Lembrando-se inclusive de que existia uma biblioteca do Clube e uma biblioteca do Colégio, “o Clube funcionou no espaço físico da biblioteca e os alunos criavam um acervo de livros para emprestar. (Entrevista cedida por Nádía Freire em: 02/05/2013)”. Ressaltando que pelo fato da organização ter sido autorizada através do SOE não possuíam muitos problemas para funcionar, pois “era um clube de livros (Nádía Freire em: 02/05/2013)”.

E quando questionada acerca das motivações de sua briga com Jackson de Azevedo, Nádía argumentou que ele era uma pessoa que não gostava de ser contestada e que inclusive em ambiente extra Clube, por serem colegas de sala, as discussões eram permanentes.

Nesse momento, algumas reflexões podem ser introduzidas acerca do representou Nádía Freire durante o espaço temporal em que a mesma permaneceu no Colégio da Bahia, período do qual obtive informações sobre sua figura na instituição de ensino. Inicialmente, averigüei sua estreita proximidade com a direção, a ponto de ter sido incumbida à atividade de confiança que era o processo “solitário” de organização e distribuição das carteiras estudantis, utilizadas, principalmente, nos cinemas. Prestígio tamanho em concretizar essa função, porém, nada comparado à impossibilidade de outros estudantes, como citado em páginas anteriores, de se sentar à mesa com a direção a fim de entregar a premiação na festa de encerramento do ano letivo de 1964.

Não deixamos de mencionar também o fato de que a inserção de Nádía Freire no Clube de Leitura coincidiu temporalmente com o contexto de amizade com “Bandeira” e proximidade com a direção. Além de examinar sua saída do grupo como uma consequência das constantes brigas e divergências possuídas com Jackson de Azevedo em um momento em que a organização estudantil estava “se firmando” no Colégio da Bahia e, portanto, observado pelo SOE. Por isso, indago: Qual teria sido a real posição assumida por Nádía Freire ao ingressar no Clube? E quais os seus verdadeiros intuitos? Infelizmente, não se pode emitir conclusões sobre essas indagações devido à ausência de fontes históricas específicas.

Contudo, cedo à possibilidade de reflexão e aprofundamento das informações expostas a aqueles que, posteriormente, vierem a se interessar sobre o tema.

3.2.2 – O Clube no ano de 1965 e a busca pela formulação de um estatuto.

No dia cinco de abril de 1965, teria ocorrido a primeira reunião do Clube de Leitura visando à elaboração e apresentação do relatório final das atividades concretizadas por esses estudantes no ano anterior. Neste momento, foi nomeada uma comissão, para examinar o relatório organizado, composta pelos alunos: Nádia Freire, Evandro Jesus e Heloísa Prata.

Posteriormente verificou-se que, de acordo com a presente ata, foram nomeados também alguns integrantes para compor a comissão que apresentaria o esboço do estatuto ao coordenador no dia 20 do mês de abril. O grupo designado foi composto por Arx Tourinho, Juvenal Gomes Filho e Maria das Graças Mascarenhas. Refletindo, dessa forma, um impulso maior para a formulação do estatuto do Clube de Leitura a partir desta data.

Teria sido, no dia 28 de abril do ano de 1965, concretizada a entrega do anteprojeto do estatuto almejado, introduzindo-se amplo debate no interior do Clube de Leitura. As discussões tiveram início a partir do cap. I, intitulado “*Da natureza e Finalidade*”. Foi possível verificar, nesse tópico, a possibilidade de o grupo passar a ser identificado como “*Clube do Lino*”. Sugestão que, ao ser colocada em votação juntamente com outra designação, “*Clube literário*”, sugerida no momento dos debates, foi derrubada pela maioria dos votos, prevalecendo assim o nome *Clube de Leitura*.

Em seguida, novos debates passaram a ser concretizados, a exemplo do transcorrido sobre o Art. 2 do projeto do estatuto que dizia:

O Clube de Leitura poderá se partidizar em uma posição política, quando mediante uma reunião do conselho administrativo com uma maioria de 2/3 decidir-se que seja um ato patriótico (...) (Ata do Clube de Leitura do dia: 28/04/1965).

Ou seja, a possibilidade de inserção desse artigo nos parece relevante a ponto de verificarmos que, mesmo não tendo sido concretizado o interesse, existiu, durante essa primeira etapa do Clube de Leitura, uma busca de alguns em “extrapolarem as barreiras da

biblioteca” e legitimizar a partidarização no grupo. Ocorre que, em um contexto no qual se buscava solidificar como entidade cultural e estudantil no terreno do Colégio da Bahia, observado pela gestão escolar e pelo SOE, nos parece ter sido este ambiente de tensão um dos motivadores para que a maioria (2/3) de seus componentes não tivesse aprovado tal artigo, acarretando sua destruição.

Concomitantemente a esses debates é averiguado o início da participação nas reuniões de um novo membro do Clube de Leitura: Wilson Carlos Vilani, o qual foi denominado nas atas como “Assessor de Cultura do Grêmio”. Para compreendermos um pouco mais sobre esse novo integrante, nos remetemos à entrevista cedida por Jackson de Azevedo. Revelando-nos que as reuniões do grupo contavam com a presença inclusive de remanescentes da Ação Católica dos grupos mais avançados, os quais ajudaram o grupo a se fortalecer. Por exemplo, Wilson Carlos Vilani, citado como uma referência pelo entrevistado, pois “*era mais velho e militante da esquerda católica mais madura (Depoimento de Jackson de Azevedo em: 30/01/2013)*”. Para Jackson, a figura de Vilani possuía certa reverência por parte dos integrantes do Clube de Leitura. Além de ele ter sido uma figura essencial para reforçar, legitimar e fortalecer a iniciativa do grupo.

Analisa-se assim que a partir desse mês de agosto de 1965, com a inserção de Wilson Vilani, passou a existir uma busca maior dos integrantes do Clube em debater, reformular e efetivar cada artigo do estatuto desejado. Percebemos, com isso, uma gama de reuniões sendo realizadas para concretizar esse documento e cada vez mais definir as atividades que cada equipe se encarregaria de realizar no Colégio da Bahia. Acredita-se que a presença de Wilson Carlos Vilani pode ter exercido, de alguma forma, influência para a concretização do estatuto. Além disso, sua participação no Clube é extremamente importante para compreendermos o porquê de ele aparecer como o “Assessor de Cultura do grêmio”.

Ocorre que para compreendermos o fato do assessor de cultura do grêmio estar presente no Clube de Leitura é essencial revelar que, nesse contexto, os grêmios permaneciam fechados. Ora, se permaneciam fechados, por que Vilani era seu assessor? Imbuída no interesse de compreender melhor esse indício, pude verificar o constante crescimento que esse Clube de Leitura, em seu primeiro momento, teria conseguido no Colégio da Bahia (a ponto dele/seus diretores ter (em) realizado uma intervenção no grêmio estudantil).

➤ **Em meio à observação, uma intervenção: A incorporação do Grêmio pelo Clube de Leitura no Colégio da Bahia.**

A identificação de Wilson Carlos Vilani, militante de Ação Católica, como assessor de cultura no Grêmio e integrante do Clube de Leitura nos faz compreender, obviamente, a existência de um grêmio na instituição de ensino analisada. No entanto, ao aprofundar o estudo, é possível verificar que esse grêmio, na realidade, só teria sido reativado a partir da autorização da direção do Colégio e da intervenção dos principais componentes do Clube de Leitura.

Na obra *Memórias Históricas do Colégio Estadual da Bahia*, Americano da Costa (1971) chega a destacar que, a partir de agosto do ano de 1965, teria ocorrido, no interior da Congregação do Colégio da Bahia, uma discussão sobre a reformulação do Grêmio. Sendo que este órgão estudantil “cujos objetivos verdadeiros estavam sendo desvirtuados por um grupo de alunos”, passou a contar com a intervenção de uma “Junta Governativa”.

Sofre então o grêmio intervenção, sendo a mesma chefiada por uma junta governativa composta dos alunos: Presidente, José Francisco de Carvalho Neto; Tesoureiro, Juvenal Vieira Gomes Filho; Secretário, Jackson Chaves de Azevedo (...). e no período de 1965 a 1970 as atividades do corpo discente do Grêmio resumiram-se em: Concursos de Artes Plásticas, Concurso literário, Semana das vocações, semana do geográfico, excursão a Baía de Todos os Santos, participação nas olimpíadas (...) e realização de uma série de conferências feitas pelo Sr. Calmon de Passos, Raul de Sousa da Costa e Sá, Homero Meziore, Mario Mendonça, Silvio Farias, Vasco Neto e Jenner Barreto Bastos. (COSTA, 1971, p. 148).

Com esse resgate da memória do Colégio da Bahia, Americano da Costa (1971), nos faz crer que a Direção do Colégio da Bahia, no ano de 1965, teria permitido a intervenção dessa Junta Governativa no Grêmio. Acreditava que eles se diferenciariam dos alunos que, outrora, teriam buscado “desvirtuar” os objetivos que a Direção acreditava ser pertinente a um Grêmio na conjuntura histórica que se encontravam. E como já foi observada, essa junta era liderada exatamente pelos três componentes da direção do Clube de Leitura: Francisco de Cavalho, Jackson Azevedo e Juvenal Gomes.

Não podemos deixar de cogitar que a crença portada pela direção do Colégio pode ter surgido a partir da observação realizada, de alguma forma, no interior do Clube de Leitura. Seja por conta do SOE ou por componentes do grupo que pudessem ter dialogado com ela

durante a fase introdutória de sua organização na instituição de ensino. O fato é que, apesar de contarmos apenas com suposições sobre as motivações da direção ao escolher justamente o Clube de Leitura para incorporar o grêmio, o livro de memórias de Americano da Costa e as entrevistas realizadas com os dois principais líderes do Clube aparecem como fontes históricas que comprovam realmente essa incorporação durante sua primeira etapa.

Para Jackson Azevedo, foi no momento em que o Clube parecia crescer e cativar aos estudantes do Colégio que surgiu a proposta de intervenção no grêmio. O Clube de Leitura, de acordo com o entrevistado, teria começado a estimular determinadas atividades no Colégio e até mesmo ao próprio grupo de teatro que estava se formando nessa época. Além disso, passaram a ter um sistema de arrecadação, não obrigatório, mas que contava com a contribuição daqueles que eram sócios, a fim do capital ser direcionado para a compra de novos livros e outros materiais para estudo e discussão. Dentre as atividades do Clube que foram destacadas por Jackson estava a possibilidade de, em dias de sábado, os alunos *“meninos de 14, 15, 16, 17 e 18 anos discutirem Kafka. Formavam-se pequenos grupos para trabalhar em cima de livros, autores, a gente gostava disso e estimulava a turma toda (Depoimento de Jackson de Azevedo em: 30/01/2013)”*.

Por isso, para Jackson Azevedo, diante do crescimento, atuação e pelas leituras do Clube, que eram mais humanistas, o próprio Abimael, encarregado de cuidar do Grêmio, teria procurado os estudantes que ocupavam os cargos diretivos do Clube da Leitura afirmando que, por eles possuírem uma organização, terem atos administrativos divulgados no quadro do Colégio, tais como: *“convocação de reunião para votar na eleição do Clube de Leitura (Depoimento de Jackson de Azevedo em: 30/01/2013)”*, deveriam assumir o grêmio.

Para o ex-componente do Clube de Leitura, diante do crescimento do grupo, passou-se a visualizar que os estudantes estavam se organizando, mesmo que de maneira primária e incipiente, no Colégio. Por isso que, “misteriosamente” ele, José Francisco Neto e Juvenal teriam recebido o aviso de Abimael querendo conversar com o trio.

(...) ninguém sabia quem era ele e ele foi transparente, ‘eu sou o interventor do grêmio, fui nomeado pelas autoridades e estou vendo que vocês estão se organizando, esta na hora de vocês assumirem o Grêmio’ (Depoimento de Jackson de Azevedo em: 30/01/2013).

Ficando sobressaltados e temerosos em assumir um grêmio que estava aparelhado pela repressão e diante do conflito interior dos mesmos, afirmaram que iriam discutir entre si para

posteriormente darem a resposta. Esse debate teria sido ampliado e chegado àqueles que o trio “*confiava politicamente.*” De acordo com Jackson, eles não se interessavam em assumir um Grêmio com o intuito de ocuparem um posto e ter “*uma parcela de poder,*” o que eles queriam eram “*servir a uma causa maior (Depoimento de Jackson de Azevedo em: 30/01/2013)*”.

Para atender esta causa coletiva, o trio acreditava que a inserção no grêmio deveria se dar de forma legitimada, a partir de eleições diretas. Todavia, mesmo contrariando suas crenças, eles aceitaram a proposta, pois Abimael se recusou estabelecer um processo eleitoral no Colégio alegando não possuir tal autorização, em suas palavras: “*eu tenho para passar para vocês que estão organizando um movimento cultural. (Depoimento de Jackson de Azevedo em: 30/01/2013)*”. Para Jackson, ao pronunciar que só teria autorização de passar o Grêmio para o Clube de Leitura, por eles estarem organizando um movimento cultural, o interventor teria deixado exposto, mesmo que indiretamente, a sua crença de que o Clube de Leitura se tratava supostamente de um movimento inofensivo.

A aceitação da sugestão de Abimael se deveu ao fato de chegarem ao consenso que era melhor assumirem o Grêmio do que deixarem nas mãos de um “*estranho, um agente (Depoimento de Jackson de Azevedo em: 30/01/2013)*”. Inevitavelmente, existiram os conflitos de opiniões, dentre os quais alguns afirmaram que ao assumir tal postura de aceitação estariam se expondo e negando a ideia democrática, porque não entrariam no grêmio a partir das eleições. Entretanto, ao compreenderem que deveriam contrariar sua consciência em prol de uma causa maior concordaram em atuarem também no Grêmio, portando a proposta de convocarem, posteriormente, uma eleição geral uma vez que já estariam reconhecidos e investidos oficialmente do poder de Grêmio.

Um dos critérios estabelecidos pelos três para essa aceitação de incorporação do Grêmio pelo Clube de Leitura teria sido a permanência do apoio dado pelos colegas que eles acreditavam ser mais confiáveis, a exemplo do grupo de Sarno⁴⁷, Jurema e Wilson Vilani. Não é por acaso que este último apareceu em reuniões do Clube portando o título de “*assessor cultural do grêmio*”, pois, nesse momento, a Junta Governativa do grêmio Central era composta pelo mesmo presidente, tesoureiro e secretário do Clube da Leitura. Conforme afirma Francisco Neto, eles teriam montado uma assessoria de Cultura liderada por Vilani, o que permitiu o estímulo da formação de jornais, e apoio aos grupos culturais como o GATEB, Cinema, entre outros.

⁴⁷ Vale ressaltar que em conversa informal, Carlos Sarno destacou não possuir lembranças sobre o Clube de Leitura.

É nesse processo de incentivo dos movimentos culturais que Jackson se recorda que quando o Clube de Cinema da Bahia, dirigido por Valter Silveira, começou a residir no “Cine Guarani” era comum os estudantes deixarem as aulas para assistirem a filmes, a exemplo de, “Como voam as Cegonhas” e a peças como a intitulada de “pequenos burgueses.” De acordo com o entrevistado,

(...) a gente “tava” sempre ligado para reforçar esse movimento, porque era um viés da organização estudantil que não agredia, provocava de maneira ostensiva a repressão. (Depoimento de Jackson de Azevedo em: 30/01/2013).

Para Jackson era importante a permanência desse apoio que foi cedido verbalmente, Fazia-se essencial que a postura do trio, em assumir o grêmio, fosse legitimada por pessoas que eles confiavam, pois existiam indivíduos que eram “falsos” no meio em que estavam. Elementos que apareceram no movimento estudantil do Colégio, mas que se mostravam extremamente suspeitos, a exemplo de um rapaz identificado como “Zoroastro”, o qual causava estranhamento por parte de muitos estudantes,

(...) não confiávamos nele, se aproximou, liderava assembleias, era notado, uma estrela, passou a ser referência pública dentro do Central, inteligente, bom orador, competente, mas nunca nos convenceu que fosse uma pessoa confiável, depois sumiu totalmente. (Depoimento de Jackson de Azevedo em: 30/01/2013).

O fato é que ao ingressarem no Grêmio, o trio não abandonou o Clube de Leitura, permanecendo em suas atividades, conciliando-as com a da Junta Governativa e sendo portadores do intuito de promover a eleição geral para os representantes do Grêmio. Teria sido por conta desse interesse em convocar as eleições de grêmio que, segundo Jackson de Azevedo, eles teriam passado cada vez mais a discutir a conjuntura política no interior do Clube de Leitura e resolveram fazer um congresso estudantil, mesmo com todo o medo que possuíam por conta da palavra “congresso”, muito mal vista na época. Contudo, como o Clube estava crescendo, além deles já terem incorporado o Grêmio, conseguiram a autorização para usar o auditório do Pavilhão Rio Branco, que era o maior auditório do Central, viabilizando o congresso, o qual nas palavras de Jackson “*foi maravilhoso*”.

De acordo com ele foi no interior do Clube de Leitura que teria sido estabelecido os temas a serem abordados nesse congresso, por exemplo: mercado de trabalho, realidade

educacional brasileira e movimento estudantil. Um dos resultados desse evento foi a elaboração de quatro cadernos⁴⁸, “*nós os chamávamos de teses que foram manuscritas em um livro para não se perder. (Depoimento de Jackson de Azevedo em: 30/01/2013)*”. Além disso, o congresso foi um sucesso por ter favorecido aos estudos temáticos e, em seu interior, terem surgido moções de apoio a movimentos libertários e de protesto contra a repressão.

Francisco Neto ainda ressalta que teria sido nesse congresso, intitulado pelo mesmo como um “seminário de grêmios” que ele teria realizado um discurso de abertura falando sobre a “*Escola Nova*”⁴⁹, “*O que seria a Escola Nova naquela época*” e, apesar de não se recordar completamente sobre o teor de seu discurso, arriscou citar algumas passagens, em contribuição com o trabalho, no qual afirmava que:

(...) era uma Escola Nova que deveria ter uma aproximação popular e que não bastava apenas ler clássicos, Rui Barbosa, era preciso verificar as forças vivas, se aproximar da cultura popular, recolher suas linguagens seus valores. (Depoimento Francisco de Carvalho Neto em: 01/03/2012).

O entrevistado em questão ainda alega que não se recorda como e porque teria utilizado esse conceito de aproximação popular no momento. Também não se recorda se essa fala foi construída por ele ou montada por alguém, mas acredita que realizar esse discurso, no contexto, revela um pouco mais de sensibilidade para com os movimentos que começavam a circular com maior intensidade em reação à ditadura, pois nessa época o governo já teria “*deixado suas máscaras cair (...) já estava mais na repressão e havia muita resistência e convocação para passeatas. (Depoimento Francisco de Carvalho Neto em: 01/03/2012)*”.

Em verdade, a organização desse congresso teria soado entre eles, de acordo com Jackson, como uma possibilidade para estimular as eleições, pois a massiva presença estudantil era aguardada. No entanto, apesar de suas ações no seio da instituição para a

⁴⁸ Ao ser questionado sobre a localização do livro desse congresso, Jackson Azevedo, afirmou que o livro teria passado por suas mãos há alguns anos atrás quando participou de um congresso estudantil em Itiruçu na Escola Média de Agricultura da região cacauzeira, mas teria devolvido.

⁴⁹ PARDEIM e SOUZA (2012), ao citarem LAMEGO (1996), desatacam que o movimento da Escola Nova buscou modernizar a educação trazendo inovações no processo de ensino aprendizagem, entre as propostas trazidas estariam as de: revisão, crítica dos meios tradicionais de ensino (nos quais a individualidade não era fator de preocupação), inclusão de fatores históricos e culturais da vida social na formação educacional, utilização de novos conhecimentos da Biologia e Psicologia para que o educador estabelecesse os estágios de maturação do indivíduo na infância, assim como o desenvolvimento de suas capacidades individuais, transferência da responsabilidade da ação educadora para o Estado buscando-se amenizar as diferenças sociais e culturais existentes entre os diferentes grupos. Juntamente a isso, estimular a responsabilidade do Estado pela educação individual. Cabe ressaltar que, no Brasil, os principais representantes deste movimento foram Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Alfredo Peixoto e Anísio Teixeira.

convocação dessas eleições para o grêmio, o entrevistado afirma que não obtiveram sucesso em seus planos. De acordo com ele, “Chico” e Juvenal teriam deixado a escola no ano de 1965 e ele permaneceu até 1966, ficando sozinho. Todavia, apesar de não ter recordações sobre quem teria o substituído no Grêmio, afirma que não conseguiram realizar as eleições gerais por conta de algum impedimento vindo da direção do Colégio.

Vale ressaltar que não há muitas informações sobre a situação desse grêmio após a saída da Junta Governativa, mas Costa (1971) fornece dados interessantes de que o grêmio continuou funcionando e, supostamente, teria desenvolvido atividades culturais até o ano de 1970.

➤ **Em meio à dupla participação uma incessante busca por maior organização no Clube de Leitura.**

Diante do que observamos a presença do assessor cultural nas reuniões do Clube de Leitura aparece como referência básica para percebermos que é concomitantemente a essa presença que a Junta Governativa (a própria direção do Clube de Leitura) passou a assumir as diretrizes do grêmio no Colégio da Bahia. Sendo assim, não é de estranhar que Francisco Neto, no dia 29/05/1965, tenha iniciado uma nova reunião do Clube com um discurso que fazia alusão à nova estrutura do grupo, a qual estaria e deveria ser concretizada.

De acordo com o Coordenador, o Clube começava a entrar em “*um estado novo*” e destacou, ainda, que usaria as palavras do “*grande escritor Francês Paul Renot*” ao ver a França em decadência “*uni ou perir, unir ou perecer*”. Ou seja, percebe-se nessa passagem das atas a compreensão desse sujeito acerca da dimensão que supostamente o Clube teria tomado, a ponto de servir como uma espécie de vitrine de alunos que, para a observação da direção do Colégio, não estaria afrontando às “normas estabelecidas”. Não é por acaso que, em seu discurso, ainda complementa o pensamento afirmando que “*de todas as entidades do Colégio, o Clube é a que mais afigura, porém não tem nada de arrumado. (Ata do Clube de Leitura do dia 29/05/1965)*”.

Acreditamos que o termo “se afigurar” teria sido empregado para caracterizar uma entidade que estava se solidificando no seio do Colégio da Bahia, com pouca oposição e com uma processual adesão dos estudantes. Assim, o coordenador passou a salientar que por mais

que existisse esse destaque do Clube no Colégio, naquele momento específico, eles não possuíam efetivamente a organização que era necessária de acordo com o seu ponto de vista. Por isso, mais uma vez, insistiu em afirmar que “*ou tomamos o Clube ou fechamos a sua porta, esta é uma hora decisiva em que eu peço o apoio de todos... (Ata do Clube de Leitura do dia 29/05/1965)*”. Assim, Francisco Neto passou cada vez mais a estimular essa organização no interior do grupo, principalmente, em relação às atividades a serem desenvolvidas por seus integrantes e na organização do estatuto.

Essa necessidade de organização assemelha-se a uma característica do estudante Neto que, ao ter seu perfil remontado pelos entrevistados, se apresentava como uma figura extremamente responsável. É nesse sentido que ao ser questionado sobre a existência de um estatuto do Clube de Leitura, Jackson Azevedo afirmou que “*conhecendo como eu conheço Chico, tinha que existir estatuto. (Depoimento de Jackson de Azevedo em: 30/01/2013)*” e até mesmo o próprio Francisco não nos escondeu sua participação nessa elaboração, alegando que sua liderança na formulação do documento teria surgido graças ao fato de que desde os 15 anos teria começado a trabalhar no gabinete do Governador, passando a exercitar cada vez mais os dotes de organização.

Estatuto? Existia. Eu devo ter ajudado, um papel grande na formação do estatuto. Eu devo ter.. porque naquela época eu também já sabia estruturar as coisas, eu já trabalhava no Governo, já tinha um pouco de organização.. talvez tenhamos levado mais tempo discutido esse estatuto do que propriamente tendo realmente uma agenda. (Depoimento Francisco de Carvalho Neto em: 01/03/2012).

As lembranças de José Francisco de Carvalho Neto realmente se entrelaçam com minhas fontes escritas de pesquisa. Ora, de acordo com o que foi visto, várias reuniões foram direcionadas para as necessárias articulações dos artigos que deveriam compor o estatuto do Clube da Leitura. Durante essas reuniões, havia vários questionamentos individuais, debates acerca da correta articulação dos incisos, divergências e uma busca por preenchimento das lacunas que pudessem existir no documento, concretizado no dia 18/08/1965 e contendo, em sua íntegra⁵⁰, cerca de dezoito laudas manuscritas.

Averiguamos, entretanto, que além da dinâmica para a produção do referido estatuto, a coordenação passou a instigar e atentar cada vez mais para os planos de trabalho das equipes

⁵⁰ O estatuto, em sua íntegra, se encontra como anexo em nosso trabalho.

que existiam no Clube de Leitura após sua inserção no grêmio. Verificamos isso justamente na citada reunião do dia 29/05/65, na qual, após ter direcionado palavras na busca por uma maior “organização”, as equipes passaram a destacar enfaticamente os trabalhos que estariam sendo realizados.

Evandro Barreto (chefe da equipe de controle), ao ser questionado por Francisco Neto em relação aos trabalhos de sua equipe, passou a afirmar que a Biblioteca funcionaria todas as manhãs e que as taxas, por ser uma ajuda monetária ao Clube, deveriam ser renovadas. Além disso, o estudante não deixou de citar sua intenção em mandar imprimir folhetos convidando os colegas da escola a participar das atividades do Clube de Leitura, adquirir livros que servissem para os cursos clássicos e científicos e solicitar que alguns professores escrevessem “*algumas linhas*” sobre o Clube para serem distribuídas e, por fim, dirigir um *memorandum* à “*Casa do Rui e Fundação Nacional do livro*”. Ele ainda teria pedido a opinião sobre o valor que deveria ser cobrado nas taxas, vindo a tesouraria e os demais presentes optarem pelo valor de \$ 200 e \$ 150. Caso este último valor fosse aprovado, ficaria estabelecido que a taxa mínima seria \$10 (dez cruzeiros) como forma de multa⁵¹ para os dias atrasados após o empréstimo dos livros.

A equipe de tesouraria também não deixou de apresentar seus planos de trabalho, afirmando que pretendiam rifar uma coleção possuidora de um teto máximo de \$ 50.000 (cinquenta mil cruzeiros). Para isso, mandou confeccionar 10 talões de 100 bilhetes cada. No entanto, caso não fosse possível comprar uma coleção para o sorteio, optariam por comprar livros separados para concretizar a atividade pretendida. Decorre disso, a sugestão de Maria das Graças Mascarenhas de entrarem em contato com o escritor Jorge Amado para que ele pudesse doar alguns exemplares.

Heloisa Prata (Equipe de promoção), também passou a utilizar a palavra, ressaltando seu entendimento com a turma do Teatro que, em conjunto, conseguiram um conferencista para realizar algumas atividades. Nesse momento, Jackson Azevedo, ao pedir a palavra, questiona se o Clube de Leitura se prenderia apenas ao campo literário. Ele pretendia sugerir que a equipe de promoção se associasse com outros promotores. Heloísa visualizou a ideia como interessante e, por votação, essa proposição de Jackson foi acatada.

Diante das explanações feitas pelas equipes, o coordenador se dirigiu a de propaganda, representada por Maria das Graças Mascarenhas, afirmando que esta equipe seria um “*coração parado e que tudo depende da propaganda. (Ata do Clube de Leitura do dia*

⁵¹ Ver regulamento da equipe de controle em anexo.

29/05/1965)”. Afirmou, ainda, a necessidade de grande entrosamento entre a secretaria e as equipes. A resposta dada pela representante de equipe é verificada na ata posterior, datada de 02/06/65, na qual as atividades de sua equipe passam a ser divulgadas.

A estudante passou a afirmar que sua equipe imprimiria um jornal, o qual circularia entre os estudantes, custando-lhes \$20 (vinte cruzeiros). Inclusive, destacou que já contavam com um mimeógrafo e que o papel “*seria fácil conseguir*”, complementando que a importância a ser cobrada visaria, apenas, a manutenção do jornal que teria seus artigos, obrigatoriamente, revisados pela Diretoria da casa. O jornal, dessa forma, aparecia para a aluna como um grande veículo de propaganda para o Clube.

O que notamos é que as informações trazidas pelas equipes e o dinamismo de suas atividades refletem esse compromisso do aluno integrante do Clube, portando um gesto político, em proporcionar uma maior organização e firmamento do mesmo. Fato que a coordenação, se dividindo entre Clube e grêmio, galgava da mesma forma. Já que, como afirma Peloso (2012), o entusiasmo anima a vida, surgindo quando a causa é vista como justa por nós. Concomitantemente a isso, verifica-se, também, um intuito de ampliações de atividades do Clube de Leitura. Não mais se limitando ao campo literário, como pode ser percebido pela proposta de Jackson de Azevedo à equipe de promoção. Sem deixar mencionar a presença de um jornal produzido pela equipe de propaganda para possibilitar cada vez mais a inserção de novos membros no grupo em destaque.

E, em verdade, o que as atas revelam é que, a cada reunião, novos estudantes ou visitantes se encontravam no Clube, como exemplo anteriormente citado o caso de Nádya Freire. Entretanto, nesse momento, não se pode deixar de frisar o caso do estudante “X⁵²”, intitulado como “*Coordenador do Jornal a Juventude*” presente na ata do dia 09/06/1965 e a de Jorge Barreto Braga no dia 19/06/1965.

- **“Infelizmente levei muito tempo querendo esquecer tudo, fiz a gaveta sumir, desaparecer” - *A primeira fase do Clube de Leitura e a Revista Juventude: Uma Parceria?***

⁵² A incógnita “X” foi utilizada como forma de resguardar o nome de nosso entrevistado, já que fora solicitado por ele, pois “não tem a ingenuidade de acreditar que seus inimigos o esqueceram”. Todavia, vale ressaltar que o sujeito entrevistado se caracteriza como sendo portador de uma formação Marxista extremamente sólida, além de ser Historiador. No contexto temporal em que trabalhei no presente capítulo, ele destaca que fazia parte da Esquerda, tendo participado de todas as passeatas, inclusive, em momento posterior, no movimento de treinamento de Guerrilhas através da participação do movimento de ação política, VAR- PALMARES e do MR-8.

O personagem, que por hora atribuo o nome “X”, aparece em 09 junho de 1965 na reunião do Clube de Leitura, sendo identificado como coordenador do *“Jornal a Juventude”*. Sua passagem é notada no momento em que existe, no interior da associação estudantil, uma divergência devido aos resultados de um concurso promovido pelo grupo do “Dia das mães”.

Percebe-se, nesse concurso, a vitória da poesia do estudante e integrante da equipe de promoção, Evandro Barreto (portador do pseudônimo “Visconti de Sabugosa”), o que ocasionou críticas e boatos de que teriam ocorrido irregularidades no processo de escolha, sendo para alguns o concurso *“uma marmelada”*.

O estudante, tendo se mostrando aborrecido com o que atribuiu ser uma “injúria”, passou a citar Descartes afirmando que *“quando recebo uma injuria, preciso erguer a minha alma tão alto, que a ofensa não chegue até mim. (Ata do Clube de Leitura dia: 09/06/1964)”*. Questionou que teria sido oferecida, pelo coordenador, a possibilidade do trabalho vitorioso ser publicado em uma coluna do jornal, porém, diante dos boatos sobre fraudes nos resultados do concurso, pairava a dúvida, entre o pessoal do jornal, se iriam ou não realizar a publicação de sua poesia.

Ainda alegou que o coordenador deu atenção a opiniões de “estranhos” e teria afirmado para a “professora Ângela”, do SOE, que o seu trabalho não poderia ser classificado, sem ao menos comunicá-lo sobre suas motivações, acreditando ter ocorrido uma falta de consideração com sua pessoa, já que ele fazia parte da equipe de promoção do Clube de Leitura. Sendo justamente nesse desenrolar da divergência entre os componentes do Clube que, pela primeira vez, observa-se o discurso do participante “X”.

De acordo com o coordenador da *“revista a Juventude”*, todos os trabalhos que chegavam à equipe eram revisados tanto por alunos encarregados, como por professores credenciados e o trabalho de Evandro teria sido censurado pelos *“milhares de erros de pontuação, ficando receosos de publicá-lo sem entrar em entendimento com a coordenação do Clube. (Ata do Clube de Leitura do dia: 09/06/1964)”*.

A coordenação comunicou que no Clube deveria prevalecer a vontade do conjunto, *“devendo-se fazer o que se deveria e não o que se queria. (Ata do Clube de Leitura do dia: 09/06/1964)”*. Afirmando, inclusive, que examinou o parecer, o qual teria classificado o “Visconti de Sabugosa” (o melhor entre os piores) concedendo o primeiro lugar ao seu trabalho e por isso, deveria ser mantida a classificação. Em seguida, foi promovida uma votação para decidir se o jornal publicaria ou não o trabalho. Reafirmando que o concurso teria sido realmente lícito e que os erros ortográficos não alterariam a autenticidade do

trabalho. Ao término, Francisco Neto não deixou de expor “*a convicção de que divergências são comuns entre os homens e que é preciso que elas apareçam sempre para que os trabalhos sejam realmente compreendidos. (Ata do Clube de Leitura do dia: 11/06/1965)*”. Torna-se interessante destacar que essa passagem das atas analisadas nos permite identificar uma preocupação do Clube com a possibilidade do debate, da controvérsia e nos remete a ideia de Gramsci, já citada no capítulo I do presente trabalho, de que a vontade coletiva só pode ser obtida a partir do choque de ideias e a partir dos debates que resultariam, posteriormente, o senso comum.

Em verdade, verificamos que essas atas nos trazem, mais uma vez, a noção de conflito no interior do Clube de Leitura quando destacam os questionamentos sobre o trabalho que foi aprovado em primeiro lugar no concurso organizado pela equipe de promoção, pois teria sido um dos componentes dessa equipe o vencedor do evento. É nesse momento que “X” aparece no encontro intervindo e questionando se a publicação do trabalho era válida ou não, pois achava estranho um material com erros de português ter sido aprovado e ganhado o direito de publicação no jornal do qual ele era coordenador. É válido, então, nos perguntarmos: quem era “X”? E quais as características da “*revista a Juventude*”?

Em entrevista concedida a este estudo, “X” destaca que teriam sido as ideias provindas do Centro Popular de Cultura de Salvador⁵³ (CPC) que estimularam a criação da “*Revista a Juventude*”. O CPC teria sido criado através do Partido Comunista Brasileiro⁵⁴ como uma espécie de ferramenta mobilizadora da juventude para que pudesse fazer um movimento socialista.

Nesse sentido, destaca Vieira (2003) que a origem do CPC vinculou-se à idealização daqueles jovens, artistas e intelectuais que tinham o objetivo de conscientizar a população por meio de “*arte revolucionária*”. Esses idealizadores, em sua maioria, eram oriundos do PCB e buscavam criar vários departamentos de atuação, a exemplo dos ligados ao teatro, cinema, música, arquitetura, artes plásticas, literatura e alfabetização de adultos.

De maneira análoga a esse discurso, pode-se aludir à Miliandre Garcia (2004), a qual pontua as ideias de conscientização popular aparecendo como o objetivo principal das propostas cepecistas. O CPC, no ano de 1963, contou com uma organização interna estruturada em seis grupos de trabalhos (GT) denominados de: GT de repertório, GT da produtora de arte e cultura, GT da construção do teatro, GT de cinema, GT de espetáculos populares e GT de reestruturação. E além destes grupos, contava com um conselho diretor,

⁵³ O entrevistado destaca que o PCB, nesse contexto, teria assumido a base do CPC (Centro Popular de Cultura).

⁵⁴ Um dos mais expressivos partidos políticos de esquerda na virada dos anos de 1950 e 1960.

composto por dois representantes de cada GT e um coordenador, revelando uma organização voltada para a inserção política nos grupos sociais.

Garcia (2004) também salienta que as atividades desse Centro estavam voltadas para a produção de “cultura popular⁵⁵”, sendo o termo cultura ressignificado, pois buscava levar ao povo o que seus membros denominavam ser “cultura para a libertação”. Ou seja, apareceria como mecanismo político de conscientização popular para que, posteriormente, existisse a “tomada do poder”.

Neste processo revolucionário, a participação dos intelectuais aparecia como algo extremamente importante, pois seriam eles os agentes conscientizadores das classes populares e, para tal, era necessário uma ação “mais próxima da massa, não apenas produzindo obras ‘ para’ ela como procurando trabalhar com ela” (GARCIA, 2004, p.151. apud: GULLART, Ferreira).

Dessa forma, para o entrevistado, o CPC aparecia como uma ferramenta de luta ideológica. Todos os jovens inseridos nesse movimento acreditavam de fato na revolução socialista “acreditavam na utopia da revolução, aquela dentro dos parâmetros da Revolução Jacobina. (Entrevista cedida por ‘X’ em: 01/06/2013)”. Este movimento teria passado a influenciar na criação, em diversos Colégios da época, de revistas, jornais e Clubes de Leitura buscando, com isso, tentar promover debates políticos. Justamente pelo fato de existir uma clareza grande de que o processo de “revolução” estaria ligado ao desenvolvimento intelectual do indivíduo e pela busca desse desenvolvimento é que passaram a estimular diversas ações. O pensamento transcorria em confluência com o seguinte questionamento: como se chegar ao jovem que era alienado? Buscavam-se, assim, diversas abordagens, com lideranças de esquerda, para concretizar seus ideais. Por isso, de acordo com “X”, a revista Juventude e o Clube de Leitura teriam sido formas de luta, todas as ações eram movimentos para estruturar o processo socialista.

A revista Juventude no Colégio Central aparecia inserida nesse processo, buscando estimular o debate através da literatura, filosofia e política. De acordo com o entrevistado, era comum debaterem sobre, inclusive, o existencialismo⁵⁶ Sartriano, porque muitos acreditavam ser uma forma mais moderna do marxismo. Sem esquecer, entretanto, dos estudantes que participavam do cinema e iam aos sábados ver “*Antonioni e tudo envolvido com um projeto*

⁵⁵ Para a Intelectualidade do CPC, de acordo com Garcia (2004), “cultura popular” significava a transformação da ordem estabelecida.

⁵⁶ Ver Moutinho, L. D. S. (1995). **Sartre: existencialismo e liberdade**. São Paulo: Moderna. 2 ed.

marxista. (Entrevista cedida por 'X' em: 01/06/2013)". Dessa forma, de acordo com ele, a revista era composta, em sua maioria, por participantes marxistas,

(...) os participantes eram todos marxistas, posso dizer com a maior objetividade que quem não era, tinha a pretensão de ser. Quem nunca tinha lido Marx, tinha lido resumos e as abordagens marxistas. (Entrevista cedida por 'X' em: 01/06/2013).

Em relação ao seu papel no periódico, "X" afirmou que sua proximidade era maior com as pessoas voltadas para o lado mais intelectual da revista, ou seja, que escrevia, a exemplo de *"Antonio Brasileiro que também escreveu para a revista, Idalino Azevedo e muita gente que posteriormente mergulhou na vida intelectual. (Entrevista cedida por 'X' em: 01/06/2013)".* Cabendo destacar que os acordos sobre o que deveria ser publicado ou não ocorria em encontros no quais os debates eram frequentes.

Quando questionado acerca dos temas abordados na revista, o entrevistado destacou que a grande maioria focava seus escritos na filosofia e na política, existindo também aqueles que escreviam poesias. Havia também os que se dedicavam à discussão sobre a própria realidade que o colégio vivia. Já em relação a sua preferência, afirmou que sua abordagem era mais filosófica. Inclusive, após ter saído do Colégio foi fazer História, tendo concluído o curso.

O personagem "X" acrescentou ao estudo a informação de que, por a revista ter sido criada quase no final do ano, ele mesmo, tendo encerrado o seu curso no Colégio da Bahia e ingressado da Universidade, permaneceu frequentando a instituição juntamente com um grupo *"grande"*. Deixando explícito que a maioria das pessoas que teria concluído seus estudos voltou ao Colégio da Bahia para continuar dando essa colaboração.

(...) por saudosismo ou por algo mais. Temos que lembrar da proximidade física, a Faculdade de Ciências Humanas era próxima. Então essa proximidade facilitava o deslocamento, tanto o pessoal do Central ia para a faculdade como o contrário. Havia esse intercâmbio espontâneo entre outras coisas pela proximidade física, além de existirem pessoas que se conheciam (...) (Entrevista cedida por 'X' em: 01/06/2013).

A presença de certo intercâmbio entre os secundaristas e os universitários nesse momento é percebida. Essa ligação deu-se, inclusive, por intermédio de professores, pois, de acordo com nosso entrevistado, grande parte dos docentes do Colégio era também da universidade, facilitando assim o elo, o diálogo entre ambos os setores. Chegando a afirmar que a maioria dos professores estavam engajados no movimento, na ideologia, principalmente os de Literatura e Humanas, a grande maioria de esquerda.

O fato é que a revista teria sido criada em 1964 e continuado suas atividades no ano de 1965. Não é coincidência de que a presença de “X” nas atas do Clube de Leitura é constatada no mês de Junho de 65, momento em que, ao se conectar as fontes históricas utilizadas nesse trabalho, representa o período em que o estudante já não fazia mais parte do corpo de alunos do Colégio da Bahia e sim, do corpo universitário.

No entanto, o fato dele estar nas atas, reforça a ideia da presença de várias vertentes ideológicas inseridas nesse Clube ou o estabelecimento de diálogos múltiplos com seus integrantes. Já em sua primeira fase buscava-se firmar a presença e a ideia do grupo no interior do Colégio. Na realidade, a Revista a Juventude e o Clube de Leitura eram dotados dos mesmos intuítos, estavam dentro de um mesmo projeto ideológico, com o compromisso de levar ideias para despertar, qualitativamente, o jovem em seu sentido político.

Segundo o entrevistado, o Clube teria sido criado exatamente para isso, operacionalizar para a leitura de esquerda, vindo “X” a participar dele, conforme consta em nossas documentações. Ele ainda destaca que não teria apenas participado da Revista, estava presente no Clube e no grupo de teatro também. Ocorre que, de acordo com suas observações em todo esse processo político na instituição de ensino estavam envolvidos basicamente as mesmas pessoas (com raras exceções), eram as mesmas lideranças, os mesmos indivíduos. E sendo o mesmo grupo, praticamente todos que estavam no Clube estavam na revista, no GATEB e no grupo de desenho (grupo muito significativo). Então, era uma comunidade, na qual todos participavam das atividades intelectuais, *“eram as mesmas caras que se encontravam em todos os locais. (Entrevista cedida por ‘X’ em: 01/06/2013)”*.

➤ **O Clube de Leitura e a Associação Cultural dos Estudantes da Bahia (ACEB).**

A presença de mais um estudante na reunião do Clube de Leitura, realizada no dia 19 de junho de 1965, revela-se interessante para percebermos o diálogo e as relações que seus membros possuíam com indivíduos que não pertenciam necessariamente ao Colégio da Bahia no contexto. Especificamente, em relação a esse caso verifica-se, nessa data, a visita de Jorge Barreto Braga, identificado como o “Ilustre Secretário Geral da Associação Cultural dos Estudantes da Bahia” (ACEB), trazendo o convite para que os integrantes do Clube participassem da chamada “PÁScoa SECUNDARISTA”.

Imbuída no interesse de compreender a presença desse sujeito histórico no seio do Clube e verificar o que teria sido a ACEB (bem como a Páscoa Secundarista), entrei em contato com aquele que, no contexto, foi citado como Secretário da Academia Cultural nas atas. Assim, verifiquei que, no que tange à significação acerca da “páscoa secundarista”, ele não possuía recordações claras, mas trouxe grandes contribuições sobre o que teria sido a ACEB e quais as relações existiam entre essa associação e as principais lideranças existentes no Clube de Leitura durante sua primeira fase.

Foi possível evidenciar, de acordo com Jorge Barreto⁵⁷ que a ACEB teria sido um grupo que visava única e exclusivamente tratar assuntos da categoria estudantil. A associação teria surgido no mês de agosto do ano de 1964 e buscava proteger o estudante já que, nesse momento, a ABES se encontrava fechada pelo regime militar, ficando os alunos sem uma associação confiável que interferisse em prol dos interesses dos estudantes de uma maneira geral.

A ACEB surgiu com a finalidade primeira de identidade estudantil. Os estudantes reclamavam veementemente que não tinham mais condições de entrar nos cinemas, futebol, área de lazer alguma. Porque dava o mês de março e espirava o prazo e quem não tinha uma carteira nova tinha que pagar a entrada inteira, eu mesmo sofri uns dois ou três meses com isso. Então, o primeiro passo foi (...), criamos a ACEB e tivemos um trabalho incrível para agilizar todos esse procedimento das carteiras estudantis e só quando conseguimos estabilizar isso é que começamos a trabalhar na área da cultura. (Depoimento cedido por Jorge Braga Barreto em: 16/05/2013).

O entrevistado acredita que o estímulo para a criação da ACEB teria surgido após uma reunião realizada com alguns presidentes de grêmio estudantil na época. Todavia, era necessária, para a criação da associação, a permissão do poder judiciário, que não foi

⁵⁷ Jorge Barreto, no contexto em que estou trabalhando, foi um dos fundadores da Associação Cultural dos Estudantes da Bahia (ACEB), período em que era estudante do Colégio Aplicação (Colégio anexo a Faculdade de Filosofia da UFBA). Sua permanência nesse Colégio teria sido entre os anos de 1964 e 1966 e o Colégio Aplicação teria existido até o ano de 1972 de acordo com a memória do entrevistado.

conseguida em um primeiro momento devido às proibições de associações que gravitavam no momento histórico analisado.

Mesmo com esse impedimento, os pioneiros dessa associação teriam procurado o desembargador “*Renato Mesquita*,” objetivando conseguir apoio para sua iniciativa, que passou a servir como intermediário nas negociações, o que culminou com o consentimento para a fundação da Associação Cultural dos Estudantes da Bahia.

Eu me lembro quando Luiz Carlos Almeida me ligou e disse - Jorginho vamos ao fórum que hoje teremos uma reunião com o desembargador Renato Mesquita- eu não sei se Jaquinho se lembra disso(...) Renato Mesquita entabulou as negociações com os militares, foi graças a ele que conseguimos fundar a ACEB, ela não surgiu de uma iniciativa única dos estudantes, tinha que ter a acrescência de um poder acima do nosso para formá-la(...) (Depoimento cedido por Jorge Braga Barreto em: 16/05/2013).

Tendo a permissão concedida, foi realizada uma reunião em que se chegou ao consenso sobre quem ocuparia a primeira diretoria da associação. Os cargos foram divididos da seguinte forma: Luiz Carlos Almeida (Presidente), Fernando Tolentino (Vice Presidente), Jackson Chaves de Azevedo (Segundo secretário), Jorge Braga (Secretário Geral e tesoureiro) e Carlos Alberto Torres (Diretor de Esportes). Ou seja, nota-se que entre os pioneiros da ACEB encontrava-se o estudante Jackson de Azevedo e segundo o entrevistado “*Francisco Neto também tinha um cargo lá, mas não me lembro qual. (Depoimento cedido por Jorge Braga Barreto em: 16/05/2013)*”.

De acordo com Jorge Barreto, ele teria conhecido Francisco Neto e Jackson de Azevedo na criação da ACEB. A visão apresentada por nosso entrevistado sobre “Jaquinho” era de uma figura com grande participação, sendo uma liderança incontestável que não perdia uma reunião. Já quanto a Francisco Neto, recorda que não o percebia com a mesma postura de Jackson, mas ele sempre participava das reuniões da ACEB.

Na realidade, o entrevistado destaca que a Associação Cultural teria sido um projeto feito por pessoas muito unidas entre si, dotadas de pensamentos complementares, pois caso existisse uma grande diversidade de ideias seria muito difícil estabelecer o consenso no grupo. Por isso, relembra que ele, Luiz, Fernando e Jackson eram amigos e muito unidos, tendo isso facilitado a organização da ACEB. Entretanto, não deixa de explicitar o fato de Carlos Alberto Torres ser um “*criador de casos*”, mas por ele ser ligado à imprensa foi extremamente importante sua presença no grupo. Foi através dele que a ACEB conseguiu algumas publicações no jornal Diário de Notícias da época.

As reuniões desse grupo, de acordo com Jorge Barreto, eram semanais, contando a ACEB com uma fluência muito grande, inclusive no interior. Os estudantes realizaram reuniões com inúmeros grêmios, a exemplo dos de Ilhéus, Itabuna, Feira de Santana e Jequié. A sede da ACEB, na capital, teria funcionado na Barroquinha onde, embora não se recorde se era alugada ou cedida por alguém, o entrevistado ressaltou que, caso tivesse sido alugada, a quantia cobrada deveria ter sido irrisória, pois eles possuíam uma renda mensal mínima, provinda justamente da venda das carteiras estudantis. Os rendimentos do grupo eram tão baixos que, por diversas vezes, tiveram que realizar festas para arrecadarem quantias que contribuiriam para a realização de algumas impressões em mimeógrafos.

A ACEB funcionava no primeiro andar de um prédio que possuía, no térreo, um restaurante. O andar de funcionamento da associação era composto por *“uma mesa com umas vinte cadeiras, no fundo tinha um mimeógrafo e umas duas máquinas de escrever, me lembro como se fosse hoje, tinha um sanitário ao fundo também. (Depoimento cedido por Jorge Braga Barreto em: 16/05/2013)”*. Era nesse local que realizavam suas reuniões, sendo convocados geralmente os representantes gremistas, existindo uma grande interação entre todos.

A Associação Cultural dos Estudantes da Bahia aparecia como um sindicato, ao qual os presidentes dos grêmios e outras associações existentes se reportavam, havendo, assim, uma relação de mútua confiança em que o respeito era visível. A maioria queria uma mudança total da situação vivida no país, contribuindo para um favorecimento à integração política, já que eles passavam a ser conscientes de todo o momento político em que estavam inseridos.

Suas atividades variavam nesse cenário, pois, além de outras atividades eles apareciam, em inúmeros casos como mediadores e equacionadores dos problemas que pudessem existir dentro de vários Colégios, justamente pelo fato de que a simples existência de uma entidade soava como uma força entre a categoria estudantil.

O atendimento aos Colégios muitas vezes era dividido entre vários membros do grupo buscando, com isso, agilizar o trabalho. Essa metodologia e esse planejamento foram destacados por Barreto como imprescindíveis para que a ACEB fosse vista, na época, como uma instituição realmente organizada, podendo ser comparada, inclusive, a uma miniempresa, já que possuía uma datilógrafa cuja função era a de atender as pessoas que compareciam ao seu local de funcionamento.

Como Secretário Geral, Jorge Barreto enfatizou que a cobrança sobre ele era muito forte, partindo tanto pelo grupo (em que estava participando), quanto da esfera militarizada

Em inúmeros momentos, no interior da ACEB, ele teria sido persuadido a contar sobre as atividades que estavam sendo desenvolvidas pela entidade estudantil e muitas delas foram impedidas, como citado abaixo:

(...) lecionávamos ainda meninos em comunidades carentes como Alagados, Baixa de São Caetano, palafitas da Ribeira. Saíamos em grupos para aplicar o Método da Cartilha Paulo Freire, mas a coisa se tornou tão vigiada que eles nos proibiram de levar qualquer estrangeiro⁵⁸ (Norte Americano) para locais que tivesse muita pobreza, tinha que mostrar locais com luxo, ostentação, mas eu fazia questão de mostrar. (Depoimento cedido por Jorge Braga Barreto em: 16/05/2013).

Mesmo com essa fiscalização, ele destaca sua participação ativa em atividades na cidade durante os dois anos que permaneceu na ACEB. Sua presença em passeatas também era frequente sendo estimulada, inclusive, por alguns professores de História, Filosofia e Sociologia do Colégio Aplicação que tinham um aflorado viés político.

Quero me reportar a uma professora de História chamada Niziata, baixinha, professora 'retada' ela. Me disse uma coisa importante na época – tome cuidado com alguns livros, a exemplo de História da Civilização Ocidental - tínhamos diversos estudos dirigidos onde muita coisa era derrubada em sala de aula. Os professores eram os nossos artífices. (Depoimento cedido por Jorge Braga Barreto em: 16/05/2013).

E com esse incentivo, ressalta-se que, ao estar envolvido nessas passeatas, o entrevistado não deixou de citar o Mosteiro de São Bento como um dos maiores pontos de concentração estudantil que contava com o apoio de Dom Timóteo e Dom Jerônimo Cavalcante. Constando, nas lembranças de Jorge Barreto, o fato dos padres terem o salvado (inúmeras vezes) de tomar “grandes cacetadas” ao abrirem a porta da sacristia. Contudo, embora existissem essas atividades por parte de membros da ACEB, teoricamente, eles criavam estratégias para não levantar suspeitas, pois “os militares jogavam duro. (Depoimento cedido por Jorge Braga Barreto em: 16/05/2013)”.

A ACEB, dessa forma, realizava diversas atividades, no contexto exposto. E, embora Jorge Barreto não se recorde sobre a Páscoa Secundarista, consta em ata a sua presença e convite direcionado ao Clube de Leitura para a participação do evento. Ele também não

⁵⁸ Termo utilizado pelo entrevistado para designar estudantes ou outras pessoas que vinham conhecer Salvador.

recorda da existência de visitas políticas no interior do Colégio da Bahia, porém as documentações o identificam em reuniões do Clube de Leitura.

Parece que os diálogos do Clube de Leitura e a ACEB eram constantes ao ponto de muitos dos representantes transitarem entre as duas associações. As atas fazem referências aos convites de comparecimento, feitos por Jackson de Azevedo, em nome da Associação Cultural da Bahia, aos demais componentes do Clube da Leitura para eventos, tais como: a inauguração do restaurante secundarista⁵⁹, o I Congresso Estadual Secundarista, além da apresentação de Jackson sobre um conjunto de moções em repúdio ao prefeito e vereadores por não concederem o abatimento de 50% dos transportes coletivos. Encabeçado pela ACEB foi tão bem recebida pelos demais componentes do Clube de Leitura a ponto da proposta ser aprovada por unanimidade.

Quando questionado sobre a campanha para o abatimento dos transportes, Jorge Barreto foi incisivo ao identificá-la como um dos grandes trabalhos feitos pela ACEB naquele momento, pois segundo ele, uma das maiores lutas que possuíam era, justamente, a meia passagem. Na realidade, ele revela a existência um documento, a “identidade estudantil” que, por sua vez, era extremamente respeitada devido à verificação que passava para evitar fraudes. Além disso, a associação, por ser uma entidade muito respeitada e considerada, lutava para preservar a integridade desse documento.

Não precisávamos ir às ruas, íamos à prefeitura, empresas de ônibus e conversávamos com eles (...) dava um probleminha uma vez ou outra, mas, se não aceitava, a gente brigava (...) teve uma época em que a meia passagem vinha com uns tíquetes destacáveis, era a metade do valor, a gente conseguiu a meia passagem, foi uma conquista nossa, da ‘estudantada’ toda. (Depoimento cedido por Jorge Braga Barreto em: 16/05/2013).

De acordo com Jorge Barreto, os grêmios não poderiam conseguir conquistas como essas sozinhos. Fazia-se necessário uma entidade centralizada que, nesse momento, era a ACEB. Para ele a ABES, ao contrário da ACEB, não desenvolvia “*um trabalho tão Tetê a Tetê*” com os estudantes. Esclareceu, inclusive, que se por acaso a ABES tivesse conseguido

⁵⁹ Observa-se a permanência desse restaurante ano de 1968 quando, seu corpo direcional, nesse momento, composto por Guilherme Bastos Brandão (Presidente) e Jorge Mario Marques (Vice Presidente) deu entrevista ao Jornal da Bahia de 11 de jan. de 1968, afirmando que ACEB iria reduzir os preços no seu restaurante em 50% para colaborar com a grande demanda de estudantes, de todo país, que estavam chegando em Salvador para fazer turismo e com os universitários que estariam com seu restaurante inativo. Tendo ressaltado ainda que o estabelecimento situava-se na Rua Aristides Milton, II, Barroquinha.

as meia passagens anteriormente, quando ela entrou em retenção, os tickets voltariam a funcionar graças à ACEB.

Diante do exposto, vale ressaltar a grande possibilidade de que, no momento em que as lideranças se encontravam atuando e visando solidificar o Clube de Leitura no Colégio da Bahia, estarem, concomitantemente, inseridos na articulação ou formação da ACEB. É interessante articular o momento histórico e perceber que, provavelmente, Nádia Freire, ao ingressar no Clube de Leitura, já teria deixado de atuar na distribuição das carteiras estudantis. Como visto em sua entrevista, ela encaminhava a documentação para a ABES, instituição que teria sido desarticulada a ponto de existir a necessidade estudantil de criar a ACEB em agosto de 1964. Dessa forma, ao tentar equiparar as datas, a integrante do grupo provavelmente teria iniciado seus trabalhos no Clube de Leitura no espaço de tempo existente entre a desativação da ABES e a Formulação da ACEB. Evidência mais forte no momento que se têm informações sobre a Junta Governativa (composta por integrantes do Clube) passar a exercer o papel de organização das carteiras no Colégio a partir do ano de 1965.

➤ **O Caminhar para a segunda fase do Clube de Leitura.**

Teria ocorrido, como visto anteriormente, no dia 18/08/1965, o fim dos trabalhos de organização do estatuto do Clube de Leitura. Sua divulgação integral ocorreu na reunião posterior datada de 15/09/1965. A partir da conclusão desse documento, percebe-se uma mobilização, por parte do grupo diretivo do Clube de Leitura, visando à convocação de uma assembleia geral que efetivaria o processo eleitoral para a entrada de uma nova direção no Clube a partir do ano de 1966.

Em verdade, registrado nas atas internas do Clube, nota-se que, a partir do mês de Julho de 1964, houve um grande interesse, por parte da coordenação, da organização rápida do estatuto e convocação das eleições diretas entre os estudantes, pois a maioria dos integrantes da diretoria estaria, nesse ano, deixando o Colégio da Bahia graças à conclusão do ensino regular. Situação que, inclusive, foi lembrada por Jackson de Azevedo quando o mesmo cita que “*Chico e Juvenal era um ano mais adiantado que eu, saíram do Central eu*

acabei ficando sozinho. Eles saíram em 65 e eu em 66. (Depoimento de Jackson de Azevedo em: 30/01/2013)”.

Cabe ressaltar que durante todo esse mês de setembro de 1965, verifica-se nas atas analisadas que, entre as ações desenvolvidas pela direção do Clube de Leitura, havia uma busca por identificar os nomes das várias entidades culturais existentes no país. Tinha-se por finalidade o envio de correspondências que solicitavam apoio a este grupo estudantil. Isso nos faz acreditar que a Direção do Clube de Leitura, no final de sua primeira fase, buscava, além de entregar o grupo para uma futura gestão, ampliar os contatos em ambiente extra Colégio da Bahia.

Essa busca em repassar o grupo, após um processo eleitoral, foi impulsionada a partir do momento que formaram uma comissão composta pelos integrantes do Clube de Leitura Arx Tourinho e Juvenal Gomes, para a convocação da assembleia geral e das eleições.

De acordo com a documentação, teria ocorrido no dia 10/10/1965, a efetivação dessa assembleia geral, contabilizada por 28 sócios do Clube de Leitura mais o professor Luiz Gomes. O primeiro momento do encontro foi composto pela leitura do estatuto finalizado, surgindo, todavia, a proposta de se fazer a eleição das pessoas que comporiam a mesa e que dirigiriam a assembleia. Adotou-se como critério para esta seleção aqueles que fossem mais aclamados pela plateia. O “*colega Wilson Vilani*” foi eleito para presidir a mesa e este solicitou que Evandro Barreto o acompanhasse nos trabalhos designados.

No transcorrer do expediente, foi percebido um ambiente de discussões acaloradas, protagonizadas especialmente por Jackson de Azevedo. Ao que parece, no processo eleitoral, apenas uma chapa teria se candidatado, surgindo algumas sugestões para resolver a questão da sucessão. Dentre essas sugestões, teve a do estudante Ângelo Oliva de que diante do “*estado de anormalidade, a única chapa fosse eleita*”. Contudo, ao propor tal solução, Ângelo, que na realidade fazia parte da única chapa a se candidatar, passou a ser duramente criticado por Jackson de Azevedo que alegou tal medida ser irregular.

No entanto, mesmo com a contraposição de “Jaquinho”, o presidente da mesa abre a votação entre os presentes para resolver o impasse, ficando decidido por 16 votos contra 9 que a candidatura da chapa de Ângelo Oliva seria aceita, iniciando-se o efetivo processo eleitoral.

Quando foi cedido o tempo para que a chapa candidata defendesse suas propostas, Jackson de Azevedo solicitou também defender seus motivos para que ela não fosse eleita. Entretanto, foram-lhe cedidos somente 5 minutos para tal fim. Ao término desse tempo,

Francisco de Carvalho também solicitou a palavra e passou a tecer uma série de elogios à única chapa que estava se candidatando e era composta pelos seguintes alunos:

- Ângelo José Leite de Oliva (Coordenador);
- Otoniel Rocha (Tesoureiro);
- Kátia Nuno Marinho (Equipe de Promoção);
- Maria Mercês Santos (Equipe de propaganda);
- Carlos F. (Secretario);
- Clusivonni Oliveira (Equipe de Controle).

Ao perceber a atitude de Francisco Neto, Jackson de Azevedo propôs um “*voto de repúdio à secretaria do Clube de Leitura*” e o presidente da mesa julgou o ato improcedente. Mesmo assim, ao insistir, ele conseguiu que sua proposta fosse posta em votação, tendo sido derrotada.

Os debates permaneceram e Francisco Neto solicitou o prosseguimento do processo eleitoral vindo, ao tomar a palavra, o candidato Ângelo Oliva propor que “*os escrutinadores se manifestem sobre a chapa colocando um sim ou um não. (Ata do Clube de Leitura do dia: 10/10/1964)*”. Dessa forma, uma chamada nominal dos votantes é realizada e após as votações todos passaram a assinar a ata.

Neste momento, o presidente da mesa convidou dois estudantes a participarem do trabalho de apuração dos votos, sendo escolhido entre eles Jackson de Azevedo. No entanto, o estudante, por considerar o sufrágio nulo, resolveu pedir demissão da comissão de apuração substituído, assim, por Francisco Neto, o qual, ao dar prosseguimento às apurações, verificou que, dos 28 sócios do Clube de Leitura, 22 votaram a favor da chapa, 1 voto foi contra, 2 votaram em branco e 3 tiveram seus votos nulos por estarem em situação de irregularidade com a biblioteca do Clube ou por não estarem no momento devidamente credenciados.

Tendo esse resultado, Wilson Vilani, presidente da mesa, cedeu a palavra a Francisco Neto que felicitou à nova administração do Clube de Leitura frisando, inclusive, sua esperança em relação a essa organização estudantil do Colégio da Bahia. Posteriormente, Vilani ressaltou, ao término da sessão, a necessidade dos novos membros do Clube de Leitura procurarem fazer coisas concretas a partir daquele momento.

3.3- “UM BANHO DE LEGITIMIDADE”: A SEGUNDA FASE DO CLUBE DE LEITURA DO COLÉGIO DA BAHIA.

Em entrevista⁶⁰ cedida a este estudo, Francisco de Carvalho Neto relatou que as eleições do novo conselho administrativo do Clube de Leitura teria sido um banho de legitimidade, pois os estudantes teriam tido, pela primeira vez, a oportunidade de eleger os representantes do grupo. Ângelo Oliva foi o primeiro coordenador, realmente, eleito diretamente no Clube de Leitura.

Ressalto que tive acesso ao termo de posse declarado por Francisco Neto à nova gestão do Clube de Leitura datado em 09/11/65, no qual foram atribuídos os direitos e deveres conferidos pelo estatuto ao novo conselho administrativo passando a exercer suas atividades entre Novembro do ano de 1965 e Abril de 1967. Além disso, na pesquisa de campo, pode-se resgatar também o comunicado⁶¹ feito por Francisco Neto, direcionado à bibliotecária do Colégio, o qual agradecia pelo estímulo dado no processo de organização do Clube de Leitura. Fontes interessantes para se compreender melhor a relação existente entre a direção do Clube e a bibliotecária do Colégio, bem como se deu a transição da gestão do Clube de Leitura no fim do ano de 1965.

Infelizmente não tenho registros escritos sobre a nova administração que o Clube teve a partir de novembro de 1965, mas farei o uso, nesse momento, para uma melhor compreensão e preenchimento de algumas lacunas sobre sua segunda fase, das entrevistas cedidas por membros inseridos nesse novo conselho administrativo, a exemplo do ex-coordenador Ângelo Oliva e do ex-estudante Otoniel Rocha.

3.3.1 – Uma nova gestão e o entrelaçamento com a Ação Católica.

Ao assumir o cargo de coordenador do Clube de Leitura, Ângelo Oliva foi claro, em entrevista cedida a este trabalho, que possuía convicções políticas extremamente fortes, fazendo parte da Ação Católica no momento em que ingressou no grupo, sendo sua inserção parte de uma estratégia, como podemos observar abaixo:

⁶⁰ Entrevista cedida por Francisco de Carvalho Neto em: 01/03/2012.

⁶¹ Ver comunicado em anexo.

Na ocasião, eu fazia parte da Ação Católica e tínhamos um grupo forte lá no Central. E como estratégia de atuação, que não deixava de ser estratégia política, existia a participação em grupos e no próprio diretório que era um processo mais difícil (...) e foi dessa forma que eu cheguei ao Clube de Leitura, como fiz parte também do GATEB, grupo de teatro (...) tudo dentro dessa perspectiva de nucleação, de ampliação de bases de atuação da Ação Católica, eu era da Juventude Estudantil Católica. (Entrevista Cedida por Ângelo Oliva em: 08/05/2012).

Por seu discurso, é visto perfeitamente que, durante sua segunda fase, o Clube de Leitura passou a ser dirigido principalmente por representantes que lutavam por uma ampliação do quadro da Ação Católica, trabalhando no processo de divulgação dessas ideias que, segundo Ângelo Oliva “*tinha uma base religiosa clara, mas também tinha uma perspectiva política de atuar nos processos decisórios de todos os organismos que compunham a política dentro da instituição e estrategicamente participávamos de Clubes (...)*” (Entrevista Cedida por Ângelo Oliva em: 08/05/2012)”.

De acordo com ele, a atuação dos seguidores da ação católica se dava dentro dos mecanismos naturais do exercício da política. Naturalmente, durante essa segunda fase, os membros do Clube não participavam apenas dele, o próprio Oliva citou sua atuação no GATEB. Fato que nos leva a compreender e reafirmar que existia uma grande proximidade e interrelação entre os grupos nesse cenário pós 1965, nos quais os componentes dos grupos no Colégio da Bahia não se limitavam a uma ou outra associação estudantil, reafirmando a noção de que eles encontravam-se participando de várias ao mesmo tempo.

Em consonância com esse debate, verifica-se que a segunda fase do Clube também contou com vínculos políticos no ambiente externo ao Colégio, pois Ângelo Oliva pontuou sua ligação com companheiros de Ação Católica no Colégio Severino Vieira e no Manoel Devoto. Isso estimulava uma procura por maior interligação entre suas ações e intuítos de tentar levar/compartilhar suas práticas e experiências vividas no interior da instituição de ensino que era um centro de efervescências política, como os outros Colégios da época.

Oliva nos faz compreender que as ações promovidas não visavam ficar “*intra muros*”, existia esse intuito de levar para outros Colégios as atividades desenvolvidas no interior do Clube de Leitura, assim como outros grupos existentes no Colégio da Bahia possuíam intuito similar. Ocorre, no entanto, que alguns grupos teriam tido maior êxito do que outros, porque:

(...) era mais fácil, na prática, você levar uma peça, uma encenação para uma outra realidade do que levar uma prática de um Clube de Leitura, mas se tentava

repetir o mesmo modelo, se criar em outras unidades educacionais também. (Entrevista Cedida por Ângelo Oliva em: 08/05/2012).

A prática de encenação citada por Oliva trata-se da “peça proibida”, mencionada no capítulo II do trabalho. A organização da mesma ocorreu no período da segunda fase do Clube de Leitura no Colégio da Bahia. Clube esse que, como vimos no depoimento de Ângelo Oliva, era composto por integrantes que circundavam as demais associações estudantis presentes no Colégio, no contexto citado. O que nos faz inferir que, por essa inter-relação de grupos na instituição de ensino, provavelmente muitos integrantes do Clube de Leitura tenham participado do movimento liderado pelo GATEB no ano de 1966. Toma-se como exemplo o próprio Ângelo Oliva que se encontrava na coordenação do Clube de Leitura e que alegou estar inserido também nesse movimento do grupo de teatro.

Para o entrevistado, o momento destacado era extremamente rico, um período de crescimento cultural, teórico e de comprometimento com a cidadania. Acima de tudo, teria sido um contexto de percepção crítica da situação e da possibilidade de utilizar instrumentos visando intervir na realidade vivenciada. O grande diferencial teria sido o fato de o aluno ter se sentido o senhor de sua história, ele compreendia a importância de construí-la. Por isso, existia um elo muito grande de institutos coletivos trabalhando dentro do Colégio da Bahia, “até a barbearia era utilizada como mecanismo de nucleação, de busca de aliado. (Entrevista cedida por Ângelo Oliva em: 08/05/2012)”.

Oliva salientou que existiam conflitos ideológicos e políticos. Ele, ao atuar como membro da ação católica, evidentemente, teria entrado em embates com muitos representantes de agremiações mais “radicais”. No entanto, apareciam como embates ricos, no quais, acima de tudo, eram buscadas fundamentações teóricas para seus argumentos, gerando assim a riqueza do aprendizado.

Em vista disso, o Clube de Leitura, durante sua segunda fase, teria servido cada vez mais como palco proporcionador de ganhos teóricos, contendo ações direcionadas principalmente à formação teórica dos militantes. Ou seja, para o entrevistado, existia um investimento nas pessoas que eram identificadas como “líderes em potenciais”. Não tendo sido por acaso que:

(...) muitos que participaram do movimento estudantil passaram por ali, alguns não faziam parte da estrutura formal do Clube, mas eram participantes ativos das atividades, das leituras, discussões e debates. E isso contribuiu bastante para a

formação de grandes lideranças. (Entrevista cedida por Ângelo Oliva em: 08/05/2012).

Percebe-se, então, a existência de uma grande preocupação em se formar lideranças estudantis com uma formação cultural e carga teórica abrangente. De acordo com Ângelo Oliva, queria-se um militante com um profundo conhecimento da causa, em que o estudante que era considerado um líder em potencial era identificado e *“ali se trabalhava todo o conceitual teórico, trabalhávamos na formação daquele futuro líder. (Entrevista cedida por Ângelo Oliva em: 08/05/2012)”*.

Havia uma demanda em levar títulos que não eram encontrados na biblioteca, sendo o Clube uma forma alternativa de entrar em contato com outros tipos de informações. Evidentemente, as intenções dos integrantes do grupo, ao levarem as obras, eram bastante claras. Ângelo Oliva, por exemplo, levou vários autores religiosos e filósofos católicos para conduzir os debates no seio do Clube e entrou em contato, pela primeira vez, com obras de autores como Yacovicks, Marx e Engels pelo fato dos livros que circulavam no grupo serem introduzidos pelas mais diversas facções políticas.

Otoniel Rocha, em concordância com o debate, expõe que *“É claro que existia livros por debaixo do pano. Uma coisa restrita, mesmo os que estavam sendo censurados porque adolescente gosta de uma coisa proibida (...) (Entrevista cedida por Otoniel Rocha em: 14/03/2013)”*. Ademais, não deixou de transpor sua crença de que a leitura teria, provavelmente, estimulado a todos aqueles estudantes que possuíam uma menor faixa etária e que participavam do Clube de Leitura, os quais *“achavam que poderiam mudar o mundo. (Entrevista cedida por Otoniel Rocha em: 14/03/2013)”*.

Em verdade, ele acentua que, nesse contexto, os estudantes eram muito politizados e que, durante o ano em que permaneceu no Colégio da Bahia e se encontrava no Clube de Leitura, possivelmente, tenha recebido vários convites para participar do grêmio do Colégio e de protestos nas ruas, pois existiam alguns membros do grêmio que faziam parte do Clube. Por exemplo, Jackson de Azevedo que, nesse ano, de acordo com Otoniel, era dotado de uma forte atividade no Colégio, sendo convidado, inclusive, para discursar nas campanhas que havia na instituição, por sua facilidade na oratória.

Percebam que essa lembrança de Otoniel encaixa-se perfeitamente com as lembranças de Jackson de Azevedo, quando o segundo se recorda de sua permanência na instituição após a saída de Juvenal e José Francisco de Carvalho. Período que, por sua vez, coincide com

início da segunda gestão do Clube de Leitura. Entretanto, verifico que a atividade participativa no interior da instituição de ensino e no Clube, realizada por Jackson de Azevedo, não foi diminuída no ano de 1966.

De acordo com Otoniel Rocha, embora a atividade do Clube fosse percebida por ele como tendo um caráter mais cultural, Jackson de Azevedo, que mantinha contato com o Clube, participava ao mesmo tempo do grêmio (assim como outros integrantes vivenciavam essa mesma dinâmica no ano de 1966). Esse fato, muito provavelmente, o levou a crer que talvez esse diálogo mais próximo entre as duas organizações estudantis colaborasse com aqueles indivíduos que, possivelmente, tivesse interesse em capturar integrantes do Clube de Leitura para atuar no grêmio.

Identifica-se assim que, em sua segunda etapa, o Clube teria assumido um papel de formação de lideranças políticas, as quais iriam atuar na mudança da realidade sócio política. Obviamente, como é destacado por Oliva, no interior do Colégio existia uma espécie de tolerância por parte da direção, uma vez que *“enquanto a coisa não incomodava, eles aceitavam”*. Incômodo esse que não era sentido, pois *“talvez eles não soubessem até onde a coisa funcionava”*. Ao contrário do GATEB, identificado no Colégio como algo explicitamente subversivo e que, em decorrência dessa característica, foi duramente reprimido.

3.4- “POR UMA POLÍTICA DIPLOMÁTICA” - A TERCEIRA FASE DO CLUBE DE LEITURA.

O termo de posse apresentado, por José Francisco de Carvalho Neto, à chapa vencedora do processo eleitoral no ano de 1966 composta, entre outros, por Otoniel Rocha, estabeleceu, como observado, que a permanência da segunda gestão do Clube se estenderia de novembro de 1965 a abril do ano de 1967.

Vale destacar que no mesmo ano em que a segunda gestão teria, supostamente, sido despossada contou com o ingresso no Colégio Central da Bahia do aluno José Alberto Mascarenhas Simões, transferido de um Colégio do interior do Estado da Bahia, o qual permaneceria na instituição até o ano de 1969 e integraria aquela que atribuir ser a terceira fase do Clube de Leitura.

3.4.1 - A Reativação do Clube de Leitura.

De acordo com o entrevistado, quando ele ingressou na instituição de ensino, no ano de 1967, era frequente sua permanência na biblioteca,⁶² pois ficava próxima a sua sala de aula. De modo que, devido a essa posição privilegiada, ele e alguns colegas se refugiavam na sala de livros para conversar sobre temas variados na época. Surgindo, em um desses encontros, a intenção de formular uma segunda entidade estudantil que, diferentemente do Grêmio⁶³ em atividade no Colégio da Bahia, representasse a parte intelectual na instituição de ensino.

José Simões informa que o incentivo a essa ideia teria partido até da bibliotecária, a qual, ao observar os diálogos entre o grupo de colegas, teria os conscientizado sobre a existência, em anos anteriores, de um Clube de livros organizado por alunos do Colégio, mas que, naquele momento, encontrava-se inativo⁶⁴. Ao entrar em contato com essa afirmativa, os alunos se dispuseram a resgatar a proposta do Clube de livros, procurando recursos para estimular a leitura entre os estudantes.

A ideia de reativação do Clube de Leitura teria surgido, de acordo com José Simões, por conta da conclusão dos estudantes de que existia uma deficiência, em termos culturais, no Colégio Central. E, motivados em estimular o aspecto cultural na instituição, passaram a entrar em contato, no interior da biblioteca, com os materiais referentes a gestões anteriores do Clube de Leitura, como, por exemplo, as Atas das antigas reuniões e um cofre vazio. Formaram ainda, ao mesmo tempo, um grupo para discutir como se daria a nova configuração da associação estudantil. Os debates, diante dessa conjuntura, eram extensos e muitas vezes ocorriam, nas reuniões iniciais, discordâncias sobre as diretrizes que deveriam ser seguidas pelo grupo que estaria sendo reconfigurado.

Uma das discordâncias citadas pelo entrevistado teria girado em torno do nome a ser atribuído ao Clube. Estabelecido, depois de muitos debates, foi identificado por *Clube de*

⁶² De acordo com Simões, nesse contexto, a biblioteca era pouco movimentada e possuía poucos livros, sendo que os exemplares que existiam “não prestavam, porque os que prestavam tinham sido retirados de lá”.

⁶³ O Grêmio citado por José Simões seria o “Grêmio Esportivo”: ligado à UNE e que emitia as carteiras estudantis.

⁶⁴ José Simões, em entrevista cedida a este trabalho, acredita que, diante da repressão, todo o Clube teria se esvaziado antes de 1967, pois provavelmente a maioria dos seus membros teria migrado para o Grêmio devido ao fato de que a repressão ao Clube assemelhava-se à sofrida pelo primeiro. Embora não obtenha maiores informações sobre essa possibilidade, acredito, no entanto, que o Clube tenha ficado inativo por um curto espaço de tempo no ano de 1967. Já que a segunda gestão teria seu término em abril de 67. Ao passo que, nesse mesmo ano, teria ocorrido a entrada no Central de Simões e dado impulso à terceira fase da entidade estudantil, mas não descarto a possibilidade de migração entre grupos nesse contexto.

Leitura Olavo Bilac (COLB). Nome esse que, além de ser lembrado pelo entrevistado, é observado nas poucas atas produzidas pelo grupo no ano de 1968. Nesse aspecto, destaca-se que na documentação aparecem, inclusive, os artigos do estatuto anterior, o qual teria sido retificado pelo CLOB. A exemplo do artigo I que versava sobre o nome e as características do Clube, ficando transcrito esse artigo, a partir de 23 de setembro de 1968, da seguinte forma:

O Clube de Leitura Olavo Bilac é um órgão criado pelo corpo discente do Colégio Estadual da Bahia seção central e dirigido pelo corpo de alunos do estabelecimento. Adota como sigla as iniciais CLOB. Fundado em 1968, ao incorporar a si o patrimônio do então existente Clube de Leitura que esteve em atividade desde 1964 até 1966. (Ata do Clube de Leitura do dia: 13/09/1968).

Observa-se que, mesmo havendo divergências, os estudantes chegaram a um consenso sobre o novo nome que a entidade deveria ter a partir daquele momento, sobre a permanência da realização de atas em seus encontros e acerca da continuidade do mesmo estatuto produzido na primeira gestão, embora contando com poucas alterações. Contudo, entrar em contato com os arquivos antigos do Clube e planejar, introdutoriamente, como procederia a sua reativação não era o suficiente para concretizá-la. Fazia-se necessária a aprovação da proposta estudantil por parte da direção do Colégio e, até mesmo, do próprio grêmio existente no período.

Tendo consciência desse impasse, o grupo de estudantes passou a buscar auxílio e liberação da direção do Colégio para a reativação do Clube de Leitura. De acordo com José Simões, as negociações foram, extremamente, longas, pois pairava naquele contexto⁶⁵ o receio de que o Clube reativado se tornasse mais um órgão político, semelhante ao grêmio, dentro do Central. Em suas palavras, *“Foi muita caminhada e muita promessa, tivemos quase que nos ajoelhar e garantir que não iríamos nos envolver com a parte política de maneira alguma. (Entrevista cedida por José Roberto Simões em: 19/09/2013)”*.

Assegurando à direção do cumprimento das imposições por ela estabelecida, os estudantes obtiveram a permissão⁶⁶ para a reativação do Clube como uma entidade separada

⁶⁵ Como vimos no Capítulo II pairava na atmosfera social o descontentamento popular que vai culminar nos protestos mais acalorados a partir do ano de 1968 pelas ruas de diversas cidades do país.

⁶⁶ Cabe ressaltar que a permissão destacada por José Simões, em sua análise, era uma forma de concessão demagógica aos estudantes. A direção, em verdade, utilizava a presença do Clube de Leitura no Colégio como propaganda nas reuniões ocorridas, mostrando que ele era composto por pessoas que “queriam alguma coisa” e que a direção não perseguia ninguém que quisesse estudar. Enquanto que os outros estudantes eram “vagabundos, irresponsáveis e por isso, iriam baixar a porrada neles”. Mas, mesmo sabendo disso, os

do grêmio escolar, passando, contudo, os seus componentes a serem vigiados de maneira mais efetiva do que o próprio grêmio, pois “*eles sabiam que existiam apelos políticos explícitos no grêmio, enquanto o Clube de Leitura era necessário fiscalizar 24 horas por dia para saber o seu teor. (Entrevista cedida por José Roberto Simões em: 19/09/2013)*”. Cientes desse desconforto e vigilância por parte da direção, os integrantes do Clube começaram a agir de forma diplomática, já que não desejavam desagradar nem a direção e nem o grêmio do Colégio. A intenção dos mesmos era poder entrar e sair desses dois setores sem perder, no entanto, a sua autonomia.

Cabendo destacar que as atividades desenvolvidas pelo CLOB permaneceram na mesma linha das etapas anteriores do Clube de Leitura, ou seja, a parte cultural era o grande objetivo e estimulada pelos participantes. No entanto, José Simões destaca que a parte política não era omitida, até mesmo porque vários membros do Clube participavam, inclusive, das disputas presidenciais do grêmio, bem como o contrário também era válido.

O que ocorre é que, como explicita Simões, embora o Clube não tivesse sido planejado como um concorrente político, em nenhum momento ele deixou de estar inserido em um ambiente político porque “*naquele contexto, todo movimento cultural era político e o intelectual era o primeiro a levantar bandeira (...) existiam questionamentos políticos toda hora, os estudantes viviam política e nós do Clube não nos isolamos. (Entrevista cedida por José Roberto Simões em: 19/09/2013)*”.

3.4.2 – A Dinâmica do Clube de Leitura Olavo Bilac (CLOB): “fazíamos da biblioteca quase uma sala de estar”.

É válido ressaltar que no mesmo momento em que essa parcela estudantil encontrava-se imbuída, no Colégio da Bahia, em fazer um Clube voltado para a parte intelectual, estourava, na Bahia e no Brasil nos anos de 1967 e 1968, como visualizados no capítulo anterior, uma série de movimentos estudantis que abalavam o governo e parcelas da sociedade. E como não poderia deixar de ser, no interior do Colégio da Bahia existia uma grande parcela de alunos voltada, principalmente, para as atividades políticas pelas ruas, enquanto que 10% da classe estudantil pertenciam à parte intelectualizada representada pelo

componentes do Clube aproveitaram a concessão da direção para concretizar ações com conteúdo político em sentido amplo.

Clube de Leitura. Por isso, como atrair pessoas⁶⁷? E como não entrar em conflito explícito com a direção para assegurar sua permanência no Colégio?

Em prol da resolução desses questionamentos, o CLOB passou a se apresentar e estimular a crença perante os estudantes do Central de que eles seriam uma possibilidade de entidade representativa, caso o grêmio viesse a ser, por algum motivo, desativado no Colégio. Ou seja, o Clube passou a se valer de uma estratégia diplomática em relação à direção para assegurar sua permanência na escola. Bem como, em relação aos colegas do grêmio para evitar a discordância acirrada entre ambos. Visto atrativamente, desta maneira, pelo corpo discente como possibilidade reserva de representação até o ano de 1969. O Clube passou assim, como afirma Simões, a “*pisar em ovos na instituição*”. Justamente por querer prolongar sua existência e atividade no Colégio da Bahia.

Essas atividades do Clube eram desenvolvidas e lideradas pela diretoria composta, conforme consta na ata do dia 19/09/1968, por Edvaldo Lemos Pinheiro (Secretário), José Alberto Mascarenhas Simões (Coordenador Geral) e todo um corpo de estudantes responsáveis pela equipe de controle, tesouraria e propaganda cujos nomes não foram citados em ata.

O trabalho do Clube voltava-se desde a divulgação de livros, que em sua maioria eram censurados na época, até a confecção de jornais, panfletos e comunicações. Realizando, entre outras funções, arrecadações para ampliar o acervo e o desenvolvimento de um intercâmbio intelectual com base nos livros que existiam na biblioteca e aqueles que, em verdade, “*valiam a pena serem lidos*”. Nota-se, assim, que a divulgação dos livros poderia ser feita até mesmo através do próprio Jornal, o qual eles mesmos produziram e cujo nome era “O ÁTOMO⁶⁸”.

O Átomo era o jornalzinho que a gente fazia em papel ofício, feito em mimeógrafo a álcool porque não tinha xerox para tirar. Divulgávamos quase todas as notícias, desde esportes e campeonatos esportivos do Central até a divulgação de teatro, curiosidades. Fazíamos um jornal bem diversificado, abordávamos todos os temas, sendo o menor tema abordado o político, justamente para diferenciar o nosso Clube do grêmio estudantil. (Entrevista cedida por José Roberto Simões em: 19/09/2013).

⁶⁷ De acordo com Simões, o pessoal era muito envolvido quando se falava de política de rua e, com esse propósito, caso fosse marcada uma reunião, comparecia cerca de dois a três mil estudantes, mas se falasse só na parte intelectual, poucos se interessavam.

⁶⁸ O Átomo circulava dentro do Colégio Central com a permissão da direção, pois era visto como intelectual e científico. Os integrantes do Clube de Leitura faziam sua divulgação entre os demais estudantes. De acordo com Simões, existiram momentos em que eles chegaram a imprimir e distribuir cerca de 1000 exemplares do jornal na escola.

De acordo com o ex-coordenador do CLOB, a organização era tanta que até no interior do jornal existia uma divisão de funções. Contava-se este com um diagramador, com encarregados em dividir as matérias, fazer as correções e o editorial que, segundo ele, ficava a seu encargo, na maioria das vezes, vindo ele próprio a assinar como JAMS⁶⁹.

Essas reportagens, inseridas em “O ÁTOMO” e sendo escritas por qualquer estudante do Colégio ou do próprio Clube de Leitura, passavam a ser divulgadas entre os alunos da instituição de ensino. Todavia, de acordo com Simões, no momento das vendas dos jornais, circulavam manifestos políticos que “*o povo atribuía serem produzidos pelo Clube de Leitura. (Entrevista cedida por José Roberto Simões em: 19/09/2013)*”.

Uma das explicações para essa atribuição pode ser percebida a partir do momento em que se verifica como funcionava o processo de distribuição, arrecadação e destino da importância recolhida, entre os estudantes, pela venda do jornal citado. Nota-se que o dinheiro era arrecadado pelo tesoureiro do Clube de Leitura e posto no cofre (herdado das gestões passadas da associação) situado na biblioteca e fiscalizado de maneira ferrenha pela direção, que solicitava constantemente o recolhimento do mesmo e das planilhas feitas pelo grupo buscando averiguar alguma irregularidade ao analisar o quanto era arrecadado e em que era gasto o dinheiro recolhido. No entanto, de acordo com o entrevistado, existia um “caixa 2” entre eles que beneficiava a comunidade estudantil, pois quando o grêmio necessitava de capital para a compra de papeis usados na formulação de seus panfletos, manifestos e papeldas em geral, os recursos que o Clube de Leitura oferecia a outra entidade estudantil partiam desse caixa.

Vale ressaltar, nesse momento, que esse processo de ajuda disponibilizada pelo CLOB ao grêmio consta tipificada na ata do dia 19/09/1968. Quando aparece, explicitamente, o componente Márcio Dangremon, chefe da equipe de controle, evidenciando para “a colega Olivete”, representante do Grêmio presente na reunião, o intuito do Clube estabelecer uma harmonia entre as duas entidades e seu desejo em ajudar ao grêmio quando assim fosse solicitado.

Com base nessa informação, afirma-se que o sistema de panfletagem e distribuições de manifestos, concomitante a distribuição de “O ÁTOMO”, era realizada oficialmente pelo grêmio. Entretanto, a sustentação dessas ações partia, muitas vezes, do Clube de Leitura. Fato que contribuiu para a reflexão do entrevistado de que, mesmo indiretamente, o Clube

⁶⁹ Cabe ressaltar que “JAMS” consiste nas letras iniciais do nome José Alberto Mascarenhas Simões.

participava da elaboração e distribuição de panfletos no Colégio da Bahia durante sua terceira fase.

Não se deve deixar de ressaltar também que, durante essa fase, o Clube continuou a incentivar propostas fora do Colégio Central. Realizando várias reuniões com integrantes de outros Colégios de Salvador, como o Severino Vieira e o ICEIA, para a implantação de semelhantes Clubes de Leitura nas respectivas instituições.

Infelizmente, não possuo maiores dados sobre a concretização desse projeto extra Colégio Central, mas acredito que pelo fato do Clube de Leitura se inserir em tantas atividades, passou a ser cada vez mais investigado, principalmente a partir do momento em que o grêmio do Colégio foi fechado entre os anos de 1967 e 1968. Período na qual a desconfiança da direção institucional passou a ser mais afluída, pois não compreendiam como os panfletos, apontados como formulados pelo grêmio, continuavam a circular mesmo com o fechamento do órgão oficial de representação dos estudantes do Central.

A partir desse momento, a junção dos fatos pela direção constantemente apontava para o protagonismo do Clube de Leitura na emissão e distribuição dos panfletos pós-fechamento do grêmio. Isso porque eles possuíam o instrumento propiciador da reprodução de cópia que era o mimeógrafo.

De acordo com Simões, o mimeógrafo que eles possuíam era simples, comprado para efetivar a reprodução do jornal “O ÁTOMO”. Já que, antes de sua compra, teriam os integrantes do Clube enfrentado grandes problemas com a direção, a qual tentava pressioná-los para que dissessem onde realizavam a impressão do jornal (não sabiam que a impressão era originada através do mimeógrafo do grêmio). No entanto, era de conhecimento da direção que o mimeógrafo oficial dessa entidade teria sido apreendido pela polícia.

Desconhecido, no entanto, era o fato de que o grêmio possuía um mimeógrafo clandestino e o emprestava ao Clube para reproduzir o jornal. Todavia, a tensão por conta dessa situação teria sido tão grande e preocupante que o Clube de Leitura decidiu “*batalhar para comprar um e colocar na biblioteca. (Entrevista cedida por José Roberto Simões em: 19/09/2013)*”.

Sendo assim, a direção ciente da existência desse mimeógrafo presente na biblioteca e observando a massiva distribuição de panfletos no Colégio, em um momento que o grêmio estava em inatividade, passou a apontar e suspeitar que o Clube estivesse realizando essa atividade no interior da instituição. Fazendo com que o CLOB recorresse constantemente às justificativas de que a compra de um mimeógrafo poderia ser feita por qualquer pessoa do

Colégio visando praticar tal ação. Passaram a alegar também que, no período da noite, muitas vezes o equipamento sumia, reaparecendo em períodos alternados ou em dias posteriores. De tal forma que não seria justo atribuir essa responsabilidade ao Clube de Leitura.

Utilizadas tais justificativas, o Clube contava com o benefício da dúvida na instituição, prorrogando sua possibilidade de exercer atividades no Colégio, embora constantemente vigiados. E por conta dessa grande vigilância, os componentes do Clube passaram a viver rodeados por uma atmosfera de insegurança.

Entretanto, por saberem que eram observados, se policiavam até mesmo no momento de emitir determinadas palavras que pudessem, de toda forma, serem apontadas como tentativas revolucionárias pela direção. A palavra, assim, aparecia como algo perigoso, porque ninguém sabia, com propriedade, quem eram os vigias de suas ações. O momento era inseguro, para Simões, ninguém confiava em ninguém, a ponto até mesmo a presença de um novo integrante no grupo ser recebida com desconfiança entre os demais componentes. Desconheciam a real intenção do indivíduo. Assim, a conjuntura propiciava com que, de um lado, o estudante se fechasse, mas por outro, estimulava-se o espírito de companheirismo. Na medida em que, unidos eles se auto protegiam e aprimoravam suas estratégias no interior do Central.

Vale ressaltar que a estratégia de burlar a fiscalização, de ter *“um pé dentro e outro fora”* para não levantar suspeitas da direção e permanecer funcionando na instituição de ensino, fazia-se presente, inclusive, na dinâmica de obtenção, arrecadação e demonstração dos livros direcionados ou contidos na biblioteca. Ocorre que, para compor o acervo, os livros passavam, inicialmente, pela observação da diretoria do Colégio que era atenta aos inúmeros exemplares censurados no contexto. Dessa forma, a estratégia utilizada pelos componentes do Clube de Leitura, conscientes do contexto limitador que estavam inseridos, era o que José Simões intitulou de *“toma lá da cá, você me deixa funcionando e a gente deixa vocês tirar”*, em que eles mesmos apresentavam os livros “proibidos” à direção, alegando que “não queriam na biblioteca”, visando assim não levantar suspeitas sobre o grupo. Contudo, como o entrevistado salienta *“nós só entregávamos o que tinha dois exemplares, porque um passava a circular entre nós (risos). (Entrevista cedida por José Roberto Simões em: 19/09/2013)”*. Não deixando de ser mencionado por ele que, obviamente, os que circulavam entre os estudantes não faziam parte da ficha de controle da biblioteca para não correrem o risco de levantarem suspeitas. Desenvolveram-se, dessa maneira, as atividades do Clube de Leitura durante os dois anos em que permaneceu sobre sua diretoria.

3.4.3 – A Relação entre o CLOB e o Grêmio.

Conforme foi apresentado, buscando estabelecer uma relação cordial com a direção e com o Grêmio, o Clube de Leitura passou a fazer uso de uma estratégia e a desenvolver atividades de “*uma maneira mais sutil do que os outros faziam. (Entrevista cedida por José Roberto Simões em: 19/09/2013)*”. À medida que essa política diplomática se desenvolvia, o grupo contou com acentuadas discordâncias que partiam, principalmente, do Grêmio do Colégio.

De acordo com o entrevistado, existia um interesse e uma tentativa constante dessa entidade representativa em fazer com que o Clube de Leitura tomasse um direcionamento diferente do adotado. Buscavam com que o CLOB modificasse suas formas de atuação e se posicionasse mais diretamente em meio ao contexto em que estavam vivendo. O Clube, por sua vez, constantemente, alegava que seu apoio e suas ações se davam por meio da parte intelectual. Diferentemente do grêmio que deveria sim ter uma participação mais explícita.

Essa postura assumida pelo grêmio pode ser percebida, inclusive, na ata do dia 19/08/1968, quando a “Colega Olivete” (então representante do grêmio) emitiu o convite de incorporar o CLOB ao grêmio como um órgão de cultura e divulgação do mesmo. Entretanto, tal convite foi rejeitado por unanimidade. Como se pode verificar abaixo:

(...) Agradecemos o convite, no sentido de nos incorporarmos a tão brilhante agremiação. O CLOB é um órgão autônomo, desvinculado de qualquer órgão de representação estudantil. (Ata do Clube de Leitura dia: 19/09/1968).

Visualiza-se, de acordo com Simões, que tal proposta constantemente circundava o Clube de Leitura, o qual não a encarava como algo interessante, pois desejavam preservar sua postura como entidade intelectual que poderia ser, caso o grêmio fosse fechado, uma possibilidade para resguardar os interesses estudantis no Colégio.

Me lembro de várias pressões do grêmio, de algumas passagens que tivemos uns “pegas” grandes lá dentro, porque queriam que fôssemos mais efetivos, uma filial do grêmio estudantil e não uma entidade separada, com um estatuto diferente, normas e diretrizes diferentes, mas, isso era uma questão de poder, cada um queria mandar e o grêmio (...) não queriam perder isso. (Entrevista cedida por José Roberto Simões em: 19/09/2013).

Embora tendo sido visível um jogo de poder no interior das entidades, de acordo com Simões, existiam vários colegas do Clube inseridos também no grêmio. Representando o maior inimigo de todos, em verdade, a conjuntura política e econômica na qual estavam inseridos. Essa consciência tornou o relacionamento entre esses grupos forte na instituição. Justamente graças a essa mescla em seus componentes. Foi reparado, de acordo com os dados fornecidos por esse entrevistado, que a maioria da diretoria do Clube frequentava as decisões do grêmio, existindo com isso grande intercâmbio entre as duas entidades no Colégio da Bahia. Não por acaso, como pude verificar ao analisar as fontes escritas, que “Olivete” deixou explícito, mesmo o Clube de Leitura não aceitando se incorporar ao grêmio, o desejo do Grêmio em incentivar no Colégio “*movimentos de caráter positivo encabeçados por estudantes. (Ata do Clube de Leitura do dia: 19/09/1968)*”.

3.4.4 - A Greve liderada pelo Clube de Leitura Olavo Bilac (CLOB) – Em busca do membro Marcus Dangremon.

Segundo Simões, todos os participantes do CLOB eram políticos dentro do Central e, assim como a maioria dos estudantes, tinham o apoio externo da igreja católica e participavam também de células comunistas⁷⁰ existentes na época, seja por curiosidade ou por ideologia. Os integrantes do Clube, no entanto, eram percebidos como intelectuais por fazerem parte de uma entidade em que se discutia, brincava, se falava de política, de livros proibidos. Apresentando, entre as principais pautas de suas reuniões, as indicações dos livros que deveriam ser buscados e lidos, “*onde os mais atrativos eram justamente aqueles proibidos pelo governo. (Entrevista cedida por José Roberto Simões em: 19/09/2013)*”.

Essas informações acentuam, de maneira frequente, uma evidência já divulgada nas fases anteriores. A de que o nível de participação dos alunos do Colégio Central era grande, desenvolvidas, seja em células, grêmio, grupos e Clube. Surgindo esse interesse pela atividade, conforme Simões, por conta do intuito estudantil de poder “*bater asas.*” O que buscavam ao integrarem essas formas associativas era criar e estar inserido em possibilidades

⁷⁰ De acordo com o entrevistado, essas células comunistas contribuía bastante no processo de conscientização estudantil. Sendo a maioria dos livros censurados obtidos nessas células. Ele sempre participava das células, levando, algumas vezes, o emblema de líder do Clube de Leitura e outras vezes representando apenas um estudante do Colégio.

que pudessem quebrar as barreiras e limitações impostas pelo contexto histórico em que estavam inseridos.

Verificamos, com isso, que grande parte dos componentes do Clube de Leitura estava inserida também em atividades no grêmio. Enquanto que este se encontrava em atividade dentro do Colégio, ocorrendo, em verdade, uma espécie de mescla entre os componentes dos dois grupos.

E um dos integrantes do Clube de Leitura (em sua terceira fase) que mais se destacou, segundo Simões por conta de sua proatividade, foi Macus Dangremon. Este, citado pelo entrevistado como seu o braço direito no Clube e que por ter uma efetiva participação política no Colégio, chegou a se candidatar a presidência do grêmio estudantil. Foi, contudo, derrotado eleitoralmente por “Dóris⁷¹” que era “extremamente conscientizada”, a qual, inclusive, foi presa várias vezes por conta de suas atividades no grêmio.

Com sua derrota nas eleições para a presidência do grêmio, Marcus Dangremon teria permanecido no Clube chegando até mesmo a assumir a presidência provisória do CLOB. Porém, por conta das atividades políticas explícitas no grupo, Simões teve que reassumir o cargo, pois a direção passou a ameaçar o fechamento da associação estudantil.

Ocorre que, em meio a sua participação no ano de 1968, Dangremon desapareceu ao ser preso pela polícia. Tal fato gerou grande descontentamento no seio do Clube de Leitura que, prontamente, iniciou os preparativos do que culminou em uma greve, que por sua vez, mobilizou grande parcela dos estudantes em Salvador.

Cabe ressaltar, como afirma Simões, que, embora em diversos movimentos de rua existisse a participação efetiva da diretoria e dos demais membros do Clube, eles não poderiam levar como “bandeira” a entidade. Exatamente para não contrariar sua política diplomática e sofrer retaliações do Colégio. No entanto, essa greve teria sido efetivamente organizada pelo Clube de Leitura, mesmo porque, nesse momento, o grêmio do Colégio se encontrava fechado.

Teria então o Clube, um dia antes do efetivo estouro da manifestação, se reunido para decidir sobre as estratégias a serem utilizadas para pressionar a soltura do seu membro desaparecido. Estabeleceu-se que a melhor forma seria a deflagração de uma greve geral que no dia posterior foi instaurada. O Clube mobilizou os demais estudantes do Central e saiu por Nazaré, contando com a adesão discente do Severino Vieira e, posteriormente, dos demais

⁷¹ Vale ressaltar as lembranças de Simões sobre as brincadeiras existentes entre Marcus Dangremon e Dóris na qual esta pontuava que havia ganhado as eleições porque “*falava mais grosso que ele*”.

Colégios que foram informados por meio dos próprios intercâmbios estudantis que existiam na época.

(...) quando o Central fazia greve ia para a porta dos outros Colégios de Nazaré e todos saíam em movimento, sendo fácil juntar 10 mil estudantes, porque quando os outros Colégios sabiam davam apoio, o Severino mesmo obedecia a gente(...) (Entrevista cedida por José Roberto Simões em: 19/09/2013).

Barricadas também foram feitas no interior do Colégio Central da Bahia, o que propiciou um maior envolvimento da polícia. Na medida em que essa via os estudantes portando “bodoques”, passaram a deflagrar tiros, conforme as lembranças de José Simões. Os estudantes, buscando se proteger e impossibilitados de se retirarem pela parte da frente do Central que, por sua vez encontrava-se completamente tomada pelos policiais, teriam utilizado o fundo do Colégio para, assim, escapar. Como essa parte do Colégio era murada, eles conseguiam fugir pulando a barreira e adentrando a mata que compunha o que, atualmente, conhecemos como Estação da Lapa de Salvador.

De acordo com o nosso entrevistado, ao cercarem a parte da frente, a polícia não imaginava que os estudantes tivessem coragem de fugir pelo fundo do estabelecimento institucional como ocorreu. No entanto, mesmo com a fuga, o dia seguinte teria sido marcante para muitos alunos e, principalmente, para José Simões. A direção já possuía uma ordem para expulsar todos os que participaram da manifestação e tinha recolhido todas as atas, livros e cofre do Clube de Leitura para analisar e extrair alguma pista sobre a greve. Todavia, nada foi encontrado, pois, como já mencionado no presente trabalho, existia toda uma camuflagem interna no Clube com relação, entre outras coisas, a um “caixa 2” e a não menção nos livros de controle sobre os reais livros que estariam circulando no Clube.

Portanto, querendo ampliar a investigação, a direção teria convocado Simões, logo no dia seguinte à movimentação, a comparecer em sua sala sob o risco de poder ser excluído da instituição. Neste ambiente, o então aluno teria permanecido 12 horas ininterruptas, sendo alvo de questionamentos sobre a manifestação estudantil ocorrida no dia anterior. No entanto, por não conseguirem nenhuma confissão e não possuírem nenhuma prova sobre sua participação, ao contrário de colegas que teriam sido fotografados no movimento com pedras na mão, a direção teve que liberá-lo sem deixar, contudo, de assegurar que a fiscalização ao Clube de Leitura seria cada vez mais acentuada a partir daquele momento.

Em meio a essas movimentações, o irmão de Marcus Dangremon, Capitão de paraquedismo da Aeronáutica, teria sido informado sobre seu desaparecimento e chegou a Salvador para resolver o caso. Encontrando-o na delegacia do bairro de Itapuã, apresentando várias fraturas em seu corpo, como descrito por Simões: “*todo arreventado. (Entrevista cedida por José Roberto Simões em: 19/09/2013)*”. O que vale ressaltar é que, embora o mérito de soltura tenha partido do irmão de Dangremon, para Simões, teria sido por conta dessa greve que o Clube, em sua gestão, conseguiu uma das suas maiores vitórias: a de continuar portando a permissão para funcionamento no Colégio mesmo com a direção possuindo suspeitas sobre terem fomentado a greve naquele ano.

Evidencia-se, no entanto, que, apesar do Clube não tendo retaliações imediatas, cerca de 700 estudantes, por conta da greve, foram impossibilitados de permanecer no Central devido ao cumprimento da direção institucional das imposições previstas no decreto lei nº 477/69 que estipulava:

Art. 1º - Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino público ou particular que (...) III – pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe (...) as infrações desse artigo serão punidas: II se tratar de aluno, com pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

E mesmo os que não foram descobertos, não sofrendo, com isso, tais punições, passaram a conviver com o medo acentuado de terem o mesmo fim que os demais. Os poucos dados que possuo revelam que, no ano de 1969, teria aflorado uma grande rigorosidade por parte da direção contra aqueles que eram vistos como praticantes de atos “subversivos”. A ponto de convocarem pais para assinatura de termos reconhecendo que, caso seus filhos transgredissem as regras da escola, mesmo que fosse com o simples desuso do uniforme padrão da instituição, seriam punidos com a impossibilidade de matrícula e expulsão do estabelecimento de ensino. Podendo esse enrijecimento ter sido fruto da conjuntura política que influenciou, como constam na documentação estudada, várias ações de estudantes do Colégio da Bahia no respectivo ano. Como, por exemplo, pichações de pavilhões do Colégio com frases “*ABAIXO A DITADURA (Comunicação do Vice Diretor para o Diretor do Colégio da Bahia em: 19/03/1969)*”, e a alegação estudantil de que “*o Colégio está, agora,*

uma frescura. (Livro manuscrito de anotações da Diretoria do Colégio Estadual da Bahia em: 21/03/1969)”.

Por conta da greve, a liberdade do Clube, restrita, mas permeada por uma política diplomática, ficou muito mais limitada no Colégio Central. Passando suas publicações a serem cada vez mais censuradas e a situação contra os estudantes tornar-se tão inibidora que muitos preferiram sair da associação estudantil. Embora as lideranças tenham se esforçado para trazê-los de volta, pois era necessário ter pessoas que exercessem funções específicas para continuarem funcionando. Cada membro do Clube era importante, já que a organização, nessa época, contava com cerca de 50 integrantes que se refugiavam, em parte, no tipo de atividade “encoberta” do grupo como forma de ter algum tipo de participação. Essa situação teria sido visualizada por Simões até o fim do ano de 1969, momento em que ele teria completado o curso científico e saído do Colégio deixando o Clube ainda em atividade. Entretanto, a partir dessa data, infelizmente, não disponho de maiores vestígios sobre o Clube de Leitura do Colégio Central da Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, optei pela perspectiva de ampliação do conceito sobre o que significa participação política. Como destaca Espiñeira (2000), até um período recente na história das produções acadêmicas, existia uma considerável dificuldade em se conceituar a participação em espaços não formais (a exemplo: associações culturais, esportivas, de autoajuda e religiões) como forma de participação política. No entanto, autores como Agnes Heller aparecem ampliando os debates no momento em que afirma não se poder distinguir com facilidade uma ação social de uma ação política, pois, na segunda, “as pessoas agem na condição de cidadãos e se falam ou incidentalmente mobilizam as outras pessoas na condição de cidadãos” (HELLER, 1998, p.117).

De acordo com Peloso (2012), a partir do momento em que o povo toma consciência de que faz parte de um país e que detém direitos, passa a criar movimentos que abarcam lutas pela educação, saúde, diversão, segurança, transporte, entre outros. Os anos de 1960 representaram um marco da conscientização, na qual a maioria da população passou a adquirir a convicção de que “podia ser dono do próprio nariz e participar”, não aceitando serem tratados como massa de manobra, almejando ter “voz ativa e no seu destino mandar”. Percebendo-se, desta maneira, como sujeitos da história. Por conta disso, justifico aqui meu interesse em estudar o Clube de Leitura e o comportamento político de seus integrantes entre os anos de 1964 e 1968, no Colégio Central da Bahia. Instituição esta que foi palco de grandes mobilizações estudantis no contexto em que ocorreu a implantação do governo militar brasileiro, o qual passou a impor seus ditames opressivos aos vários setores sociais existentes.

Embora saibamos que as produções acadêmicas não tenham atentado, até então, para o Clube de Leitura, podemos percebê-lo como uma organização liderada por estudantes com faixa etária entre 14 e 17 anos, originária no ano de 1964. Correspondendo para Peloso (2012) como uma organização, uma ferramenta para aglutinar e preparar o povo para as conquistas idealizadas. Organização que tem sua existência condicionada à consciência da população de que ninguém pode fazer nada sozinho, sendo necessária uma ação conjunta para atingir os objetivos em comum.

Para o autor, organização seria o povo em movimento, uma forma de juntar pessoas a fim de preparar “novos companheiros”, distribuir tarefas que se adequem ao perfil e

habilidade de cada participante, visando multiplicar esclarecimentos e o número de componentes.

Multiplicar esclarecimentos e componentes? Sim, para Peloso (2012) “*só o conhecimento liberta*” e todos aqueles que trabalhem em prol dessa libertação são seres políticos. Dessa forma, se o conhecimento tem essa função de libertar, o mesmo vincula-se à assimilação de informações e sua aplicação na prática. Portanto, se acoplarmos o conhecimento a uma estratégia, observaremos toda essa aprendizagem “se tornar força material para transformar a natureza e a sociedade” (PELOSO, 2012, p. 33).

A educação apareceria, dessa forma, como portadora de intencionalidades e dificilmente poderia ser dissociada de uma ideologia, pois todo conhecimento possui algum objetivo, seja esse explícito ou implícito. Não sendo por acaso que o processo de formação política exige, segundo Peloso (2012), “tradução, reconstrução e criação de conhecimentos que capacitam o educando a ler criticamente a realidade com a intenção de transformá-la”. (PELOSO, 2012, p.34).

A reflexão acerca desses argumentos possibilita a percepção do Clube de Leitura como uma organização voltada para essa busca em utilizar o conhecimento como estratégia de luta. O espaço referido, por muitas vezes, contribuiu com a circulação de obras censuradas durante suas três fases de existência no Colégio da Bahia. Etapas que foram enfatizadas, ao longo do estudo, a partir das substituições de direção que existiram, inclusive, por meio de eleições presidenciais realizadas entre os estudantes. É válido ressaltar também que, a análise do Clube revela certa heterogeneidade entre seus componentes no que se refere aos estágios de relação com a política. Já que existiam atores que estavam inseridos desde o Centro Popular de Cultura (CPC), passando por Teologia da Libertação até aqueles que já participavam de uma militância universitária.

Desse modo, houve a oportunidade de se verificar, em sua primeira etapa, o impulso “originador” do Clube de Leitura, a partir de uma proposta que, possivelmente, tenha sido reflexo das ideias provindas de Ação Católica. Muitos de seus idealizadores embasavam-se nessas reflexões na época, a exemplo dos primeiros diretores do Clube que foram: José Francisco de Carvalho Neto e Jackson de Azevedo. Sobre essas figuras, ainda é válido destacar a proximidade que possuíam com a Igreja e com Padres como Dionísio e Dom Bernardo, como foi exposto ao longo do capítulo III. Diferentemente de outros estudantes que tinham vínculos menos sistemáticos.

Até o ano de 1965, esses componentes, juntamente com Juvenal Gomes, formaram o corpo direcional do Clube de Leitura. Desenvolveram atividades a partir de uma rigorosa proposta de organização burocrática, a ponto de terem produzido um estatuto para o Clube e estabelecer contato entre os três turnos existentes no Colégio da Bahia, ganhando grande visibilidade entre os demais estudantes.

Equipes foram firmadas, tais como as de propaganda, controle, tesouraria e promoção. Havia um interesse estudantil em concretizar suas atividades específicas com a finalidade de fortalecer o Clube no Colégio. Todavia, não possuíam o intuito de provocar o descontentamento do Serviço de Orientação Educacional (SOE) e Direção do Colégio. Visavam, com isso, prorrogar seu funcionamento na instituição, portando, inclusive, uma bandeira de entidade cultural que, apesar de ser vista na conjuntura interna como inofensiva, desenvolvia ações que podem ser caracterizadas como políticas. Conforme destaca Arendt (2002), a política aparece como uma necessidade a vida humana.

Esses dados nos fazem rememorar ao que Peloso (2012) expõe sobre as responsabilidades exigidas a um líder e a necessidade da direção de uma organização, em alguns momentos, repartir o poder e responsabilidades. Tudo isso, no intuito de fazer com que os demais integrantes se sintam valorizados. Situação essa percebida, claramente, na trajetória do Clube de Leitura, no qual as opiniões dos seus membros eram ouvidas, refletidas e votadas pelo conjunto nitidamente separado entre as equipes que buscavam constantemente participar, tomar conhecimento e acompanhar as decisões da organização em um contexto histórico em que a liberdade de expressão era extremamente limitada. Nesse sentido, ressaltam-se os momentos em que é notória uma dinâmica democrática no interior do Clube, onde em meio aos conflitos internos, os debates eram estimulados como possibilidade de se chegar ao consenso. Assim, viviam a *democracia* como um valor a ser praticado nas ações coletivas dentro do próprio grupo.

Aos poucos, a organização administrativa do Clube começou a ser observada pela direção do Colégio que se pautou na ideia de que “o jeito de se organizar o movimento diz o que ele é e o que ele quer” (PELOSO, 2012, p.58) e, acreditando que se tratava de um simples Clube para trocas de livros, permitiu que suas lideranças adquirissem um maior espaço no Colégio e interviesse no Grêmio da instituição, o qual se encontrava, naquele momento, desativado por conta das imposições que o contexto histórico imprimiam na sociedade e contra o setor estudantil. Vindo o Clube de Leitura, nas suas demais fases, utilizar essa mesma imagem como estratégia para sua permanência no Colégio como entidade estudantil.

Visando trabalhar pela coletividade, os integrantes do Clube de Leitura, ao intervirem no grêmio, passaram a atuar, ao mesmo tempo, em outras organizações estudantis da época. Por exemplo, na Associação Cultural dos Estudantes da Bahia (ACEB). No entanto, no Clube passaram a buscar maior autonomia, credibilidade e visibilidade, e estimular cada vez mais a leitura como forma de conscientização popular. Objetivo galgado durante todas as fases dessa organização estudantil.

Em sua segunda fase, o Clube teria contado também com componentes explicitamente envolvidos nas ideias da ação católica, que buscavam a formação de militantes e teria dado início aos intercâmbios para a formulação de réplicas do grupo no interior de escolas, como o Manoel Devoto e o Severino Vieira. Estabeleceram ligações também com outros grupos do Central, como o GATEB. Destacado, ao longo do trabalho, o exemplo do componente do Clube Ângelo Oliva que, dentro de uma perspectiva da Teologia da Libertação, buscava irradiar ideias e ampliar bases para essa militância.

Embora se tenha percebido o intuito, por parte desse Clube, em estabelecer uma política diplomática no interior do Colégio Central durante suas duas primeiras fases, essa perspectiva nos parece ter sido melhor identificada nas entrevistas dos participantes de sua terceira fase, que aliás teria sido o período no qual o Clube adquiriu maior visibilidade social. Apresentando-se como exemplo a greve que lideraram na Cidade do Salvador.

Em meio a esse panorama, identifica-se o Clube de Leitura, ao longo de sua trajetória, utilizando meios e ações que visavam:

- a) **Defesa dos direitos dos estudantes:** Esse propósito é percebido a partir da própria iniciativa de formulação e continuidade de um Clube que tivesse viés cultural em uma conjuntura na qual as iniciativas associativas estavam quase totalmente barradas. A busca por defender seus direitos também pode ser percebida quando buscou possuir e preservar sua autonomia diante da direção do Colégio durante suas três fases. Mesmo que tenha usado, em vários momentos, a estratégia diplomática no interior do Central para preservar seu funcionamento na instituição.
- b) **Preservação de uma democracia interna:** Visualizado quando nos deparamos com a percepção entre seus integrantes de que o conflito de ideias seriam normais, aceitáveis e estimuladores de um processo que culminaria com a obtenção do consenso. Ou seja,

a possibilidade da expressão das opiniões no interior do Clube era garantida, ocorrida por meio de debates, votações e eleições que, de toda forma, visavam resguardar os direitos dos cidadãos.

- c) **Firmamento enquanto entidade:** De acordo com Tatagiba (2007), a questão organizacional aparece como uma expressão simbólica dos valores e identidade de seus membros. Portanto, o intuito de se firmar enquanto entidade é percebido quando o corpo direcional do Clube busca a formulação de um estatuto e efetivação de atividades que procuram visibilidade, associação, participação, intercâmbio com outros grupos, debates e organização no Clube de Leitura.

- d) **Diálogo no interior e exterior do Colégio da Bahia:** Os diálogos com outros grupos do interior do Colégio (a exemplo do teatro), a busca por mais integrantes ao longo das três fases, a iniciativa de estimular outros colégios com a formação de novos Clubes de Leitura, a presença da Diretoria do Clube na ACEB e a Greve planejada pelo Clube aparecem como alguns dos episódios em que o mesmo dialogou com o interior e o exterior do Colégio da Bahia.

Em consonância com esse debate, não pode deixar de citar que, além da subdivisão geral apresentada, as atividades culturais promovidas pelo Clube de Leitura também podem ser atribuídas como políticas. Primeiramente, se observarmos que as experiências culturais, a partir da década de 1960, apareceram como formas de contraposição à situação sócio política da época e se, posteriormente, nos pautarmos, mais uma vez, nas ideias de Heller (1998) sobre as ações poderem ser classificadas como políticas caso busquem uma publicização das reivindicações privadas, seja pela imprensa ou por qualquer outro meio.

Tomando como base tal argumento, percebemos o Clube buscando essa divulgação em vários momentos. Por exemplo, quando emitiam circulares e informações que eram divulgadas no jornal organizado pela equipe de propaganda; quando, por unanimidade, fizeram moção contra o governador e o prefeito por esses se recusarem a fazer o abatimento de 50% dos transportes públicos e com a distribuição do jornal “O ÁTOMO” concomitantemente a entrega de manifestos políticos aos estudantes do Colégio da Bahia. Além disso, acrescenta-se a esse processo de publicização as reivindicações realizadas nas

ruas, em especial, a ocorrida em sua terceira fase, visando a libertação de um dos seus membros.

Aproveitando essa reflexão, vale ressaltar ainda que, durante sua terceira fase, foi percebido um constante interesse do grêmio da instituição de integrar o Clube de Leitura a si, como um de seus setores. O fato descrito nos faz observar que tal interesse pode ter ocorrido devido a uma provável conotação política possuída, ou em processo de ampliação, do Clube no Colégio da Bahia. E essa conotação política poder ser melhor visualizada no quadro⁷² a seguir, o qual exemplifica algumas das atividades realizadas pelo grupo entre os anos de 1964 e 1969.

Quadro I

Levantamento de algumas atividades realizadas pelos integrantes do Clube de Leitura em suas três fases

ATIVIDADES REALIZADAS	NATUREZA DA ATIVIDADE		
	ADMINISTRATIVA / ACADEMICA	POLÍTICA	CULTURAL/ SOCIAL
Avaliação dos professores	x		
Formulação de estatuto	X	x	
Promoção de seminários, palestras, festas	X	x	x
Entrega de carteiras de estudantes	x		
Promoção de outros eventos e Organização de apresentações, incentivo a poesia, arte, cinema, shows.	X	x	x
Discussão sobre taxas da biblioteca e orçamento para aquisição de livros ou outros materiais	X	x	
Debate sobre equipamentos, infraestrutura, entre outros.	X	x	
Formação de lideranças e incentivo a leitura	X	x	x
Votações variadas e realização de eleições		X	

⁷² O quadro em destaque foi baseado e adaptado do quadro exposto na pagina 99 da Revista Ágere (2000) em artigo cuja autoria é da Dr. Maria Victória Gonzalez.

Expressão de Pensamentos e variados debates junto à diretoria do clube, SOE e até mesmo direção.	x	X	
Debate sobre o contexto em que viviam		x	
Realização / Participação de passeatas ou greves		x	
Inserção/ trânsito de seus integrantes entre outros grupos ativos no interior ou exterior ao Colégio		x	
Incentivo de formulação do Clube em outras instituições de ensino	x	x	X
Produção de Jornais ou Panfletos		x	X

Ao observarmos o quadro, não podemos deixar de nos remeter aos comentários da ex-componente do Clube, Edvaldina de Jesus⁷³, de que, apesar de suas intenções terem sido estritamente cultural, as “relações culturais”, inevitavelmente, dialogavam com atitudes e saberes políticos, e por isso, naquele contexto de grande ebulição, “*era natural que as discussões se misturassem às posturas ideológicas e políticas. (Depoimento de Edvaldina de Jesus em: 25/02/2012)*”.

Sendo assim, conforme observamos, algumas atividades realizadas pelo Clube de Leitura, entre os respectivos anos de sua existência, podem ser percebidas como políticas. Tanto, ao ponto de, até mesmo, as mobilizações para festas, seminários e encontros poderem, em algum aspecto, ser analisados como estratégia de mobilização dos estudantes. Uma tentativa de aproximar e estimular o diálogo entre aqueles que faziam ou poderiam fazer parte do movimento estudantil no interior do Colégio Central, pois, como destaca Espiñeira (2000), em alguns momentos, ações integrativas podem trazer bandeiras políticas mais amplas.

Essa estratégia pôde ser usada em episódios, mencionados por Edvaldina de Jesus, em que o Clube de Leitura teria se aproveitado do clima de descontentamento generalizado para representar leituras literárias, apoiadas em letras musicais que, na maioria das vezes, eram de

⁷³ Teria estudado no Colégio Central, entre os anos de 1962 e 1965, e se interessado pelo projeto do Clube de Leitura, porque se revelava animador, o qual visava o coletivo. Além de ser, na época, namorada de um dos principais idealizadores (Francisco Neto). Não deixando de afirmar que participava das atividades religiosas ligadas à juventude Católica, concordando que o Mosteiro de São Bento era o ponto de muitos encontros religiosos e político, sendo lá “*o recanto favorito dos jovens católicos chamados progressistas*”.

apelo social e político. A exemplo do que fizeram com “Acender as Velas⁷⁴” de Zé Kéti, ao público do Colégio da Bahia. Além de encenarem passagens do livro “O romanceiro da inconfidência” (Cecília Meireles), trabalho que “*não só visava ao aspecto dramático do texto, como também estabelecia alusões às privações individuais e coletivas refletidas e vividas naquele momento. (Depoimento de Edvaldina de Jesus em: 25/02/2012)*”.

É válido destacar que esses interesses amplos, a partir de ações integrativas, foram percebidos quando as lideranças Jackson de Azevedo e Francisco Neto organizaram uma série de seminários buscando mobilizar, debater e refletir, com os estudantes, a respeito de temas da época e sobre a necessidade de convocarem eleições gerais para os representantes subsequentes do Grêmio que, naquele momento, estava sobre a intervenção da direção do Clube de Leitura.

Nota-se que, assim como a dinâmica da elaboração e distribuição de jornais e panfletos aparecem como atividade cultural e trabalho político que estimulam relações de companheirismo, outra forma de integração são os momentos festivos, pois envolvem aglomerações e representam oportunidades para o estabelecimento de novos relacionamentos, atraindo, conseqüentemente, a juventude (tanto na década de 1960 como na atualidade).

Contudo, quando falamos em juventude, na atualidade, nos deparamos com muitos debates em que autores a identificam como geração apolítica ou antepolítica. Baquero (2004), por exemplo, nos informa que aqueles jovens que tanto mobilizaram as ruas brasileiras durante a década de 1960 ou criaram mecanismos organizacionais insuspeitáveis de atuação política *como o Clube de Leitura* (Grifo nosso) se apresentam, nas últimas três décadas, como descrentes na transformação social.

Da Matta (1993) nos informa que um dos maiores motivos para essa descrença estudantil é o fato deles perceberem que os representantes governamentais se apropriam dos recursos públicos para atender suas demandas particulares e não das coletivas. Não sendo, para Baquero (2004), difícil perceber, diante desse quadro, o porquê de nossa juventude não confiar na política convencional. Acrescenta-se o fato de que a juventude se encontra emergida em um conformismo e aceitação frente às instituições que, por serem como tal, os impossibilitam de ter motivação para a criação de projetos ou ter maiores aspirações.

⁷⁴ A estrofe da música ressaltada pela ex-aluna durante sua entrevista foi: “Acender as velas/ já é profissão/ quando tem samba/ tem desilusão/ É mais um coração que deixa de bater/ um anjo vai pro céu (...)”.

Esse conformismo da juventude, inclusive, foi salientado por todos os entrevistados ao longo dessa pesquisa. De acordo com eles, a juventude atual não teria o mesmo espírito participativo que eles possuíam enquanto estudantes do Colégio Central da Bahia.

Para os ex-participantes do Clube de Leitura, realmente falta, em nossos dias, a vontade política do jovem de transformar a realidade em que estão inseridos. Desejo esse que transbordava da década de 1960. E ainda destacaram a necessidade de uma maior conscientização da atual juventude, pois acreditam que, apesar da população, ao longo do tempo, ter conseguido alguns direitos na lei, na vida real, eles só serão efetivados por meio de muita luta.

Os entrevistados foram taxativos ao afirmarem que assim como não existe vontade transformadora, na atualidade, não existe, entre muitos, o desejo de ir pelo menos à escola. Por conta disso, alegaram ser difícil identificar estudantes que se predisponham a formar uma organização estudantil semelhante ao Clube de Leitura, pois, além de não ser notório tal compromisso, o jovem percebe o ambiente escolar como um espaço obrigatório e não prazeroso (diferentemente de como era visto nas décadas passadas).

Não queremos cometer generalizações nesse momento e, muito menos, deixar de citar que os problemas escolares devem ser analisados a partir da conjuntura e estrutura histórica em que estão inseridos. No entanto, para os ex-participantes do Clube de Leitura, a escola que frequentaram se, comparadas com a da atualidade, era melhor à medida que portava um ensino sério, de qualidade, voltado para o ingresso ao ensino universitário, com professores competentes, respeitada e atrativa.

E isso tudo aparecia como um ambiente instigador ao ato de aprendizagem. O estudante “gostava de estudar”, não sendo por acaso que 100% dos entrevistados afirmaram suas crenças na importância do ato de ler, tanto no passado como no presente. Muitos possuem a convicção de que sua passagem pelo Clube de Leitura foi uma introdução no campo participativo social, além dessa organização ter contribuído muito por estimular cada vez mais o contato com livros (proibidos ou não) com críticas e reflexões. Tais informações podem ser reforçadas quando nos apegamos ao regulamento de empréstimo dos livros do Clube que dizia:

(...) Acompanhará o livro retirado uma ficha que deverá ser devidamente preenchida, no sentido de desenvolver no aluno, sua capacidade de observação e síntese no campo literário (...) prioritariamente o Clube promoverá maratonas para estimular nos alunos o gosto literário, bem assim descobrir pendores para arte de falar. (Regulamento inserido no Livro de Controle do Clube de Leitura, p.01).

Observe que o estímulo à fala, escrita e leitura é percebido e explícito pelo Clube no trecho em destaque. O aluno, ao tomar empréstimo de um livro, deve sintetizar seu conteúdo e isso seria averiguado, processualmente, tanto no momento da devolução da obra como em maratonas literárias e em debates promovidos pela organização estudantil. Valendo ressaltar que, além de tal regulamento, o livro de controle do Clube de Leitura trouxe uma planilha contendo data, nome, autor e título do livro emprestado e devolvido pelos alunos do Colégio Central entre os anos de 1965 e 1966. É interessante, nesse aspecto, nos apegarmos a apenas alguns para compor a tabela a seguir.

Quadro II

**Tabela de empréstimos com base no livro de Controle do Clube de Leitura.
1965 á 1966**

Obras emprestadas	Autores
A arte de Amar	Erich From
O Comunismo	Karl Marx
Construir o Homem e o Medo	Michel Quoist
Vida Sexual dos solteiros e casados	João Mohana
Terra dos Homens	Exupéry Saint
Jesus Cristo para a Vida	Flamboyant
De Karl Marx á Mão – Tse - Tung	H. Chambre
Desenvolvimento e Justiça	João Camilo de Oliveira Torres
Manifesto	Autor desconhecido
A Longa Marcha	Simone Blauvour
O Circulo do Medo	Elvira Foelppe
A Filosofia de Platão	Will Durant
Um Lugar ao Sol	Erico Verfssimo
Espumas Flutuantes	Castro Alves
O Rei, O Homem e o Mito	Antonio Wbirajara
A Verdadeira Revolução	Autor desconhecido
Eu e o Governador	Adelice Camaro

Fonte: Livro de controle do Clube de Leitura.⁷⁵

⁷⁵ Livro manuscrito, utilizado como fonte no trabalho em questão, de controle dos livros emprestados ou existentes na biblioteca sobre a manipulação do Clube de Leitura.

O contato com os títulos referidos não deixa restar dúvidas sobre a variedade⁷⁶ de livros que circularam entre os alunos do Colégio da Bahia nessa época. Como destacou Francisco Neto “*Erich Fromm já líamos no Central, fazíamos uma salada com Sartre, nessa época recebi até o livro Miséria da Filosofia, que até então eu não conhecia. (Depoimento de Francisco de Carvalho Neto em: 01/03/2012)*”. Portanto, autores como Karl Marx e leituras voltadas à política, realidade social e religião que dialogava com o Marxismo, circularam no seio desse grupo. Embora não tenha noção se esse livro de controle teria passado, em algum momento, pelas mãos da direção. Consoante Simões destacou, obras com esse teor, ao longo de sua direção na terceira fase do Clube, não eram inseridas nas planilhas oficiais para evitar “contratempos” com a direção da instituição e garantir o funcionamento do Clube.

Dessa forma, por evitar “contratempos” o “Jogo de cintura” representaria a posição adotada pelo Clube de Leitura em não gerar conflito, seja com a Direção do Colégio da Bahia, ou, em certa medida, com a heterogeneidade política existente em seu seio ou estrutura, a qual se encontrava inserido. Todavia, se a política só pode ser assim chamada se houver conflito, a qual conclusão podemos chegar sobre essa prática do Clube de Leitura? Por outro lado, a preocupação em entender quanto tempo durou esse Clube nos faz lembrar ao que Sidney Tarrow chama de “estrutura de oportunidade⁷⁷” e, por conta disso, podemos chegar a outra conclusão. Ressalta-se que a estrutura de oportunidade a qual me refiro não é externa, em relação ao contexto político do país, nem a oportunidade da direção, mas sim uma estratégia de sobrevivência que talvez tivesse de ser mais velada. Ou seja, sem contornos de conflito, diferentemente, da prática do grêmio que terminou fechado por uma justa necessidade de confronto com o opositor, o qual apoiava ou poderia estar ao lado do governo.

⁷⁶ Aproveito a oportunidade para ampliar a informação ao destacar que, segundo as lembranças da ex-componente Edvaldina de Jesus, lia-se no Clube dos clássicos aos autores modernistas, nacionais ou estrangeiros. Os que preferiam Filosofia gostavam do existencialismo de Jean Paul Sartre, outros se encontravam com Michel Quoist, na Psicologia de Erich Fromm e mais Kafka, Albert Camus, José de Alencar, Machado de Assis, Graciliano Ramos, Dostoiévsky e etc. Ainda relembra que tinha um colega que gostava de Shopenhauer e que sua preferência pessoal era por literatura de autores brasileiros e portugueses.

⁷⁷ De acordo com TATAGIBA (2007) o conceito de estrutura de oportunidade aparece como um recurso analítico fundamental que passou a integrar um corpo teórico mais amplo voltado para compreensão da ação coletiva a partir do trabalho de Sidney Tarrow no ano de 1997. A tese central é de que as pessoas “atuam em função das oportunidades” e essas oportunidades vem a afetar os resultados potenciais desses movimentos. Seria nesse sentido que mesmo os grupos mais “débeis” organizacionalmente podem “em determinadas conjunturas se aproveitar das oportunidades que o contexto oferece” (TATAGIBA, 2007, p. 16).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ÁGERE: Revista de Educação e Cultura-Núcleo de Linguagem, desenvolvimento ação pedagógica/Universidade Federal da Bahia, vol. 2, nº 2, Salvador: QUARTETO, 2000.

ALBURQUERQUE, Durval Muniz. **Violar Memórias e Gestar a História:** abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “pouco difícil”. CLIO-Série História do Nordeste, nº 15- 1994.

ALMEIDA, Armando Ferreira de. **A contracultura – ontem e hoje.** RJ, 1996.

ARATO, Andrew. **Representação, Soberania Popular e Accountability.** Lua Nova n ° 55-56- 2002.

ARDITI, Benjamin. **Sobre o “Político” com Schmitt e apesar de Schmitt.** Caderno do CRH, Salvador, v.21, nº 54, p. 423-438, Set/Dez. 2008.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** RJ: Forense, 1995.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARVRITZER, Leonardo. Ação, fundação e autoridade em Hannah Arendt. Lua Nova. SP, 68, 1471-167, 2006.

BAQUERO, Marcello. Um olhar “alternativo” no empoeiramento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (org.). Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BENEVIDES, Silvio Cesar Oliveira. Aventuras estudantis em tempos de opressão e fuzis. **Ditadura Militar da Bahia:** Novos Olhares, Novos Objetos, novos Horizontes, EDUFBA: Salvador, v.1, p.115 -126 2009.

BENEVIDES, Silvio Cesar Oliveira. **Na contramão do poder:** juventude e movimento estudantil, ANNABLUME: São Paulo, 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFRACO, Pasquino. **Dicionário de Política I.** ; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.)

BOUVIER, Jean. O aparelho conceitual na História econômica. In: SILVA, Maria B. **Teoria da História.** São Paulo: Cultrix, 1976.

BRIGAGÃO, Clóvis. **A Militarização da Sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1985, cap. II.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”. **Revista do CRH**, Salvador, v.21, n. 54, p. 457- 474, Março, 2008. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/>> Acesso em 01 jun. 2009.

BRINGEL, Breno; ESPÍNEIRA, Maria Victoria. **Movimentos Sociais e Política-Releituras contemporâneas**. Caderno do CRH, Salvador, v. 21, n.54, p.419-433, Set/Dez. 2008.

BRITO, Antônio Mauricio Freitas. Salvador em 1968: um breve repertório de lutas estudantis universitárias. **Ditadura Militar da Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, novos Horizontes**, EDUFBA: Salvador, v.1, p.89 -114, 2009.

BRITO, Antônio Mauricio Freitas. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964 – 1969)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2003.

BURKUE, Peter (org). **A Escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História: Ensaio de teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.1-26.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da Memória: Defensores e Críticos da ditadura (1964-1985)**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Ecos de 1968: 40 anos depois**. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras vol. 2 (1) 2008. p.5-12.

CARNEIRO, Cesar Oliveira. **Aventuras e desventuras: A peça proibida e a greve de estudantes que desafiou a ditadura em 1966**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2008.

CARRION, Raul. A ditadura não foi uma criação de “homens maus”. In: BARBOSA, Vania M. et al. (org.). **Repressão e resistência nos anos de Chumbo**. 2.ed. Porto Alegre: Corag, v.2, 2009.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História: Ensaio de teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.45-60.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003, p. 419-459.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out 1997, vol.12, no. 35. Disponível em: <www.scielo.br.>.

COSTA, Weldon Americano da. et.al. **Memórias do Colégio Estadual da Bahia: 1937-1971**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1971.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: ____ (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO; OLVERA; PAFICHI. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América latina. In: **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e terra, campinas, São Paulo: Unicamp, 2006.

DAMATTA, Roberto. **Reflexões sobre o público e o privado no Brasil**: um ponto de vista perverso. Caderno de Ciências Sociais, Belo Horizonte, v.3, nº3, abril, 1993.

DAYRELL, Juarez. **O Jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação, 2003.

DIAZ, Solange Goncalves. **Reflexões Acerca da participação popular**. Jan/fez/Marc., 2007, ano XIII, nº48, p. 45-53.

ESPIÑEIRA, Maria Victoria. **O partido, A Igreja e o Estado nas associações de bairros**. Salvador; EDUFBA, Assembléia legislativa do Estado da Bahia, 1997.

ESPIÑEIRA, Maria Victoria. A resposta da Bahia à repressão Militar: a ação partidária da Ala Jovem do MDB e a militância civil do trabalho conjunto da cidade do Salvador. In: **Ditadura Militar na Bahia**: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. et al.-Salvador: EDUFBA, 2009.p. 215-240.

ESPIÑEIRA, Maria Victória Espinheira. Estudantes universitários: entre novas e velhas formas de participação. In: AGERA – **Revista de educação e cultura**. Núcleo de linguagem, desenvolvimento e ação pedagógica/Programa de pós Graduação em educação/ UFBA. Vol 2, n 2(200) – Salvador: quarteto, 2001, p. 91–103

ESPIÑEIRA, Maria Victória; TEIXEIRA, Helder. **Democracia, Movimentos Sociais e Nivelamento intelectual**: considerações sobre a ampliação da participação política. Caderno CRH, Salvador, v. 21, nº 54, p. 477-492, Set/Dez,2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.p. 463-514.

FERNANDES, Graciela da Silva Ramos. A Relação entre poder político e símbolos: uma questão de estratégia. Anais do XV encontro Regional de História da ANPUH – Rio, 2012.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. O Golpe de Estado de 1964 na Bahia. 2006. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2012.

FICO Carlos. **Como eles agiam**: Os subterrâneos da Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. v. 24, no. 47, 2004, p.29-60.

FOCAULT, Michel. **Micro física do poder**. Rio de Janeiro: Gral, 1979.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **1968 o curto ano de todos os desejos**. Tempo Social; Ver. Social. USP. São Paulo, 10(2): 25-35, 1998.

FORACCHI, Moralice M. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

GADEA, Carlos A. **O estudo dos Movimentos Sociais e a Esquerda Política na América Latina**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, nº 54, p. 493-504, Set/Dez, 2008.

GARCIA, Milindre. **A questão da Cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 127-162, 2004.

GERRETZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

GIRALDELLI, Jr. Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. São Paulo: Manole, 2003.

GOHN, Maria da Gloria. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HABERMAS, Jurgen. Três modelos normativos de democracia. In: _____. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 277-292.

HELLER, Agnes. **A condição Política na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1998.

HOLANDA, Heloisa Buarque. **Impressões de Viagem – CPC, Vanguarda e Deslumbre: 1960/1970**. Brasiliense, 1980

IANNI, Otavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rj: Civilização Brasileira, 1971.

IOKOI, Zilda G. **Igreja e camponeses**. Hucitec: São Paulo, 1996.

LACERDA, Claudia Regina. **Memória de duas militantes de Ação Popular (AP): a fé determinada e a inquietude revolucionária**. 2005. Disponível em: <www.cfh.ufsc.br/.../pdf/Claudia%20Regina%20Costa%20Lacerda.pdf> Acesso em 16 de jan. 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. RJ: Zahar, 1988.

LINZ, Juan J; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart. Novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, v 28, no. 55, 2008, p. 245-263.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart. Novos rumos da produção historiográfica. **Revista História e Lutas de Classes**, ano 1. Ed. n.1, Abril, 2005.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MOUFFE, Chantal. **Práticas árticas y democracia agonística**. : Universitat Autònoma de Barcelona, 2007.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Gradiva: Lisboa, 1996.

MOUTINHO, L. D. S. **Sartre: existencialismo e liberdade**. São Paulo: Moderna. 2 ed. 1995.

OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves de. **O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2002.

PALOMINO, Hector et. al. A política e o político nos movimentos sociais na Argentina. *In: DAGNINO, OLVERA e PANFICHI (org). A disputa pela construção democrática na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PALOMINO, Héctor; RAJHER, Gustavo; POGLIAGLI, Letícia; LASCANO; Inés. **A política e o político nos movimentos sociais na Argentina**. Faculdade de Ciências Sociais- Universidade de Buenos Aires, 2003.

PARDIM, Carlos Souza; SOUZA, Luzia Aparecida. **O Movimento da Escola Nova no Brasil da década de 1930**. UEMS, 2012.

PASSOS, Mauro; NEVES, Lucília de Almeida. Silêncios e diálogos: o catolicismo e a defesa dos direitos sociais e humanos ante a intolerância política da ditadura militar no Brasil (1964-1985). *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 67-81, 2º sem. 2004.

PELOSO, Ranulfo (org). **Trabalho de Base**. Seleção de roteiros organizados pelo CEpis. 1ª. Ed – SP: Expressão Popular, 2012.

PINTO, Celi Regina jardim. **Teoria da democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p.19-40.

QUADRAT, Samanta Viz. **O sistema de informações e a Ditadura Militar no Brasil**. Disponível em: <www.cfh.ufsc.br/.../pdf/Claudia%20Regina%20Costa%20Lacerda.pdf> Acesso em ago. 2012.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RISERIO, Antônio. **Uma História da Cidade da Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

SANTANA, Cristiane Soares de. Notas sobre a História da Ação Popular na Bahia (1962-1973). In: **Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. et al.- Salvador: EDUFBA, 2009.p. 251- 174.

SANTOS, Giovana Inácio dos; GOULART, Josiel Eilers; FABER, Marcos Emílio. TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: RESISTÊNCIA INTELECTUAL NOS ANOS DE CHUMBO. **Revista Historiador**. Número 02. Ano 02. Dezembro de 2009.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais e Urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008.

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada, vol. I, OS: Ática, 1995, cap.6.

SELL, Carlos. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 2. Ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A Modernização Autoritária: Do Golpe Militar À Redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.p.351-388.

SILVA, Maria do socorro. **A Nova Onda baiana: cinema na Bahia (1958-1962)**. Salvador: EDUFBA, 2003.

SILVA- SELINGMANN, Marcio (org.). **Reflexões sobre memória, a história e o esquecimento**. UNICAMP, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: **De Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. Bandeira Vermelha: Aspectos da resistência armada na Bahia. **Ditadura Militar da Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, novos Horizontes**, EDUFBA: Salvador, v.1, p.127- 150, 2009.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Ousar lutar, ousar vencer**. Histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: EDUFBA, 2003.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político** Sidney Tarrow; Tradução de Ana Maria Sallem – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. “**Movimentos Sociais e Sistema Político: um diálogo (preliminar) com a literatura**”. 6º Encontro da ABCP, Unicamp: São Paulo, 2007.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: editora UNESP: Salvador, BA: EDUFBA, 2001.p.483-496.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: editora UNESP: Salvador, BA: EDUFBA, 2001.p.483-496.

TILIO, Rogerio. **Reflexões acerca do conceito de Cultura**. Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades. Volume VII, nº XXVIII, Jan-Mar, 2009.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: Golpismo e Democracia. As falácias do revisionismo. No. 19. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2006, p. 27-49.

TOURAINÉ, Alain. **O que é democracia?**. Petrópolis: Vozes, 1996.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: O diálogo é a violência – movimento estudantil e a ditadura militar no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

VERA, Ernesto Isunza. **Interfaces sócio-estatais, prestação de contas e projetos políticos no contexto de transição política mexicana (dois casos para reflexão)**. 2006, p. 261- 301.

VIEIRA, Thais L. Brasil – **Versão brasileira de Odulvaldo Vianna Filho (1962): Perspectivas estéticas e políticas do CPC da UNE**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

ARQUIVOS

Arquivo do Colégio Estadual da Bahia - Correspondências oficiais e pastas de alunos.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

FONTES ORAIS (ENTREVISTAS)

AZEVEDO, Jackson Chaves de. **Jackson Chaves de Azevedo**⁷⁸. Entrevista 30 de Jan. 2013. Entrevistadora; Maria Carolina Soares Santana, 2013.

⁷⁸ Advogado Criminalista, Ex Procurador dos Estados da Bahia e de Santa Catarina, membro do Ministério Público do Trabalho (Aposentado), Professor de Direito Processual Penal e atualmente se encontra como membro da Comissão Estadual da Verdade.

BRAGA, Jorge Barreto. **Jorge Barreto Braga**⁷⁹. Entrevista 16 de mai. 2013. .
Entrevistadora: Maria Carolina Soares Santana, 2013

COSTA, Ninaldo aleluia. **Ninaldo Aleluia Costa**⁸⁰. Entrevista 22 de Fev. 2013. .
Entrevistadora: Maria Carolina Soares Santana, 2013.

FREIRE, Nádia. **Nádia Freire**⁸¹. Entrevista 02 de mai. de 2013. Entrevistadora:
Maria Carolina Soares Santana, 2013.

JESUS, Edvaldina. **Edvaldina de Jesus**⁸². Entrevista 26 de Fev. 2012.
Entrevistadora: Maria Carolina Soares Santana, 2012.

NETO, José Francisco de Carvalho. **José Francisco de Carvalho Neto**⁸³.
Entrevista 01de Fev. 2012. Entrevistadora: Maria Carolina Soares Santana, 2012.

OLIVA, Ângelo José Leite de. **Ângelo José Leite de Oliva**⁸⁴. Entrevista 08 de mai.
De 2012. Entrevistadora: Maria Carolina Soares Santana, 2012.

ROCHA, Otoniel Vitor. **Otoniel Vitor Rocha**⁸⁵. Entrevista 17 de marc. 2013. .
Entrevistadora: Maria Carolina Soares Santana, 2013.

SIMOES, José Alberto Mascarenhas. **José Alberto Mascarenhas Simões**⁸⁶.
Entrevista 17 de set. de 2013. Entrevistadora: Maria Carolina Soares Santana, 2013.

“ X⁸⁷”. Entrevista 01 de Jun. de 2013. Entrevistadora: Maria Carolina Soares
Santana, 2013.

⁷⁹ Atualmente exerce a Função de Perito Criminal.

⁸⁰ Advogado, Mestre, Ex docente da UFBA e realizou concurso para Perito Criminal.

⁸¹ Formada em Filosofia e Psicologia, aposentada e possui empresa de comunicação voltada para as redes sociais atualmente.

⁸² Professora de Língua Portuguesa atuante no ensino Fundamental II e Médio.

⁸³ Superintendente do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/ BA).

⁸⁴ Professor da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e trabalha na Secretaria dos Comércios/ BA.

⁸⁵ Professor da UNEB durante 30 anos, Professor da UCSAL, Trabalhou na Secretaria do Estado e no Município voltado para a área pedagógica e educacional.

⁸⁶ Mora em Vitória da Conquista e exerce a Medicina.

⁸⁷ Historiador não residente em Salvador.

ANEXOS DO TRABALHO⁸⁸

⁸⁸ É importante destacar que constam nos anexos as transcrições na íntegra de parte das fontes utilizadas no presente trabalho, sendo preservada durante a transcrição até mesmo os possíveis erros ortográficos e a estrutura dos textos que foram encontrados em campo de forma manuscrita ou mimeografada.

ANEXO 01- TRANSCRIÇÃO DA ATA DE DIVULGAÇÃO DO ESTATUTO DO CLUBE DE LEITURA

Ata da reunião do dia 15-9-65

Aos quinze dias do mês de setembro de 1965, mil minutos e sessenta e cinco. teve lugar na sala dos professores do pavilhão Carneiro Ribeiro (Colégio Estadual da Bahia), uma reunião do clube de leituras, iniciada as 9.25 hs com a presença dos seguintes membros; Maria da Graça Mascarenhas, Edvaldina Silva de Jesus, Arx da Costa Tourinho, Juvenal Vieira Gomes Filho, Evandro de Jesus Barreto, Edvaldo Santiago, Heloísa Nogueira Leoni, Nádia Freire e presidida pelo Coordenador José Francisco de Carvalho Neto.

Aberta a sessão pelo Coordenador, foi efetuada a chamada pelo secretário e logo após a leitura da ata anterior. sendo aprovada pela mesa. Em seguida a Secretária apresentou o expediente, que contou de uma moção de congratulações ao colega Jackson Azevedo, pelo êxito obtido no concurso de oratória, no colégio Estadual Duque de Caxias; cujos signatários foram: Evandro Jesus Barreto e Nádia Freire. A moção foi aprovada pela mesa. Em prosseguimento á ordem do dia, teve lugar à leitura final do estatuto do Clube. pelo Secretário, com a redação que segue:

Capítulo I Na natureza e Finalidades.

Art. 1. O Clube de Leitura é como órgão criado pelo corpo discente do Colégio Estadual da Bahia, Secção Central, juntamente com o SOE, fundada no ano de 1964 e dirigido por alunos do estabelecimento; tem por finalidade a seguinte:

- a) Divulgação cultural literária
- b) Promoção dos que quer o movimento cultural em provas do estudante e seu aperfeiçoamento como sejam, conferências, debates, concursos, etc.
- c) Empréstimos de livros previamente selecionados pelo conselho administrativo.

Art. 2. O Clube de Leitura não poderá tomar uma posição política partidária. A cada um assiste, porém, o direito de manifestar sua opinião própria dentro dos direitos constitucionais.

Capítulo II Da organização administrativa

Art.3 – O clube de leitura é constituído de: Assembléia Geral, Conselho Administrativo e Conselho Consultivo.

Capitulo III- Do conselho administrativo. art.4- O conselho administrativo é o órgão executivo do Clube de Leitura, constituído de 17 alunos dos quais, cinco serão eleitos pela Assembléia Geral, entre os inscritos na Biblioteca do Clube de Leitura, §1- serão elegíveis, o Coordenador geral, os chefes das equipes de tesouraria, Controle, promoção e propaganda.

§2- Os demais serão aprovados pelo Coordenador Geral, observadas as condições previstas neste estatuto Art. 5- Complete ao Conselho Administrativo: a) Apresentar, através do

Coordenador Geral, relatório anual das atividades do Clube á Assembleia Geral; b) discutir e deliberar em definitivo, sobre qualquer matéria cuja competência não esteja atribuída a qualquer das equipes; c) emitir parecer sobre as atividades do Clube; d) compor comissão para assuntos específicos. Art. 6 –O conselho Administrativo reunir-se-á em sessão ordinária e extraordinária. 1) em sessão ordinária quinzenalmente. 2) em sessão extraordinária: a) por convocação do coordenador ; b) por Solicitação de 2/3 dos membros.§ 1 – nas sessões extraordinária o conselho só apreciará a matéria que implicou a sua convocação . § 2 – o edital de convocação será afixado dois dias entes do prazo estabelecido para a reunião do conselho. Art. 7 – O conselho Administrativo será composto de : 1 Coordenador , 1 (um) secretário (a), equipe de tesouraria três elementos , equipe de promoção quatro elementos , equipe de contrôle [sic] quatro elementos e equipe de Propaganda quatro elementos. Pará. Único – O conselho Administrativo poderá em ocasiões extraordinárias, convocar novos elementos para compor as equipes se houver necessidade- Art. 8- Complete ao coordenador geral ; a) se superintender, orientar e coordenar todas [sic] as atividades do Clube de Leitura ; b) presidir as reuniões de conselho Administrativo ; c) estudar e despachar os negócios do Clube , ouvindo sempre o chefe de equipe , em caso de assunto específico; d) tomar deliberações , sempre que possível , com audiência dos componentes do conselho administrativo ; e) representar o Clube de Leitura ; f) apresentar relatório semestral das suas atividades do conselho Administrativo ; g) autorizar as despesas superiores a cinco mil cruzeiros ; h) autenticar e fiscalizar todos os documentos do Clube ; i) nomear comissões , chefes de equipes , sempre que as necessidades se imporem ; j) nomear o (a) Secretário (a) . Art. 9 – á Secretária compete: a) receber, registrar, expedir tôda [sic] e qualquer correspondência do Clube; b) Secretariar todas as reuniões do Conselho Administrativo ; c) lavrar atas e organizar expedientes ; d) assinar e assessorar o coordenador geral no exame de documentos; e) organizar em livro próprio a relação dos componentes do Clube; f) substituir o coordenador nos seus impedimentos; g) organizar boletins , informes de todas as atividades do Clube; h) controlar, distribuir, requisitar o material de expediente destinado ao Clube . Pará. Único – O Secretário, com aprovação do coordenador, designará um sub-secretário para auxilia-lo no cumprimento do seu encargo, Art.10 – Á equipe de tesouraria compete: a) examinar, estudar e propor recursos financeiros do Clube; b) registrar em livro próprio o movimento financeiro do Clube; d) receber e dirigir tôda a atividade financeira do Clube; e) apresentar mensalmente ao coordenador o movimento financeiro; f) submeter á aprovação do Coordenador as despesas superiores a cinco mil cruzeiros; g) inventariar o patrimônio do clube (e manter sob a sua guarda os valores do mesmo) ; h) colocar em banco tôda a importância da tesouraria. Art. 11 – Á equipe de Promoção compete: a) estudar e propor atividades que busquem realizar os objetivos do Clube. b) organizar concursos, debates, conferências, palestras, sessões literárias e de acordo com as possibilidades, sessões cinematográficas e excursões; c) dirigir atividades sociais do clube de leitura. Art.12- Á equipe de controle [sic] compete: a) organizar e dirigir a Biblioteca do Clube, b) propor livros; c) manter relações com as Bibliotecas espalhadas pelo Brasil a fora; d) registrar em livro próprio, todos os livros e organizar fichário do pessoal inscrito na Biblioteca; e) catalogar todo o material bibliográfico destinado ao Clube de Leitura; f) manter boa ordem na Biblioteca; g) propor taxas por dia excedente de empréstimo de livros.Art.13 – Á equipe de Propaganda compete: a) confeccionar flâmulas, cartazes, etc; b) dirigir o jornal mural do Clube ; c) promover, juntamente com a equipe de Promoção, intercâmbio com os demais grupos existentes no colégio, buscando maior entrosamento com os turnos. Art.14 – Duração – O conselho Administrativo terá a duração de um ano (de abril a abril) , cessando suas atividades em novembro. Art.15 – As reuniões do conselho administrativo; a) as reuniões serão presididas pelo coordenador e secretariados pelo secretário; b) de preferência serão tratados assuntos em pauta previamente inscritos na secretaria e o que ocorrer, c) o dirigente

da equipe falará em nome de sua equipe, quando autorizado pelos membros ; d) todo assunto tratado só terá validade com 2/3 de aprovação; e) todo membro terá direito de opinar livremente durante a reunião, aprovando ou rejeitando ;f) O Coordenador terá direito de suspender a reunião toda vez que houver deturpação da ordem e afastamento do assunto tratado, Parág. Único – no impedimento do coordenador , presidirá a reunião o secretário.

Capítulo IV – Dos sócios e do conselho administrativo: direitos e deveres. Art 16 O quadro social do Clube de Leitura será constituído por alunos inscritos na Biblioteca do referido Clube e matriculados no Colégio Estadual da Bahia. Parág Único – não haverá distinção entre os sócios , vez que todos pertencem á mesma categoria, isto é , são estudantes. Art 17 – São deveres dos sócios: a) cooperar e contribuir ativamente para a realização dos objetivos do Clube; b) zelar e empenhar-se pela preservação moral e material do Clube; c) cumprir integralmente as disposições deste estatuto; d) abster-se de manifestações políticas dentro do Clube . Art 18 – São direitos dos sócios: a) participar de todas as promoções do Clube; b) participar da Biblioteca do Clube; c) usufruir de todos os benefícios expressos neste estatuto. Art 19 – São deveres do conselho administrativo a) cumprir fielmente as alíneas a,b,c,d, do art.17,b) comparecer ás reuniões integrando sua equipe; acompanhar o chefe de equipe no trabalho apreciando em reunião ; d) contribuir eficazmente pela ordem e realização dos trabalhos. Art 20 – São direitos do conselho administrativo; a) ver alíneas a,b,c, do art.18; b) participar ativamente das reuniões do clube; c) emitir opiniões prós ou contra sobre assuntos referentes ao clube. Capítulo V – Das Penalidades dos sócios e do Conselho Administrativo. Art. 21 – Constituem faltas para os sócios em geral; a) causar dano material e moral ao Clube; b) deixar de cumprir integralmente as disposições deste estatuto; c) transformar o meio em ambiente político, Art.22 – Os infratores dos itens acima sofrerão as seguintes penalidades: a) advertência; b) suspensão até 30 dias; c) eliminação; parág. 1 – a pena de advertência se aplicará as infrações primárias nos regulamentos do Clube de Leitura; parág 2 a pena de suspensão se aplicará aos que reincidirem em faltas punidas em advertência ; parág.3 – a eliminação será aplicada em faltas máximas. Art.23 as penas serão aplicadas pela Diretoria. Art.24 – Constituem faltas para o conselho administrativo: a) deixar de cumprir as alíneas: a, b, c, do art.21; b) faltar a três reuniões consecutivas sem motivo justo, ou a cinco alternadas. c) praticar de desordem durante a reunião; d) violar os direitos de outrem em reunião; e) deixar de cumprir a alínea c do art.20; Art.25 – Os infratores sofrerão as penalidades: Vide art.22 – itens; a, d, c.§1,§ 2,§ 3, Parág. Único – as sanções serão aplicadas por 2/3 do Conselho Administrativo. Capítulo VI – Do Conselho Consultivo – O Conselho Consultivo será constituído por dois professores, assim distribuídos: a) um representante do SOE do estabelecimento; b) um professor de português do estabelecimento, apresentado por 2/3 do conselho Administrativo, Art.27 – compete ao Conselho Consultivo: a) orientar o conselho consultivo digo Administrativo, sempre que possível; b) resolver, por solicitação do conselho Administrativo, os casos omissos nos estatutos; c) convocar a Assembleia geral para reformulação dos estatutos sempre que as necessidades se imporem, Parág. Único – as opiniões emitidas pelo conselho Consultivo serão apreciadas pelo Conselho Administrativo. Capítulo VII – Da Assembleia geral – Art.28 – A Assembleia geral é o órgão máximo do Clube de Leitura , Constituída por todos os sócios em pleno gôzo dos seus direitos estatutários . art-28 – Compete á Assembleia geral : a) eleger os membros do Conselho Consultivo digo Administrativo ; b) apreciar, aprovar ou rejeitar as contas do conselho administrativo; c) apreciar, em ultima instância, os recursos ás penalidades aplicadas aos sócios do Clube de Leitura ; d) compor, sempre que julgar conveniente, comissões para acompanhar a administração Executiva do Clube Art.30- A Assembleia geral se reunirá em sessão ordinário e extraordinária: I) Em sessão ordinária : a)10(dez) dias antes do término do mandato da Diretoria para eleição do novo Conselho Administrativo ;b) 8 (oito) dias após a eleição do novo Conselho Administrativo , para apreciar as contas da gestão anterior; II) Em sessão

extraordinária: a) Por convocação do Coordenador; b) Por solicitação de 2/3 dos sócios, para prestação de contas. Parág. 1- Nas sessões extraordinárias a Assembleia geral só apreciará a matéria que implicou a sua convocação. Parág. 2 – O edital de Convocação da Assembleia, será expedido 20 (vinte) dias antes do término do Conselho Administrativo. Art.31 – O ato de convocação da Assembleia geral será expedido pelo Secretário, de ordem do Coordenador geral. Parág. Único – Caso a matéria apreciada pela Assembleia geral requeira uma outra reunião, ou reuniões sucessivas, a sua convocação independe do ato, Art. 32 – A Assembleia geral será instalada pelo Coordenador geral que , após inaugurar os trabalhos, solicitará ao plenário a composição da mesa. Parág.único – A composição da mesa, a critério do plenário, far-se-á por aclamação ou escrutínio secreto: Art. 33 – A mesa, em regimento , disporá do seu funcionamento, Art. 34 – O novo conselho será empossado, após aprovação, pela Assembleia geral, das contas do conselho anterior . Capítulo VIII – Das eleições Art. 35 – As eleições dos membros do conselho Administrativo serão procedidas mediante apresentação de chapas e em escrutínio secreto, Parág. 1 – para cumprimento do artigo anterior, a Secretária mimeografará e distribuirá com os membros da Assembleia geral tantas Chapas quantas sejam as inscritas. Parág. 2 – Nas chapas constarão o Coordenador geral e os chefes de suas respectivas equipes. Parág 3 – No ato de convocação diga inscrição da chapa, deverá ser declarado para o candidato a Coordenador geral: idade (dia,mês,ano) ingresso no Colégio (dia,mês,ano), serviços prestados (graduação). Parág 4 – No ato de convocação da Assembleia geral para eleições serão abertas as inscrições, encerrado-se 48 horas antes das eleições. Parág. 5 – No ato de apresentação de chapas de á Assembleia geral, um membro de cada chapa disporá de dez minutos para defendê-la. Art. 36 – O presidente da mesa da Assembléia geral designará os escrutinadores. Art. 37 – Em caso de empate terá preferencia a chapa cujo candidato a Coordenador preencha, em maiores condições, um dos requisitos relativos a : I – Serviços prestados (funções exercidas, II – Ingresso no Colégio (dia,mês,ano); III – Curso (graduação) ; II – idade (dia,mês,ano). Parág. Único – Apurado um dos requisitos previstos no artigo anterior o presidente declarará eleita a chapa. Art. 38 – Só poderão votar os sócios em pleno gozô dos seus direitos estatutários e presentes a Assembleia geral. Parág. Único – É vedado o voto por procuração. Art. 39 – Será permitido reeleição no máximo duas vezes. Art. 40 – Não será aceita a candidatura de um sócio que já ocupa um cargo de chefia em outra entidade. Art. 41 – Não será permitido a nenhum membro do conselho Administrativo a acumulação de cargo de chefia, Art. 42 – Será expressamente proibido a qualquer membro que já ocupa cargo de chefia, candidatar-se a qualquer cargo de direção em outra entidade sem comunicar ao Coordenador. Parág. 1 – Se o membro do conselho administrativo for eleito e aceitar o cargo, será convidado pelo Coordenador , a pedir dentro de 48 horas, exoneração do cargo que ocupa no Clube de Leitura. Parág.2 – Se não fizer o exposto no parág. 1 ,deste artigo, será imediatamente demitido pelo Coordenador, que adotará as medidas necessárias para preenchimento do cargo. Capítulo IX Das Disposições Gerais e Transitórias – Art. 43 – O clube de Leitura por exigência de 2/3 dos seus sócios, em requerimento, poderá ser dissolvido em Assembleia geral, convocada exclusivamente para esse fim. Parág. Único – em caso de dissolução do clube de Leitura , o destino do seu patrimônio será decidido pela Assembleia geral . Art. 44 – Fica estabelecida a taxa de inscrição no valor de \$150. Art. 45 – Os atos administrativos do Coordenador geral ou as deliberações do conselho administrativo, sancionadas por ele, terão caráter de portaria e os da assembleia geral terão força de resolução. Art. 46 – ate que se providencie uma sala, o clube de leitura, com aquiescência do seu titular , funcionará na Biblioteca do Colégio Estadual da Bahia. Art.47 – Este estatuto entrará em vigor na data de sua publicação. Em seguida, já com o estatuto aprovado, toma a palavra o colega Evandro Barreto, que comunica ter enviado á Tesouraria as taxas de inscrições, ao tempo em que pede a quantia seja revertida em livros para aumentar o acervo de Biblioteca do Clube; sendo aprovado. O Coordenador geral nome ou uma comissão composta

pelos membros Arx da Costa Tourinho e Juvenal Vieira Gomes Filho, para tratar da convocação da Assembleia geral para eleições. Precisamente às 10 horas, o Coordenador deu por encerrada a reunião, e eu, Juvenal V. Gomes Filho, Secretário geral, lavro a presente ata, que será assinada por mim e todos os presentes.

Francisco de Carvalho Neto
Ângelo De Oliva
Otoniel Vitor Rocha
Barbara Eliete Baraúna
Maria Mercês Santas
Maria Das Graças Mascarenhas
Solange M^a Rocha
Maria Mercê De Santana
Evandro Barreto
Kátia Nuno Marinho

**ANEXO 02- TRANSCRIÇÃO DO REGULAMENTO DA EQUIPE DE CONTROLE -
PRIMEIRA FASE DO CLUBE DE LEITURA.**

COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA
CLUBE DE LEITURA
EQUIPE DE CONTRÔLE
BIBLIOTECA

REGULAMENTO⁸⁹

- 1º O aluno no ato da matrícula deverá pagar a taxa de (?) 150 (Cento e cinquenta Cruzeiros).
- 2º As matrículas serão renovadas anualmente.
- 3º O livro ficará em poder do sócio durante 10 (dez) dias a constar da data do empréstimo.
- 4º O Sócio que não devolver o livro na data estabelecida fica sujeito à multa de (?) 10 (Dez cruzeiros) diários.
- 5º Caso o sócio não tenha terminado a leitura, poderá fazer a renovação do empréstimo.
- 6º será permitida a renovação, no máximo, das vezes.
- 7º Em caso de mudança de endereço, assim como extravio de livro emprestado a Biblioteca deve ser **imediatamente** notificada.

Salvador, 1º de Junho de 1965.

Evandro J. Barrêto.
(Chefe da Equipe de Contrôle).

⁸⁹ O regulamento foi aprovado no dia 01/09/1965 por José Francisco de Carvalho Neto. Essa informação é comprovada a partir do momento que verificamos no, documento que foi transcrito, a datação e a do Coordenador do Clube de Leitura na época.

**ANEXO 03- TRANSCRIÇÃO DO AGRADECIMENTO FEITO PELO CLUBE A
BIBLIOTECARIA DO COLÉGIO DA BAHIA – PRIMEIRA FASE DO CLUBE DE
LEITURA.**

Colégio Estadual Da Bahia
-clube de leitura-

Salvador, 21 de outubro de 1965

Senhora bibliotecária,

Neste instante em que expira a nosso mandato a frente do Clube de Leitura do Colégio Estadual da Bahia, apresentamos a V. Sa. e ao corpo dessa Biblioteca as expressões do nosso real agradecimento, pela compressão, estímulo com que nos ajudou a transformar a nosso Clube de Leitura numa realidade.

Com as homenagens do nosso apreço.

José Francisco de C neto
Coordenador Geral.

Juvenal Vieira Gomes Filho
Secretário Geral

ANEXO 04- TRANSCRIÇÃO DO TERMO DE POSSE DA SEGUNDA FASE DO CLUBE DE LEITURA

Termo de Posse

Aos nove dias do mês de novembro de 1965 (mil novecentos e sessenta e cinco), na sala onde funciona a biblioteca do Colégio Estadual da Bahia realizou-se uma sessão extraordinária do Clube de Leitura com o objetivo de empossar o novo conselho Administrativo para reger os destinos do referido órgão, durante o período de novembro de 1965 até abril de 1967, eleito conforme ata da sessão do dia dez de outubro do ano em curso, composto dos estudantes: Ângelo José Leite de Oliva, Otoniel Rocha, Kátia N. Marinho, Maria Mercês Santos e Clusivoni L.[sic] de Oliveira, respectivamente como, Coordenador geral, tesoureiro, chefe da equipe de Promoção, chefe de equipe de propaganda e chefe da de controle. A referida posse foi declarada pelo então conselho Administrativo, através seu Coordenador Geral, José Francisco de Carvalho Neto, autorizados no novo conselho Administrativo os direitos e deveres conferidos pelo Estatuto.

Obs: Em vez de figurar “aos nove dias”, leia-se ‘aos oito’ dias.

José Francisco de Carvalho Neto
Ângelo José Leite de Oliva
Lisete (*Não foi possível a identificação do sobrenome*)- Pelo SOE.
Evandro Barreto
Wilson Carlos Vilani
Maria Mercês Santos
Maria Mercê de Santana
Otoniel Vitor Cavalcante Rocha
Solange M^a Rocha Paluma [sic]

**ANEXO 05- TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE O CLOB- TERCEIRA
FASE DO CLUBE DE LEITURA.**

COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA – SECÇÃO CENTRAL- SALVADOR, DE OUTUBRO
DE 1968.

Ilmo. Sr. Diretor.

Atesto haver recebido das mãos da Sra. Enei Bernardes, bibliotecária deste estabelecimento, em perfeitas condições e material correspondente ao ex- Clube de Leitura, a qual foi incorporado ao atual Clube de Leitura Olavo Bilac.

Segue anexo a esta a relação correspondente ao material.

Atenciosamente, Subscrevemo-nos

José Alberto Mascarenhas Simões
(Coordenador Geral)

Edval Lemos Pinheiro Filho
(Secretário Geral)

**ANEXO 06- TRANSCRIÇÃO DE MANIFESTO ENCONTRADO NO INTERIOR DAS
ATAS DO CLUBE DE LEITURA.**

Manifesto

Os grupos culturais do Central estão dm [SIC] luto, acabam de ser sumariamente impedidos de fazer cultura, teatro, cinema, murais, literatura, a única que existia neste Colégio. Não somos tomados de surpresa por este Terrorismo Cultural, esta reação que reflete a atual situação, no esquecimento das mais caras instituições democráticas pelas quais devemos lutar, custe o que custar. Democracia e a expressão do livre pensamento, e o respeito mais primário á liberdade individual do homem. Nós estudantes? Somos homens, saibam, e trabalhamos, para uma vida profissional sábia, de acordo com os mais elementares princípios contidos em todas as cartas e constituições do mundo. Afinal , para que existem estes direitos? Para, serem transgredidos?

É o que acontece aqui, no Colégio da Bahia.

Sabemos também que as atitudes que contra nós são tomadas nada mais são que reflexos de toda uma situação nacional, graças a Ditadura Militar que se implantou no Brasil em abril de 64.

Nós do grupo de cultura não admitimos esta atitude, esta reação que ultrapassou em muito o mais elementar respeito a pessoa humana.